



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HOMERO DIONÍSIO DA SILVA

LINGUAGEM, CONHECIMENTO E JORNALISMO SISTÊMICO ORIENTADO
PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

FORTALEZA

2023

HOMERO DIONÍSIO DA SILVA

LINGUAGEM, CONHECIMENTO E JORNALISMO SISTÊMICO ORIENTADO PARA A
EMANCIPAÇÃO HUMANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha: Educação, Estética e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Osterne Nonato
Maia Filho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S58l Silva, Homero Dionisio da.
Linguagem, Conhecimento e Jornalismo sistêmico orientado para a emancipação humana / Homero
Dionisio da Silva. – 2023.
178 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho.
1. Ontologia;. 2. Conhecimento;. 3. Linguagem;. 4. Jornalismo;. 5. Emancipação Humana. I. Título.
CDD 370
-

HOMERO DIONISIO DA SILVA

LINGUAGEM, CONHECIMENTO E JORNALISMO SISTÊMICO ORIENTADO PARA A
EMANCIPAÇÃO HUMANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha: Educação, Estética e Sociedade.

Aprovado em 25/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^aDr. Josefa Jackline Rabelo.
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. ^a Dr. Betânia Moreira de Moraes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos meus filhos Leon e Maria que me
puxam do fundo do poço todos os dias
num inverso de Sísifo.

AGRADECIMENTOS

Foram anos de dor, angústia, incerteza, insegurança e perdas. Especialmente perdas. À minha meia-irmã Luana, minha avó Maria, minha prima Elisângela, meu tio José (Zé Romeiro). Alguns que se foram em meio a um tempo onde matar foi projeto de governo. Uma pandemia que ceifou mais de 700 mil vidas. Fica aqui minha homenagem a esses brasileiros e meu repúdio a esse governo como parte de um documento para que nunca esqueçamos que o pior não pode ser subestimado e muito menos igualado.

Escrever com um esforço intelectual que projete em alguma medida possibilidade de superar a ordem do capital em meio à degradação ambiental, o pânico informacional e um governo genocida foi um processo adoecedor. Se cheguei até aqui foi graças aos meus filhos. Leon e Maria, obrigada por me fazer seguir acreditando. Obrigada Maria por ser tanto amor e carinho. Por vir ao quarto com bilhetes de ‘papai eu te amo’ e sanar imediatamente meu desespero. Obrigada Leon por me fazer rir, por ser meu melhor amigo, por me retratar em seus desenhos como legal, inteligente, ‘semi-calvo’, fofo, pançudo, bonito, cabeludo, amoroso.

Nada disso seria possível sem o carinho, acolhimento e cuidado de meus pais. Escrever essa tese morando com eles me fez perceber o quanto deles tem em mim e compartilhar o quanto aprendi no mundo com eles. Obrigada meu pai, seu Miguel, por ser minha parte festa, bar, excesso, sofrer calado. Obrigada por ser o alicerce dessa família, por ser paciente, por ser meu espelho de Homem. Espero conseguir ser o pai que o senhor é pra mim. Eu a minha maneira. Obrigada minha mãe, dona Aliete, por ser minha parte cuidado, empatia, drama, grito. Eu achava que tinham sido as leituras comunistas que tinham me feito acreditar na solidariedade entre os povos e em um mundo sem injustiça. Mas fui tudo a senhora. Espero cuidar da senhora como a senhora segue cuidando desse marmanjo até hoje. À minha irmã Edna por ser a única pessoa com quem me permito ser eu mesmo. Obrigada e desculpa. Meu avô Vicente pelas conversas em sua calçada.

Às amigas que se fizeram presentes nesses anos representadas em Rafael (Butigahn), Bruno (Kabulo), Josian (Jó), Carla. Toda conversa, cerveja, mensagem em rede social, carinho e afeto trocado aqueceram o coração e a alma. À minha comunidade do povoado Olho d’água da cerca, especialmente os amigos Manoel, Edmar, Vadinho, Mazinho, James, Lelinho, Josiel e Deivisson. É mais um mirigongo virando doutor! E isso é só o começo!

Este trabalho não teria tomado forma sem a decisiva contribuição de meu orientador, professor Osterne. Foram absolutamente enriquecedores os momentos de orientação. Suas dicas de leitura, seus conselhos e principalmente seu exemplo enquanto intelectual a serviço da luta de classes é algo que levarei para a vida. Ao professor Mário que vem acompanhando essa trajetória por mais de 10 anos. Uma amizade que levo para a vida. Às professoras Jackline, Ruth e Betânia pelas contribuições decisivas nas qualificações. Aos companheiros de luta que encontrei na linha de pesquisa Educação, Estética e Sociedade (E-LUTA) e no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO). Foi o contato diário com vocês que me fez ter a certeza que apenas a luta muda a vida e que o compromisso com a classe operária e a luta dos trabalhadores é um dever. Ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Aos técnicos, professores e estudantes que continuamente lutam por uma universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que me agraciou com uma bolsa de iniciação a pesquisa sem a qual teria sido impossível concluir essa jornada.

Ei, você sonhador que ainda acreditar
Liga nós!

Eu tenho fé, amor e a fé no século 21
Onde as conquistas científicas, espaciais,
medicinais

E a confraternização dos homens, e a
humildade de um rei

Serão as armas da vitória para a paz
universal

Hei, pé de breque!

Vai pensando que tá bom...

Todo mundo vai ouvir, todo mundo vai
saber

Tem que ser vagabundo, tem que ser
vagabundo!

Tem que ser!

(RACIONAIS MC'S, Vivão e Vivendo)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a função social do jornalismo noticioso, seus limites e possibilidades no sentido da orientação para a emancipação humana. Para tal advogamos ser necessário retomar a compreensão de Gyorgy Lukács acerca do complexo da linguagem e sua articulação com os demais complexos sociais em especial o trabalho tido pelo autor de *Para uma ontologia do ser social* como aquele que funda o ser social. Apenas após compreender corretamente essa complexa articulação é possível então entrar nas questões sobre conhecimento em geral e conhecimento noticioso. Nos apoiaremos especialmente nos trabalhos de Ivo Tonet sobre o método para traçar uma importante divisão nos estudos sobre conhecimento, a saber, a compreensão ontológica (que tem no próprio mundo sua centralidade) e a gnosiológica (que põe tal centralidade no sujeito). Sem essa dupla compreensão (articulação entre trabalho, linguagem e complexos ‘puramente sociais’ juntamente com a centralidade do objeto frente ao sujeito) será sempre equivocada toda tentativa de aferir qual o papel do jornalístico noticioso. Num último momento tendo como principais referências os estudos de Adelmo Genro Filho sobre jornalismo e marxismo e Ivo Tonet acerca das atividades educativas emancipatórias defenderemos a tese da possibilidade de um jornalismo sistêmico orientado à emancipação humana.

Palavras-chave: Ontologia; Conhecimento; Linguagem; Jornalismo; Emancipação Humana.

ABSTRACT

This work aims to understand the social function of news journalism, its limits and possibilities in terms of guidance for human emancipation. For this, we argue that it is necessary to resume Gyorgy Lukács' understanding of the language complex and its articulation with other social complexes, especially the work carried out by the author of *For an ontology of the social being* as the one that founds the social being. Only after correctly understanding this complex articulation is it possible to enter the questions about knowledge in general and news knowledge. We will rely especially on the work of Ivo Tonet on the method to draw an important division in studies on knowledge, namely, the ontological understanding (which has its centrality in the world itself) and the gnosiological one (which puts such centrality in the subject). Without this double understanding (articulation between work, language and 'purely social' complexes together with the centrality of the object in front of the subject) any attempt to assess the role of the news journalist will always be wrong. In a last moment, having as main references the studies of Adelmo Genro Filho on journalism and Marxism and Ivo Tonet on emancipatory educational activities, we will defend the thesis of the possibility of a systemic journalism oriented to human emancipation.

Keywords: Ontology; Knowledge; Language; Journalism; Human Emancipation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O COMPLEXO DA LINGUAGEM	19
2.1	A CENTRALIDADE DA ONTOLOGIA NA MATURIDADE INTELECTUAL DE LUKÁCS	19
2.2	O COMPLEXO DO TRABALHO E SUA ARTICULAÇÃO COM OS COMPLEXOS ‘PURAMENTE SOCIAIS’	36
2.3	LINGUAGEM COMO COMPLEXO DE APROPRIAÇÃO, EXPOSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO REAL	55
3	A APREENSÃO DA REALIDADE: O CONHECIMENTO NAS PERSPECTIVAS GNOSIOLÓGICA E ONTOLÓGICA	72
3.1	A QUESTÃO DO CONHECIMENTO ATÉ A MODERNIDADE	77
3.2	A QUESTÃO DO CONHECIMENTO À LUZ DO MARXISMO	92
4	CONHECIMENTO E JORNALISMO	113
4.1	É POSSÍVEL ‘PENSAR’ O JORNALISMO? UMA INTRODUÇÃO	114
4.2	O CONHECIMENTO CENTRADO NO SINGULAR: ADELMO GENRO FILHO E SUA TEORIA DO JORNALISMO	136
4.3	JORNALISMO SISTÊMICO E EMANCIPAÇÃO HUMANA	159
5	CONCLUSÃO	169
6	REFERÊNCIAS	174

1. INTRODUÇÃO

Ao acompanhar o debate – mesmo no campo mais à esquerda do espectro político-ideológico – sobre os enfrentamentos sociais, observamos duas situações recorrentes: a primeira é que o cenário atual da luta social parece se dar por fora do campo da luta concreta. Articulistas e intelectuais descrevem esse cenário como uma disputa de narrativas. Assim, deixa-se de ter como pressuposto para a luta social a apreensão aproximativa da realidade objetiva, para construirmos narrativas visando uma disputa dos discursos.

O outro ponto, decorrente dessa disputa de narrativas, é que o papel da luta de classes é escamoteado. Nessa perspectiva, as lutas não seriam entre explorados e exploradores, o enfrentamento se daria entre os que falam e os que não falam; entre aqueles que ecoam seus discursos, seja pela grande mídia, redes sociais, ou comunicação alternativa, e aqueles que não conseguem dar vazão a sua voz. Não existe mais para essa compreensão um sujeito protagonista da superação de um modo de produção. A consequência mais direta disso é que o Estado, que como bem disse Marx (1998, p.12) “[...] é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”, permanece intocável enquanto instituição que reproduz em todos os seus meandros a lógica do capital. Todos esses jogos discursivos oferecem quase sempre a mesma solução: a disputa pelo poder do Estado, sua administração, reformas promovidas por ele que permitiriam aos “sem-voz” serem ouvidos e assim terem seus direitos atendidos.

Sendo assim, para esta compreensão de mundo que predomina em nossos dias, seria no campo midiático que as narrativas se enfrentariam. É nos jornais do horário nobre, nas redes sociais, nos *sites* de notícia que seria alimentada cotidianamente essa batalha. Essa “luta simbólica” seguiria para os campos jurídico e político. Depois de passar por essas instâncias decisivas, os direitos estariam garantidos ou retirados. Toda a explicação parece ter sentido. De fato, se fosse completamente absurda não teria influência real no mundo e não levaria consigo parcelas relevantes dos lutadores sociais, tanto no mundo real quanto nas redes sociais.

O problema é que tal articulação não se sustenta. Assim, nos momentos em que a crise estrutural do capital¹ toma manifestações de luta concreta, se pode notar com

¹ Assim explicita Mészáros (2011, p.796): “A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: 1 – seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por

maior clareza que as contradições entre as classes antagônicas (proletariado e burguesia) não é um problema que possa ser resolvido dentro da estrutura do Estado ou em disputas de discursos, mas sim no enfrentamento cotidiano das contradições objetivas de nosso tempo. Nesses momentos, exploradores e explorados são perceptíveis do ponto de vista objetivo do mundo e, nesse sentido, a necessidade posta pelo antagonismo de classe não só não está morta como demonstra sua vitalidade criativa², dando a clara dimensão de que não é possível superar a legalidade do capital pelas vitórias pontuais.

Isso não significa que o aspecto comunicativo, que a especificidade da linguagem, deva ser escamoteado de reflexões críticas que tenham como pressuposto a superação das relações sociais com base na exploração do homem pelo homem. Ao contrário, entendemos ser de grande importância uma investigação sobre a especificidade da linguagem para a compreensão da lógica dialética de reprodução do capital. É o que pretendemos fazer no capítulo ‘O complexo da linguagem’.

No capítulo acima referido nos utilizaremos da contribuição oferecida por György Lukács em ‘Para uma ontologia do ser social’. É nessa obra que o marxista húngaro, tido por muitos como o principal filósofo do século XX, investiga os delineamentos que fazem do ser social um ser ontologicamente distinto dos seres orgânicos e inorgânicos. Acreditamos que em sua investigação do processo de complexificação do ser social, do tornar-se cada vez mais social, o filósofo de Budapeste nos oferece pistas para compreendermos a especificidade de determinados complexos sociais³. Uma aproximação pertinente acerca da constituição da linguagem

exemplo financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2 – seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); 3 – sua escala de tempo é extensa, contínua – se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4 – em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de desdobramento poderia ser chamado de gradual, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.”

²Assim nos dirá Arcari (2004, p.33): “Demonstrou-se muito difícil prever por que as grandes multidões populares, urbanas ou rurais, que aceitem com passividade e resignação situações tirânicas durante décadas, puseram-se depois em movimento. Por que preferiram a via das soluções individuais por tanto tempo e depois se associaram solidariamente para construir movimentos coletivos? Por que aceitaram o caminho das negociações e pressões como solução para as suas reivindicações para depois desistir e arriscar ações revolucionárias? Por que despertam para a arena política furiosamente naquele momento, e não antes? As oscilações das relações entre as classes dependem de uma articulação de fatores objetivos e subjetivos muito complexa, que tem sido, em grande medida, imprevisível. Não por ausência de causas, mas por excesso.”

³O volume dois de *Para uma ontologia do ser social* é dividido em quatro capítulos. Na edição brasileira

seria possível a partir das contribuições oferecidas por Lukács. Acreditamos que a linguagem é parte importante no processo de forja desses complexos ideológicos, ou, nas palavras de Lukács (2013, p.161) para “levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado”.

Ainda seguindo as pistas oferecidas por Lukács, compreendemos que uma investigação acerca do complexo da linguagem, assim como de qualquer outro complexo social, apenas pode ser efetivada de maneira satisfatória tendo como base a articulação desta com o trabalho e com a totalidade social, tal como formulado por Lukács em ‘Para uma ontologia do ser social’. Porém, apenas esse apontamento não basta. Faz-se necessário avançar para os pressupostos ideológicos tratados por Lukács para uma efetiva compreensão do complexo da linguagem dentro do processo de reprodução social. Tendo como pressuposto a linguagem enquanto complexo ideológico é que poderemos então clarear a relação entre formação humana e comunicação e consequentemente entre conhecimento em geral e conhecimento jornalístico. Apenas tendo enraizados esses pressupostos poderemos então responder com maior aproximação a realidade do real as questões postas na cotidianidade. Aqui no nosso caso particular nas questões referentes ao jornalismo noticioso.

Sendo assim, nosso interesse em investigar a linguagem e seus desdobramentos quanto a questão do conhecimento é essencial para a correta compreensão do papel do jornalismo noticioso em nossos dias. Isso porque compreendemos que essa articulação se faz fundamental tanto para o processo de reprodução ideológica, quanto material do mundo em que vivemos. Sem essa correta compreensão será sempre parcial ou equivocada (às vezes as duas) sua demonstração nos espaços escolares e midiáticos, seja na Escola ou na Redação.

Temos a noção de que o caminho em relação à Educação, na perspectiva da ontologia crítica, já está bem mais limpo do que se olharmos para a Comunicação. As contribuições de Lima e Jimenez (2011), Tonet (2016), Lessa (2007) e Costa (2007) em relação aos fundamentos da Educação na perspectiva da ontologia marxiana já alicerçaram as questões centrais, sempre tendo em vista aquilo que Tonet (2013, p.10) dirá com a afirmativa de que:

(LUKÁCS, 2013) os mesmos receberam os seguintes títulos: O trabalho; A reprodução; O ideal e a ideologia; O estranhamento. Podemos notar então que estes são os quatro complexos sociais no qual Lukács se debruça com maior atenção. Porém, outros complexos são tratados no decorrer da obra e pistas são oferecidas pelo autor no sentido de nos levar a compreensão destes. Além disso, o filósofo marxista nos oferece no decorrer da obra uma perspectiva de como deve proceder o pesquisador interessado na possibilidade de emancipação humana.

[...] a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais.

Já quando nos debruçamos sob o complexo da Comunicação em geral e do jornalismo em particular, o campo está tomado por ervas daninhas, para mantermos a metáfora. Temos alguns honestos pesquisadores, mas que com a ausência da articulação categorial de "abordagem ontológica", se perdem no imediatismo, no "epistemologismo", na luta corporativista ou, na melhor das hipóteses, em becos reformistas. Todas essas pautas giram em torno da bandeira de luta que os melhores e mais valentes militantes da área de Comunicação carregam, seja dentro, seja fora da Universidade: a democratização da comunicação⁴. Quando reverberado para o jornalismo se restringe ao fazer ético, como em Bucci (2000) ou em um jornalismo sistêmico, como em Perez (2023) que até consegue oferecer uma crítica ao capitalismo mas sem alcançar as questões mais decisivas da relação entre jornalismo e crise do capitalismo: a luta de classes.

Entendemos que na questão jornalística quem apresentou o maior avanço sobre a problemática do conhecimento jornalístico foi Filho (1987). Em sua tese o jornalista gaúcho pretendeu, a partir das categorias particular, singular e universal usadas por Lukács, colocar o conhecimento jornalístico calcado no singular enquanto a ciência tenderia ao universal e a arte ao particular. Dessa defesa ele apresenta uma tese interessante sobre o jornalismo, refundando, em sua visão, as bases para uma compreensão marxista do papel do jornalismo.

Em nossa interpretação, porém, não está em sua tese seu melhor argumento sobre as finalidades do jornalismo informativo, mas sim em seu percurso. Ao defender de maneira mecânica a relação entre particular, singular e universal Filho acaba por empobrecer a dialética tão bem desenvolvida por Lukács nessa complexa articulação. Em breve resumo aqui nessa introdução basta ressaltar que singular, particular e universal estão sempre em conexão. Por exemplo: um ser humano pode ser um singular em relação a sociedade, um particular em relação aos seres humanos e uma totalidade

4. Trabalhos como os desenvolvidos pelos professores ligados a Economia Política da Comunicação (que podem ser observados no site do grupo: <http://eptic.com.br/inicio/>) ou os da professora Roseli Figaro são exemplos nesse sentido. Estão na vanguarda no que se refere aos aspectos do papel da Comunicação Social no processo de reprodução social e ofertam dados importantíssimos para a compreensão do papel da indústria cultural e da articulação entre trabalho e comunicação.

em relação as partes internas de seu corpo.

Esses problema de Filho se devem ao fato de que seus escritos não alcançaram a redação final da obra de maturidade de Lukács, sua ‘Ontologia do ser social’. É nessa obra que toda uma gama de problemas relacionados ao complexos sociais são tratados de forma genial. Uma aproximação apenas lateral a introduções pode ter atrapalhado as conclusões do marxista gaúcho.

Por último temos a radical mudança do papel do jornalismo e da comunicação desde a escrita de ‘O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo’, obra de Filho ao qual tratamos. Com a massificação da internet os meios pelos quais nos informamos mudaram radicalmente. Assim, ter o jornal impresso diário enquanto paradigma nos parece obsoleto. Porém os fundamentos apresentados por Filho a nosso ver ainda se sustentam.

Esses fundamentos estão ligados ao que pretendemos defender nessa tese: que o jornalismo informativo pode contribuir para a ampliação do campo de possibilidades dos sujeitos receptores das informações desde que orientado para a emancipação humana. O jornalismo informativo quando exercido nesse sentido altera as estruturas de poder, fragiliza a percepção de que não existe história e que o mundo sempre foi o que é e nesse sentido oferece um arsenal de referências a partir do cotidiano de que a emancipação humana é uma possibilidade a depender da posição das classes sociais em luta e do protagonismo do operariado.

A esse jornalismo chamamos ‘jornalismo sistêmico orientado para a emancipação humana’. Essa nos parece ser uma formulação original que pretende de maneira dialética articular a defesa de um jornalismo sistêmico e não fragmentado, tal qual apresentado por Perez (2023) com a necessária orientação desses jornalismo informativo em direção da emancipação humana tal como nos explica Tonet (2016) quando trata das questões educacionais.

Assim, delimitamos como nossos objetivos apreender as especificidades da linguagem e do conhecimento em uma perspectiva ontológica no sentido de ter uma aproximação a compreensão de sua peculiaridade e seu papel no processo de continuidade na constituição do ser social. Entendemos que dessa maneira poderemos avançar para sua correta posição nos complexos da Educação e da Comunicação tal qual já apresentado aqui: no caso da Comunicação “tem a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado” (LUKÁCS, 2013, p.161) e na Educação “influenciar os homens no sentido de reagirem

a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado” (Ob. Cit. p.178). E, por conseguinte, seguir as pistas deixadas pela tradição do marxismo ontológico sobre a Educação Escolar e observar semelhanças e diferenças no que tange a Comunicação midiática, em especial a jornalística para compreendermos a finalidade do jornalismo informativo e sua possibilidade enquanto ‘arma da crítica’ para a construção da emancipação humana.

2. O COMPLEXO DA LINGUAGEM

2.1 A CENTRALIDADE DA ONTOLOGIA NA MATURIDADE INTELECTUAL DE LUKÁCS

A última obra de Lukács deixou um vasto rastro de polêmicas. A maior parte, grosso modo, pode ser resumida em duas questões basilares: a primeira é que por se tratar de uma obra inacabada - o filósofo húngaro morreu antes de oferecer uma redação final ao texto - é possível que a mesma apresente imprecisões e incoerências internas⁵; a segunda questão deriva justamente da primeira: por ter falecido antes, obviamente, o intelectual de Budapeste não pôde rebater ele mesmo as críticas que o livro recebeu.

Porém, é falso dizer que todas as críticas feitas à *Para uma ontologia do ser social* aconteceram apenas após a morte de Lukács. Ainda em vida ele apresentou os manuscritos de sua ontologia a um grupo de alunos e estes fizeram apontamentos críticos à obra. Como fruto desses, surgiu o artigo assinado por F. Feher, A. Heller, G. Markus e M. Vadja, então discípulos de Lukács. Segundo Tertulian (2012, p.03) esse grupo:

[...] publicou um longo texto, composto de uma síntese de suas próprias observações críticas acerca da ontologia, além de uma introdução, na qual se informava a respeito das discussões que o grupo havia tido com Lukács sobre a questão. Publicadas, em tradução italiana, no final dos 70 na revista *Aut Aut* e, sucessivamente em inglês e alemão, essas *Anotações sobre a ontologia para o companheiro Lukács*, datadas de 1968, 1969 e 1975, criaram um clima bastante desfavorável no confronto com a obra póstuma lukacsiana, sobretudo num momento em que o leitor não tinha ainda qualquer possibilidade de tecer seu próprio julgamento sobre a obra. O texto integral da *Ontologia* ainda não havia sido publicado: a tradução italiana da

⁵ Não estamos aqui afirmando que tais incoerências existam. Apenas um estudo da totalidade da obra e seu reatamento frente ao processo real de desenvolvimento do ser social poderá responder a essa questão. Em nosso estudo, que pode ser definido como uma primeira aproximação a obra, tais questões não foram notadas. Ao contrário, a articulação categorial que se notou foi de absoluto rigor.

segunda parte - a mais importante: só apareceu em 1981 e a versão original, a alemã, que incluía também os *Prolegômenos*, ainda mais tarde, em 1984 e 1986. Em tais circunstâncias, a precipitação de tomar conhecidas tais *Anotações* só se explica pelo desejo dos autores em ressaltar, a todo custo, o seu rompimento definitivo com aspectos essenciais do pensamento do seu mestre.

A crítica de Heller, Feher, Vadja e Markus estaria fundada na perspectiva de que a obra de Lukács, para esses autores, conteria duas ontologias. Com efeito, Lessa percebe que, para os ex-alunos do filósofo húngaro, “[...] haveria em *Para uma ontologia do ser social* duas concepções da ontologia, que se contrapõem em pontos essenciais” (LESSA, 2012, p.14). As duas ontologias se contraporiam, na tese de Heller, Feher, Vadja e Markus, da seguinte forma: “A primeira seria centrada na necessidade objetiva fundada no desenvolvimento da esfera econômica” (LESSA, 2012, p.14). Já a outra ontologia “[...] se articularia a partir do reconhecimento, por Lukács, do papel ativo e decisivo da consciência para o desenvolvimento do ser social”. (ob. cit. p.14).

Para Markus, Vadja, Feher e Heller, Lukács estaria de acordo com tais críticas, tanto que teria sido esse o motivo, na opinião dos até então discípulos, que motivara Lukács a escrever o que seria, na opinião deles, uma nova versão da obra, o escrito que veio a público com o nome de *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*.

Porém, identificará Tertulian (2012), não se fazer justificada a hipótese apresentada por Heller, Feher e seus colegas de que os problemas da obra de maturidade de Lukács sejam de aporte teórico. Resumidamente, os problemas identificados por Lukács, segundo Tertulian (2012) estariam na forma. O mesmo nos apontará Lessa (2012, p.20 e 21), nos alertando que seria um erro:

[...] desconsiderar os problemas decorrentes do caráter inacabado dessas obras. Não apenas o texto com frequência se repete, como ainda considerações e raciocínios são, por vezes, interrompidos sem terem se esgotado, sendo retomados ou não mais à frente. A própria exposição está longe de possuir uma sistematização adequada e de refletir o extremo rigor do pensamento lukacsiano.

No mesmo caminho segue Eörsi ao afirmar que “As críticas pelos amigos e alunos não o abalaram em seus pontos de vista fundamentais ou em seu método de análise, mas apenas o convenceram de que sua maneira de apresentação carecia de força” (Eörsi, *apud* Lessa, 2012 p.13). Assim, o argumento que nos parece de maior

relevo ao analisarmos a motivação de Lukács para escrever os *Prolegômenos a uma ontologia do ser social* não pode ser identificado na equação posta por Heller, Markus, Vajda e Feher, mas sim na hipótese apresentada por Tertulian, Eörsi e Lessa.

A resposta definitiva a essa questão nos parece ser a incapacidade de tais discípulos de compreender as relações no processo de reprodução material do mundo dos homens posta pelo ser social em *Para uma ontologia do ser social*. Não é nossa intenção aqui adentrar em uma argumentação mais prolongada sobre a relação entre consciência e mundo (ou nos termos de Lukács, entre teleologia e causalidade), mas, nos parece que os discípulos de Lukács talvez, já em um movimento de ruptura com o mestre, preferiram o caminho mais rasteiro e também o mais conveniente da crítica ao filósofo morto do que ao exame mais detalhado de leitura imanente da obra em questão.

Assim, como resultado dessa crítica, os discípulos de Lukács (estamos falando de Heller, Feher, Markus e Vajda), entendiam que os escritos do último Lukács poderiam ser identificados como “[...] a consolidação e o aprofundamento, até as últimas consequências, da tendência ao messianismo e ao teleologismo já presentes no caráter “religioso” de sua “conversão” ao marxismo” (LESSA, 2012, p.18). Nesse sentido, podemos identificar que a compreensão de tais autores é encaminhada para uma equiparação entre os posicionamentos políticos do filósofo húngaro, sua defesa, mesmo que crítica, dos estados socialistas frente à democracia liberal burguesa e seus escritos filosóficos. Como nos aponta Lessa (2012, p.18), ao transcrever o pensamento dos antigos discípulos de Lukács:

[...] a ontologia, dessa perspectiva, nada mais seria que a culminância do caráter “religioso” da adesão de Lukács ao marxismo: ao final de sua vida, sua opção “existencial”, “absoluta” (Heller, 1983:177-8) pelo comunismo o teria impulsionado ao ultrapassado caminho de elaborar uma ontologia visando fundamentar sua crença em pura metafísica, numa *philosophia perennis*. O filósofo húngaro, que nos anos 20 demonstrara enorme potencial criativo, se encontraria reduzido, ao final de sua longa vida intelectual, a elevar em categorias metafísicas os dogmas políticos que adotou como opção existencial.

O que percebemos aqui é que essa avaliação nada mais é que uma tentativa de “[...] condenação superficial e preconceituosa da relação de Lukács com o stalinismo” (LESSA, 2012, p.19). Ou por má fé ou por uma aproximação ideológica com as vertentes liberais, há nesse percurso uma necessidade de não apenas negar o marxismo, mas demonstrá-lo como uma espécie de fenômeno religioso que prende

almas, mesmo de grandes homens como Lukács. O que Feher, Heller, Markus e Vajda desconsideram no caso da avaliação da obra de maturidade de Lukács é a incansável “[...] luta do filósofo húngaro contra a maré montante do marxismo vulgar que “pretendem provar que *Para uma ontologia do ser social* nada mais seria que a etapa final da degenerescência do velho revolucionário”. (LESSA, 2012, p.20).

Como já demonstrado, não se trata de negarmos que no estudo imanente da obra possam ser descobertas incoerências ou imprecisões. Como já apontado por estudiosos que há mais de trinta anos se dedicam a compreender a obra de maturidade do filósofo de Budapeste, parece não ser infundada a hipótese de que problemas existam e que estes já eram percebidos pelo próprio filósofo húngaro. Porém, o que asseveram esses estudiosos da obra de Lukács, a exemplo de Lessa e Tertulian que usamos na exposição aqui presente, é que o tempo não permitiu que o mesmo pudesse corrigir tais problemas. Assim, caberia às novas gerações perceber e desfazer os erros que possam ter surgido no processo de construção categorial na exposição de Lukács.

O que nos parece é que se tais problemas existem, como afirmado por autores como Lessa, Oldrini e Tertulian, e esses não são da ordem dos expostos por Heller, Markus, Vajda, Feher, que, no fim das contas, inviabilizaria a obra em si. Ao contrário, entendemos ser essa a obra fundamental, depois de *O Capital* de Marx, para tentarmos concretizar na realidade social as mediações necessárias para articularmos uma saída para a sociedade em meio ao engodo em que está posta hoje, onde a maioria dos lutadores sociais não veem uma alternativa de luta que não seja dentro da lógica do Capital.

Temos a clareza que para atingir tal objetivo, o estudo dessa obra deve ser feito “[...] de modo mais premente que em outras obras, para a apreensão de seu nódulo significativo, de sua interioridade mais íntima, seja necessário o maior rigor analítico, a exegese mais precisa.” (LESSA, 2012, p.22).

De toda forma, seja devido as severas críticas de seus discípulos, seja por outro motivo, a primeira recepção de *Para uma ontologia do ser social* não foi nem um pouco favorável no meio acadêmico ou nos círculos de esquerda. Não por acaso, os escritos de Lukács sobre estética, os escritos políticos ou os filosóficos de juventude, dentre eles o mais renomado e enaltecido ‘*História e Consciência de Classe*’⁶, mantiveram por um longo período maior popularidade e influência que sua obra de

6. Sobre diferenças entre *Para uma ontologia do ser social* e *História e Consciência de classe* ver Lima, 2014.

maturidade.

Claro que a conjuntura não se reduz à publicação crítica dos discípulos de Lukács. Lembremos, o livro foi uma obra póstuma, inconclusa, sem redação final. Assim, a edição que conhecemos sequer teve uma última revisão, muito menos a possibilidade de revisão a uma futura segunda edição, por exemplo. Além disso, entre a morte de Lukács e a publicação de sua primeira edição completa em alemão transcorreram mais de 10 anos⁷. Também em evidência temos na segunda metade dos anos oitenta, período de publicação de *Para uma ontologia do ser social*, diversas obras que decretavam sistematicamente, e com grande repercussão, a morte do marxismo, ou, pelo menos, de seus fundamentos. Dentre tais obras temos em *Teoria do agir comunicativo* de Jurgens Habermas (2012) um de seus mais expressivos expoentes⁸. Assim *Para uma ontologia do ser social* atravessou os últimos anos do século XX. A queda do muro de Berlim e a degeneração do regime soviético foram também motivadores de que apenas “[...] há pouco tempo começou a obter o lugar que lhe é devido e o seu justo reconhecimento historiográfico.” (OLDRINI, 2013, p.30).

Se do ponto de vista histórico a obra de maturidade de Lukács precisou enfrentar seus percalços, foi sua fundamentação teórica que recolocou a obra em seu devido lugar. Ainda em 1995, Frank Benseler (*apud* OLDRINI, 2013, p.30), editor das obras de Lukács, sentenciou: “[...] ninguém pode contestar o fato de que ela representa uma virada no marxismo”.

Se a seu tempo *Para a ontologia do ser social* não obteve a repercussão desejada que lhe cabia, talvez um dos motivos tenha sido pela escolha de ter como eixo central o próprio conceito de ontologia. É o que opina Oldrini (2013, p.29):

Quem pretende estudar as grandes obras finais de Lukács tem de haver-se, antes de mais nada, como uma arraigada e, sob certos aspectos, relativamente justificada desconfiança dos estudiosos para com o conceito que é o eixo delas, o conceito de ‘ontologia’.

A explicação de Oldrini (2013, p.29) é que “[...] a ontologia, como parte da velha metafísica, carrega consigo uma desqualificação que pesa sobre ela há pelo menos

7. Assim nos relata Netto sobre a publicação da obra: “Redigida em alemão (*Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*), a primeira edição integral da obra saiu em húngaro em 1976. No mesmo ano publicou-se em italiano a sua primeira parte (*Per l’ontologia dell’essere sociale*), com a segunda vindo à luz nesse idioma em 1981. Em alemão, a edição integral é de 1984” (Netto, 2012, p.17).

8. Lessa (2012) dirá que “A teoria do agir comunicativo” é a mais articulada tentativa, nas últimas décadas, de substituir, pela esfera da intersubjetividade, a centralidade do trabalho característica da tradição marxista (p.197).

dois séculos, após a condenação inapelável de Kant”. Assim, apenas com autores como Husserl, Hartmann e Heidegger, foi que o conceito voltou a ser valorizado pelos círculos intelectuais. Porém, Lukács vai além de tais pensadores, pois “[...] desloca o centro de gravidade para aquele plano que ele define como “[...] ontologia do ser social.” (ob.cit.p.29).

Também considerando o conceito de ontologia na obra de Lukács, Vaisman (2007, p.52) identifica uma “[...] virada ontológica no pensamento de Lukács” e o faz a partir de referências como Ernst Bloch, e a decisiva influência de Nicolai Hartmann:

[...] é necessário advertir para o fato que tal ‘virada’, por assim dizer, embora apresente diferenças substanciais com seus textos juvenis, não é fruto de uma brusca e inesperada inversão de rota, de uma reviravolta que se teria verificado de improviso, sem preparação, na última década da vida do filósofo. Pelo contrário, por trás dela há uma longa história, que merece atenção [...] ao entrar em contato com a obra de Ernst Bloch, *Questões Fundamentais da Filosofia. Pela ontologia do ainda-não-ser (noch-nicht-seins)*, publicada em 1961 e com a volumosa obra de Nicolai Hartmann sobre *Ontologia*, há uma mudança de postura do autor em relação à palavra. (VAISMAN, 2007, p.52)

A relação com a objetividade do ser e seus desdobramentos materiais já estavam, em certo sentido, presentes nas construções teóricas de Lukács. Entretanto, foi a partir do contato com esses trabalhos, em especial o de Hartmann, que o filósofo húngaro despertou para o termo que lhe parecia mais coerente na demonstração de tal movimento do ser, com seus complexos e mediações: a ontologia.

Na análise de Tertulian (2012), Lukács pretendia, com essa investigação, demonstrar a real natureza do marxismo. Nesse sentido, dois apontamentos se sobressaem: a crítica ao determinismo, o qual eleva ao fator econômico o caráter de absoluto; e a crítica à supervalorização da necessidade e a não valorização do acaso, retomando a frase basilar do pensamento de Marx (1986, p.17) de que “[...] os homens fazem a história mas não a fazem como querem”.

Na mesma linha de raciocínio caminha Vaisman (2007, p.253) ao afirmar que “*Para uma Ontologia do Ser Social*, constitui no interior da história do marxismo um caso à parte, uma vez que destoa do núcleo comum sobre o qual a obra de Marx foi compreendida ao longo de todo o século passado”. Ainda segundo Vaisman, o mérito central da obra de maturidade de Lukács está em “[...] destacar o caráter ontológico do pensamento de Marx”. (VAISMAN, 2007, p.253).

A defesa do caráter ontológico do pensamento de Marx também é, na compreensão de José Paulo Netto (2012, p.21), uma das pretensões dos últimos escritos de Lukács. Nesse sentido, o filósofo húngaro pôde, em seus últimos anos, dedicar-se totalmente “[...] no que considerava necessário e urgente: um renascimento do marxismo”. Para tal empreitada, “[...] dedicou-se a empreender uma nova síntese (sistemática) do seu pensamento em textos nos quais pretendia reunir os principais resultados da sua evolução filosófica” (op. cit. p.21).

Esse processo de ‘evolução filosófica’ só poderia se dar pelo enfrentamento às concepções equivocadas de marxismo que Tertulian (2012, p.08) denominará de ‘marxismo dogmático’:

[...] a tendência do marxismo dogmático em privilegiar a categoria da necessidade, tomando hipertrófico seu papel na história, levava Lukács a refletir a fundo sobre as relações entre as categorias possibilidade, necessidade, casualidade e a reexaminar criticamente os próprios fundamentos do pensamento de Marx.

Assim, parte do fundamento de *Para uma ontologia do ser social* pode ser identificado na tentativa de Lukács de articular essas três categorias: a necessidade, a possibilidade e a casualidade. Assim, tanto necessidade, enquanto determinado campo de possibilidades dialogaria diretamente com o complexo da liberdade, estando este em articulação direta com os processos teleológicos, seja na relação homem-natureza (através do trabalho), seja na relação homem-homem (através dos complexos ideológicos).

Porém, há aspectos dessas articulações que escapam do processo de racionalização (ou prévia-ideação) dos sujeitos, ou seja, em toda ação do sujeito em relação ao mundo, seja aquela que pretende a transformação da natureza, seja aquela que pretende influenciar outros homens, há sempre uma parte que não pode ser articulada mentalmente por antecipação. Aqui aparece a casualidade. Mais a frente, trataremos com mais detalhe dessa questão.

Com esses pressupostos, articulando as categorias necessidade, casualidade e possibilidade, dirá Vaisman (2007, p.254) que encontraremos na obra de maturidade de Lukács dois polos de sustentação: “[...] voltar-se contra as leituras mecanicistas provenientes principalmente do stalinismo e do marxismo vulgar ao mesmo tempo em que procura combater a crítica dos adversários de Marx”. E complementa a autora argumentando que o objetivo da ontologia marxista seria “[...] o que existe realmente: a

tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior.” (ob. cit. 2007, p.255).

Dentro dessa série de apontamentos, nos parece razoável a afirmação de Lessa (2012, p.09) de que “[...] independente de se concordar ou não com o filósofo húngaro, o tema sobre o qual se debruçou, e a competência com que o fez, tornam sua obra um marco para o pensamento contemporâneo”.

Assim, chegamos ao objetivo pleno de *Para uma ontologia do ser social* que seria, “[...] demonstrar a possibilidade ontológica da emancipação humana, da superação da barbárie da exploração do homem pelo homem.” (LESSA, 2012, p.09). Por se tratar de um filósofo revolucionário, que se dedicou até os últimos momentos de lucidez à causa da revolução socialista, essas questões não podem perder de vista a perspectiva da emancipação humana pela revolução proletária. Nesse sentido, colocando em xeque os anos posteriores a escrita de *Para uma ontologia do ser social* o que vemos é uma série de vitórias do Capital frente ao Trabalho e a retirada, ou desvalorização, no debate público, da centralidade da organização operária na luta por um outro tipo de sociabilidade. É nesse sentido que do ponto de vista teórico tal obra se mantém essencial. Ou, nas palavras de Lessa (2012, p.08),

[...] a derrota das tentativas revolucionárias para superar o capital é de tal monta, até o presente momento, que gera a ilusão da impossibilidade de os homens constituírem conscientemente a sua história [...] a contraposição teórica a esta falsa concepção apenas é possível, hoje, através da mais profunda investigação acerca do que é o ser humano. Há que se demonstrar que não há nada semelhante a uma natureza humana dada de uma vez para sempre, a-histórica; é imprescindível argumentar como o horizonte histórico de possibilidades é limitado única e exclusivamente pela reprodução social, isto é, pela síntese dos atos humanos singulares em formações sociais.

Se a crítica dentro do próprio marxismo é relevante na obra, o mesmo também acontece em relação ao neopositivismo. Dirá Lukács (2013, p.171):

Também nesse caso um momento do processo total é arrancado do seu contexto, absolutizado, reificadamente fetichizado, razão pela qual essa concepção torna-se igualmente um obstáculo para o conhecimento correto desse processo de reprodução. Esse se dá num complexo - composto de complexos -, só podendo ser compreendido adequadamente, portanto, em sua totalidade dinâmica complexa.

Vale ressaltar também que a crítica de Lukács construída nessa via de mão dupla (ao neopositivismo e ao marxismo vulgar) teve, na investigação de Tertulian (2012), importante contribuição dos escritos de Nicolai Hartmann. Não temos como no presente trabalho nos aprofundar sobre as ligações entre a ontologia natural descrita por Hartmann e a ontologia do ser social de Lukács. Entre a articulação categorial do primeiro e a reflexão destas nas ‘categorias sociais’, no sentido de construídas e postas pela generidade humana já em processo de afastamento das barreiras naturais, com aquilo que o filósofo de Budapeste denominará de complexos puramente sociais. Nesse sentido, seguindo o rastro de Tertulian (2012), as categorias são históricas, surgiram num determinado momento, fruto de determinações objetivas, teleologicamente postas, mas com um peso relevante do acaso. Assim teremos Lukács trabalhando as abstrações em seu desenvolvimento teórico a partir de categorias e complexos, sempre fazendo o caminho de volta, em direção a ‘realidade do real’, ou seja, as consequências de tais determinações no processo de reprodução social.

É evidente que outras apreensões teóricas também apresentam grande relevo na construção da obra de maturidade de Lukács. Oldrini (2013) citará, por exemplo, a virada dos anos 30. Como já exposto nesse trabalho, Lukács residia em Moscou nesse período e em seu trabalho no instituto Marx-Engels, a descoberta das obras de juventude de Marx e os cadernos filosóficos de Lenin tiveram um grande impacto em suas formulações posteriores.

Neste sentido, é de irrefutável relevância percebermos a projeção que a obra de Lukács dá ao Marxismo. Sua tentativa de entendê-la e processá-la dentro da realidade condiz com a genuína origem da teoria de Marx. É possível então percebermos que, assim, *Para uma Ontologia do Ser Social* configura-se como a base dorsal de um novo prisma marxista: pautado na ontologia.

Após a repercussão – negativa ou positiva – da obra de Lukács, diversos curiosos, dentre jornalistas, professores universitários, militantes e artistas, foram a sua procura em busca de uma aproximação de sua obra em andamento, que era o centro das atenções. Esta parte de nosso trabalho será referenciada em cinco desses encontros feitos por Lukács. Nesse sentido, entendemos que este momento de nossa exposição complementa a anterior, dando agora a voz ao próprio Lukács tentando se fazer entender a respeito das motivações e pretensões que o levaram à *Para uma ontologia do ser social*.

As entrevistas que utilizaremos para essa parte de nosso trabalho serão as

seguintes: a concedida a Leandro Konder e publicada pelo Jornal do Brasil, em 1969; A realizada pelo jornal alemão *Der Spiegel*, em 1970; a feita por Perry Anderson e publicada na *New Left Review*, em 1970; com os professores e teóricos marxistas Hans Heinz Holz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth, em 1966; e sua última entrevista, que na verdade foi uma tentativa de repor toda a sua trajetória, que foi encaminhada por István Eörsi e Erzsébet Vezér, já em 1971.

O que pretendemos, ao observar essas entrevistas, é averiguar o que teria levado Lukács a escrever uma ontologia do ser social e qual o procedimento para atingir tais objetivos e assim cumprir uma aproximação mais geral dos termos e das questões mais relevantes de *Para uma ontologia do ser social* antes de adentrarmos a avaliação do texto em si da obra.

Uma das primeiras questões que nos parece pertinente é a feita a Lukács quando entrevistado por Perry Anderson. Ao falar de seu último trabalho, o filósofo húngaro nos esclarece que o mesmo é inconcluso e que deve ser continuado por intelectuais que se seguirem a ele. Nesse sentido, explicita Lukács (1997, p.100) que

O título do trabalho – que está concluído, embora no momento eu esteja revisando os primeiros capítulos – é para a ontologia do ser social, e não a ontologia do ser social. Você saberá apreciar a diferença. A tarefa em que estou envolvido requererá o trabalho coletivo de muitos pensadores para seu adequado desenvolvimento.

Assim, tendo a clareza de que seus últimos dias estavam próximos e que a tarefa era de uma magnitude sem precedentes, Lukács coloca para as gerações subsequentes a tarefa de remontar os nexos e mediações que articulam não apenas o ser social, mas que dê conta daqueles momentos de ruptura e continuidade que por um lado nos diferenciam dos seres inorgânicos e dos seres orgânicos e por outro nos mantém enquanto partícipe do mundo onde esses seres também se inserem. O que nos deixa claro que essa reconstituição tem como pano de fundo a observação de Marx de que a única Ciência é a Ciência da História.

Uma das questões mais polêmicas é assim respondida pelo próprio Lukács: o caráter inconcluso da obra e a necessidade de ser retomada e ampliada por seguidores. Outra questão de importância singular é a levantada pelos alemães Heinz Holz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth. O filósofo húngaro ao ser indagado acerca da utilização do termo “ontologia”, admite que ainda está se habituando: “Usamos a bela palavra ‘ontologia’, à qual eu mesmo me estou habituando, mas dever-se-ia dizer: o enigma se

desvenda no exato momento em que descobrimos a forma de ser que produz este novo movimento do complexo.” (LUKÁCS, 2014, p. 31).

Na entrevista a Leandro Konder, Lukács (1969, p.03) esclarece que

A elaboração da ontologia do marxismo me parece ser uma tarefa filosófica básica para nós. O desenvolvimento de um sistema de categorias capaz de dar conta da realidade do real (se me permite a expressão) é imprescindível para que os marxistas enfrentem de maneira justa os equívocos difundidos em torno do caráter materialista do marxismo, é imprescindível para que os marxistas aprofundem a crítica das posições existencialistas e das posições neopositivistas. Devemos desenvolver uma ontologia marxista capaz de determinar mais concretamente a unidade do materialismo histórico e do materialismo dialético. A base de uma concepção que seja historicista sem cair no relativismo e que seja sistemática sem ser infiel à História.

Como podemos notar na resposta dada ao intelectual marxista brasileiro, Lukács tinha por objetivo com a ontologia “a realidade do real”. Essa, que a primeira vista pode parecer uma redundância, na verdade é perfeita quando nos deparamos com a sequência da resposta do filósofo húngaro. Essa “realidade do real” deve ser entendida de maneira que nos sirva como arma para enfrentar os adversários no plano teórico e ideológico, a saber, o existencialismo e o neopositivismo, que ou negam a possibilidade de conhecimento do real e nesse sentido inviabilizam todos os nexos que se relacionam com a coisa em si, ou por outro lado, enxergam a verdade sempre do prisma parcial, deslocada de sua articulação com a totalidade (seja ela social ou natural).

Em outra entrevista, o filósofo húngaro reafirma essa questão e afirma que “Há, pois, uma prioridade da realidade do real, se assim se pode dizer; e, segundo penso, devemos tentar voltar a estes fatos primitivos da vida e compreender os fenômenos complexos a partir dos fenômenos originários” (LUKÁCS, 2014, pág. 27). Dando sequência, após pontuar quais os adversários a serem derrotados pela retomada do marxismo ontológico (o neopositivismo, o existencialismo e o marxismo vulgar), o filósofo húngaro demonstra um dos pontos para alcançarmos tal empreitada: a prioridade da realidade do real deve levar, em última análise, à compreensão das categorias e complexos sociais a partir de sua elaboração efetiva original, ou seja, a partir de sua função social atrelada ao desvelamento da realidade.

Assim, Lukács diferencia a ontologia marxiana do que ele chamou de “[...] velha filosofia” (LUKÁCS, 1999, p.145 e 146) que constrói seu arcabouço teórico com categorias históricas e a-históricas, ou seja, sem uma relação com a objetividade do ser.

Para Lukács (1999, p.145 e 146), seguindo Marx:

[...] cada coisa é, primariamente, algo dotado de uma qualidade, uma coisidade e um ser categorial. Um ser não objetivo é um não-ser. E dentro desse algo, a história é a história da transformação das categorias. As categorias são, portanto, partes integrantes da efetividade. Não pode existir absolutamente nada que não seja, de alguma forma, uma categoria.

Nesse sentido, tendo como base o aparato teórico herdado de Marx, é possível, na concepção de Lukács, articular esse procedimento em direção a “realidade do real”, já que as coisas só o são se existem na materialidade do mundo e como consequência dessa necessária materialidade das coisas para sua possível análise, temos o processo histórico enquanto lugar adequado para a análise dessas relações.

Isso serve não apenas para tratarmos das questões referentes ao ser social, mas para o ser em geral, ou seja, servem também para o ser inorgânico e para o ser orgânico. Seria essa necessária objetividade da história enquanto lugar adequado para a compreensão do processo de desenvolvimento do mundo que Lukács acredita ser um dos aspectos revolucionários do pensamento de Marx: nada existe fora da história, do contexto do desenvolvimento dos processos reais e concretos.

Nos últimos momentos de sua entrevista com Eörsi e Vérzer, o filósofo húngaro nos descreve alguns desses desdobramentos tendo Marx como referência:

[...] segundo Marx, imagino a ontologia como a verdadeira filosofia baseada na história. Ora, historicamente, é indubitável que o ser inorgânico aparece primeiro e que dele [...] provém o ser orgânico, com suas formas animais e vegetais. E desse estado biológico resulta depois, através de passagens extremamente numerosas, aquilo que designamos como ser social humano, cuja essência é a posição teleológica dos homens, isto é, o trabalho. Esta é a categoria nova mais decisiva, porque compreende tudo em si. (LUKÁCS, 1999, p.145).

Mais à frente tentaremos explicitar alguns dos aspectos que tornam o trabalho essa “categoria nova mais decisiva”. Nesse momento, nos interessa apenas a reafirmação do que Lukács entende por revolucionário no arcabouço teórico de Marx, de que determinada abstração teórica apenas pode ser encarada corretamente quando posta em enfrentamento com a realidade histórica, quando as mediações no processo de reprodução social a expõem aos nexos causais do mundo objetivo. Se em certo momento

do processo de construção teórico é necessário certo nível de abstração, esse apenas poderá ser compreendido em suas determinações corretas quando reposto no processo de reprodução social.

Por isso, essas questões não podem ser respondidas pela sociologia ou pela antropologia. Na entrevista concedida a Heinz Holz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth, uma das perguntas acerta um dos nódulos da questão. Como já dissemos na introdução do presente trabalho, os professores-entrevistadores ainda não tinham tido acesso a *Para uma ontologia do ser social*. Com um exemplo retirado da vida cotidiana, já demonstrado na introdução do presente trabalho, Lukács nos mostra como a compreensão neopositivista de Ciência nos retira um dado primário: há sempre uma inter-relação entre o ser social e o mundo, e por isso é equivocado pensar as coisas sem levar essa questão em consideração: que o homem faz parte do mundo onde outras formas de ser também habitam. Na perspectiva da Sociologia já temos o homem constituído sem se perguntar quais questões levaram a tal desenvolvimento. A ausência dessas questões pode levar, como reiteradamente as visões parciais tem nos levado, a conclusões incompletas, inconclusas, ou, simplesmente falsas.

Quando questionado pelo jornal alemão *Der Spiegel*, o filósofo húngaro oferece mais alguns desdobramentos desse processo a partir de Marx ao dizer que

Há três momentos, descobertos pelo marxismo, que nos autorizam a falar de uma evolução sem nenhuma conotação ideológica. Primeiro: o dispêndio de trabalho físico para a reprodução do homem decresce; hoje um trabalhador produz 50 ou 100 vezes mais daquilo que seria necessário para a reprodução de sua vida física [...] O segundo ponto é o que Marx chamou de recuo das barreiras naturais. Isso quer dizer que, por meio do trabalho, um ser originariamente biológico se converte em um ser humano; com isso, o fator biológico não desaparece, mas é transformado. Hoje, as pessoas podem assumir comportamentos tão selvagens quanto possível, mas nenhum dos estudantes rebeldes regredirá às formas de alimentação e sexualidade dos tempos primordiais. Quem preconiza uma sexualidade pura preconiza a sexualidade pura de 1970, e não a de qualquer era remota. Em outros termos, esse recuo das barreiras naturais que conhecemos é um tipo de progresso, um processo irreversível [...] O terceiro momento, finalmente, é o grande processo de integração. A humanidade existia originariamente em pequenas unidades. e, a uma distância de 50 ou 100 quilômetros, uma unidade não sabia nada da outra. Apenas o capitalismo, com o mercado mundial, criou a base daquilo que hoje podemos denominar de humanidade. Hoje ela aparece de uma maneira puramente negativa. (LUKÁCS, 2008, p.348).

Ao reivindicar momentos em que o marxismo remonta a evolução humana e tenta desvencilhar esse procedimento de conotação ideológica, há uma verificação da “realidade do real”, ou seja, de construções históricas que objetivamente assim procederam e que não cabem nem refutação, nem a alegação de possível retorno a tempos imemoriais. Assim, Lukács nos apresenta, mesmo que indiretamente, o papel de uma categoria que será o fio condutor em sua análise em *Para a ontologia do ser social: o trabalho*.

Não nos deteremos a essa categoria e seus desdobramentos para o desenvolvimento do ser social nesse momento de nossa exposição. Apenas achamos relevante pontuar que na resposta oferecida ao jornal alemão temos a apresentação de duas questões que são importantes no processo de construção de Lukács em sua obra de maturidade: o ininterrupto afastamento das barreiras naturais (esse afastamento, como veremos mais a frente, não é de maneira alguma uma separação. O trabalho representa, entre outras coisas, esse vínculo imprescindível e ineliminável, do ser social com a natureza), articulado a uma integração da humanidade apenas possível no capitalismo (logo, graças ao desenvolvimento das forças produtivas que tem uma relação direta com o afastamento das barreiras naturais). Claro está para o filósofo húngaro, como um teórico comprometido com a emancipação humana, que tal integração não teria ocorrido sem uma grande violência e exploração da classe burguesa contra a classe operária, mostrando uma contradição no desenvolvimento. Contradição que se deu também com extermínio de populações originárias no continente americano e colonialismo nos continentes africano e asiático. Numa equação que colocou especialmente o corpo da mulher em situação de maior vulnerabilidade. Assim, etnocídio, o racismo e feminicídio (todos juntos integram uma questão central do desenvolvimento capitalista, qual seja, o imperialismo) estão também diretamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo.

Assim, olhando para o processo de desenvolvimento histórico, podemos perceber a fundamentação da defesa de um dos pilares do marxismo: “[...] quem se considera marxista – e se considerará, portanto, um estudioso da história – deve saber que nenhuma grande transformação social acontece da noite para o dia. Milênios se passaram antes que o ‘comunismo primitivo’⁹ em se transformasse numa sociedade de classes.” (LUKÁCS, 1997, p. 84). Percebamos como essa mesma afirmativa serve

⁹Utilizaremos o termo sempre entre aspas por considera-lo inadequado perante as mais recentes descobertas da antropologia e etnografia. Seguindo os passos do antropólogo marxista Lucas Pereira Álvares (https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais_MM2021/MC5_1.pdf) entendemos ser mais adequado o uso de ‘sociedades comunais originárias’.

quando observamos o processo de desenvolvimento do próprio universo. A diferença que deve ficar clara aqui é que tanto no desenvolvimento do ser inorgânico, quanto no do ser orgânico, não há teleologia, apenas a relação causa e efeito produzidos por nexos puramente causais.

Já no ser social, há interferência maior do acaso do que aquele que ocorre na esfera natural. Porém, esse se articula sempre com processos de relação causa-efeito que são antecipados na mente de quem os pratica, ou seja, por ações teleologicamente orientadas, sendo o trabalho o que inaugura esse processo de desenvolvimento do ser social.

Nesse processo de constituição do ser social e de seu desenvolvimento, passando do ‘comunismo primitivo’ à sociedade de classes, Lukács compreende que duas questões são fundamentais para o procedimento que ele encaminhará em seu *Para a ontologia do ser social*, a saber, a diferenciação entre o ser social, o ser inorgânico e o ser orgânico: o complexo valorativo e o ‘dever-ser’. Assim, explica Lukács (1999, p.145) que

[...] quando falamos da vida humana, falamos nas mais diversas categorias de valores. Qual é o primeiro valor? O primeiro produto? Uma clava de pedra ou corresponde a sua finalidade ou não corresponde. No primeiro caso será valiosa, no outro não terá valor. Valor e ausência de valor não se apresentam ainda na existência biológica, pois, na verdade, a morte é um processo análogo a vida. Entre uma e outra não há uma diferença de valor. A segunda diferença fundamental é do ‘dever ser’, ou seja, as coisas não se modificam por si, não por processos espontâneos, mas por consequência de posições conscientes. A posição consciente significa que a finalidade precede o resultado. Este é o fundamento de toda a sociedade humana. Aquela posição que existe entre valor e não-valor, entre ‘ter podido realizar’ e ‘ter sido realizado’ constitui, na verdade, toda a vida humana.

Lembremos para não cairmos em deslizes: a teleologia é a capacidade humana de antecipar na mente uma determinada finalidade a um determinado problema. Exemplo: Se estou com fome, eu antecipo mentalmente quais possibilidades eu tenho para satisfazer essa necessidade. Para Lukács esse processo é inaugurado pelo trabalho. A teleologia é parte do processo de trabalho, o ser social precisa, desde os primórdios, antecipar mentalmente quais as melhores alternativas para resolver determinado problema. Por isso Lukács trata esse caso específico, na relação homem-natureza, de teleologia primária.

Parece-nos claro que outro aspecto da articulação categorial pretendida por

Lukács em seu *Para uma ontologia do ser social* está na intencionalidade também potencializada pelo trabalho. Mesmo no aspecto mais rudimentar da história humana o valor de uso das coisas era algo diretamente ligado à sobrevivência dos sujeitos. Em outro momento, o filósofo húngaro nos falará sobre a função social de pinturas rupestres em cavernas na Espanha que, segundo os estudos, não eram feitas tendo por objetivo a contemplação do grupo e sim uma determinada função no processo de caça. Assim, o valor daquela obra de arte rupestre estava diretamente ligado com o quão fiel em sua aproximação a realidade ele era.

Lukács resume assim a história da existência humana: a escolha entre alternativas, sempre tendo como fundamento algum aspecto valorativo (se a pedra escolhida serve para fabricar um determinado machado) que nos leva sempre a um novo problema e um novo processo de escolha entre alternativas, cada vez mais complexo.

Além das questões referentes ao dever-ser e ao complexo valorativo, temos um outro aspecto importante que Lukács entende ter respondido em sua ontologia, trata-se da dicotomia entre necessidade e liberdade. Argumentará Lukács (1997, p.99) que

Tradicionalmente, os filósofos sempre construíram sistemas fundamentados em um ou outro desses dois polos: ou negavam a necessidade ou negavam a liberdade humana. Meu alvo é mostrar a inter-relação ontológica de ambas e rejeitar os pontos de vista de exclusão de um pelo outro, com as quais a filosofia tradicionalmente apresentou o homem. O conceito de trabalho é a chave da minha análise. Pois o trabalho não é determinado biologicamente. Se um leão ataca um antílope, seu comportamento é determinado pela necessidade biológica exclusivamente por ela. Mas se o homem primitivo se defronta com um monte de pedras, precisa escolher entre elas e julgar qual será mais adaptável ao uso com ferramenta – ele seleciona entre alternativa. A noção de alternativas é básica para o significado do trabalho humano, que por conseguinte é sempre teleológico – ele assinala um objetivo, que é o resultado de uma escolha. Expressa, portanto, a realidade humana. Mas essa liberdade só existe quando se põem em funcionamento forças objetivas, que obedecem às leis de causalidade do universo material. A teleologia do trabalho está pois sempre coordenada com a causalidade física, e na realidade o resultado de qualquer outro trabalho do indivíduo é um momento de causalidade física para a orientação teleológica (*Stzung*) de qualquer outro indivíduo [...] há porém teleologia em todo o trabalho humano, inserido inextricavelmente na causalidade do mundo físico. Essa posição, que é o núcleo a partir do qual estou desenvolvendo o meu trabalho atual, supera a antinomia clássica entre necessidade e liberdade.

Na sua construção teórica há uma clara defesa da tradição filosófica que tem

em Marx, Lenin e Engels seus pilares. Ainda assim diz que considera “Hegel como o último grande pensador burguês” (LUKÁCS, 1997, p.85). Isso para pontuar que em nada tem que buscar um teórico comprometido com “a realidade do real” outras fontes filosóficas fora da tradição marxista.

E recomenda Lukács (1997, p.85) que “[...] se a imprensa americana, alemã ou francesa declarasse que X ou Y era um grande pensador e se, como consequência, as pessoas desapontadas com o stalinismo imaginassem que poderiam remediar o marxismo com o estruturalismo [...] consideraria isso uma ilusão”. Isso para pontuar como, para o filósofo húngaro, os problemas de seu tempo, assim como os nossos, não serão resolvidos com uma salada de teorias as mais distantes e distintas, mas sim pelo resgate do fundamento ontológico do marxismo e pela centralidade da luta de classes. Por isso, prossegue afirmando que o compromisso daqueles que se prestam a entender a realidade do real é

[...] que entendêssemos bem o marxismo, que retomássemos a sua real metodologia e que tentássemos compreender, empregando essa metodologia, a história da era que se seguiu à morte de Marx. Isso ainda tem de ser feito de um ponto de vista teórico marxista [...] por isso devo esclarecer que minha atitude quanto à questão do que se pode aprender com o Ocidente é altamente crítica. Gostaria que os marxistas usassem a crítica e julgassem as tendências ocidentais também empregando um verdadeiro método marxista. (LUKÁCS, 1997, p. 85 e 86).

É nesse mesmo sentido que discorda de um otimismo presente na diversidade de interpretações do marxismo em seu tempo e tão recorrente em nossos dias. Lukács (1997, p.95) afirma ter “[...] ressalvas quanto a isso”. Pois, para o filósofo húngaro, “[...] o marxismo, tanto quanto qualquer outra coisa, está sujeito a regra segundo a qual há apenas uma verdade” (op. cit. p.95). A isso Lukács chama de “poliformismo”, uma característica da crise do marxismo impulsionada pelo stalinismo e sua vertente teórica: o marxismo vulgar.

Em combate às falsas pretensões de teóricos que advogam pelo fim do marxismo ou por sua atualização, o filósofo marxista, ao contrário, prega sua renovação:

[...] hoje, vejo o grande estímulo prático para a **renovação** do marxismo no fato de não poder haver uma revolução sem uma teoria da revolução, como Lenin tão corretamente declarou em *O que fazer?*

Voltando ao que eu disse antes, há que haver uma renovação do método marxista no Ocidente e em nossos próprios países para se fazer uma análise econômica e social do que foi conseguido sob o capitalismo: uma análise que nós, marxistas, ainda não fizemos e sem a qual somos incapazes de isolar problemas concretos que exigem soluções. (LUKÁCS, 1997, p.92, Grifos nossos).

É exatamente nesse aspecto que *Para uma ontologia do ser social* mais uma vez serve de arma para os intelectuais comprometidos com a “realidade do real”. Não como um corpo teórico afastado da necessidade de superação da sociedade de classes, mas sim como arma a serviço dos trabalhadores no sentido de identificarmos corretamente as mediações que articulam o complexo econômico com os demais complexos sociais e assim propormos alternativas aos problemas teóricos e práticos. Assim, nos mostra Lukács (2014, p.29 e 30) com um exemplo que demonstra que

[...] quanto mais uma coisa é complexa, tanto mais limitado [...] é o objeto diante do qual se encontra a consciência do homem, de modo que mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo. Se reconheço X e Y como propriedades de um objeto, nada me dará jamais a garantia de que não estejam presentes também Z e outras propriedades, que em determinadas condições podem produzir um efeito prático. Penso que a ontológica é a forma mais adequada de nos aproximarmos desses fenômenos. Nela, interessamos, de fato, as conexões do ser, e fazemos abstração do fato de que uma determinada conexão seja tratada pela ciência atual como algo de psicológico, de sociológico, de pertinente à teoria do conhecimento ou à lógica. A conexão vem tratada como conexão existente, sendo considerado secundário perguntar-se qual a ciência que dela se ocupa. Este é, na minha opinião, o ponto de vista central do marxismo, e posso lembrar de Marx a propósito da célebre definição segundo a qual as categorias são formas e determinações da existência, o que constitui uma antítese direta da concepção kantiana e também da concepção hegeliana da categoria. É daqui que deriva o método genético.

Assim, após entendermos as limitações das críticas que receberam a obra de Lukács, bem como justificativas coerentes sobre essa insuficiência na tentativa de desvalidar *Para uma Ontologia do Ser Social*, podemos adentrar aos complexos categoriais traçados por Lukács para compreender e desvelar essa “realidade do real”.

2.2 O COMPLEXO DO TRABALHO E SUA ARTICULAÇÃO COM OS COMPLEXOS ‘PURAMENTE SOCIAIS’

Em *Para uma ontologia do ser social*, Lukács (2013) oferece as bases para compreendermos os nexos categorias mais essenciais que envolvem o ser social. Para tal tarefa, o filósofo húngaro inicia sua exposição pelo trabalho¹⁰, explicitando que

[...] para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.41).

E mais a frente complementa que “[...] parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social.” (op. cit. p.44).

A compreensão de Lukács (2013) para iniciar sua exposição pelo trabalho é de que esta categoria, por ser aquela que funda o ser social, tem em suas determinações mais elementares “[...] a essência do novo no ser social.” (*Idem*, p. 44). Como consequência desse papel desempenhado pelo trabalho, o mesmo é considerado por Lukács “[...] o fenômeno originário, o modelo do ser social.” (op.cit. p.44).

Não temos condições, nem pretendemos aqui expor todas as determinações que fazem do trabalho a categoria fundante do ser social. Apenas compreendemos que para desenvolvermos nossa exposição sobre o complexo da linguagem (e consequentemente da comunicação midiática e informação jornalística), antes se faz necessário retirar algumas arestas. Uma delas apenas pode ser constatada tendo como ponto nodal a observação do trabalho enquanto vínculo eterno do homem com a natureza.

A constatação de Lukács (2013), seguindo os passos de Marx, é de que há uma peculiaridade na relação homem-natureza em comparação com os outros tipos de ser, quais sejam o ser inorgânico e o orgânico. Na investigação de Lukács (2013), ao observar o processo histórico, levando em consideração as pesquisas científicas, é possível observar que no vínculo homem-natureza há uma anterioridade da natureza em relação ao ser social. E se há uma história do ser social, também há uma história do desenvolvimento do que aqui chamamos de natureza e de seus dois grandes grupos de

¹⁰. Não teremos como nesse trabalho tratar das questões referentes ao debate sobre as diferenças entre trabalho categoria fundante do ser social e trabalho enquanto sinônimo de emprego, ou trabalho vínculo ineliminável do homem com a natureza e trabalho (abstrato) assalariado. Importantes pontuações sobre esse debate encontram-se em Antunes (2009) e Lessa (2012).

seres supracitados: os seres inorgânicos e os seres orgânicos.

Lukács prossegue em sua investigação do processo de desenvolvimento do mundo demonstrando agora o processo de formação do ser social. Como já pontuamos, a escolha de Lukács (2013) pela categoria trabalho não se deu aleatoriamente. Para o filósofo húngaro, como o trabalho é, entre outras coisas, a constatação da relação eterna do homem com a natureza e a categoria fundante do ser social, todas as demais categorias já surgem a partir dessa relação social, ou seja, “[...] todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido.” (LUKÁCS, 2013, p.43).

Mais uma vez o filósofo de Budapeste explicita o aspecto de transição que o trabalho possui ao articular a mediação entre o homem e a natureza “[...] que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social”. (LUKÁCS, 2013, p.43 e 44, grifos nossos).

Ao apresentar o trabalho como a categoria que funda o ser social, Lukács (2013) não pretende colocar essa categoria em algum tipo de pedestal, ou atribuir a esta, aspectos valorativos, ou ainda inverter a posição fundado-fundante. Expliquemos melhor: ao tratarmos do trabalho enquanto ato fundante do ser social não se pretende reduzir o ser social somente ao trabalho. Como demonstra Lukács (2013), o ser social em seu processo de autoconstrução individual e coletiva se desenvolve para além da relação imediata com a natureza, sendo necessário assim desenvolver uma série de complexos sociais que em muitos casos sequer possuem uma relação direta com o trabalho¹¹. Temos então a demonstração de como o ser social se desenvolve postulando alternativas que não podem mais ser solucionadas apenas com o processo de trabalho, porém, sem nunca deixar de ter na relação homem-natureza o momento diferencial da relação que os homens estabelecem com o mundo em comparação com os outros seres.

Parte dessa constatação da relação homem-natureza, ou seja, do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, está na verificação de que é nessa relação que se estabelece o que Lukács (2013, p.180) chamou de salto ontológico

[...] entre o salto e o novo ser que a partir dele se desenvolve

11. Elucidativa nesse sentido é a análise de Lukács (2013) do complexo do direto (p.230 a 252).

desdobra-se uma essencial relação: por um lado, para existir o novo ser é necessário que o salto aconteça, caso contrário, ele não poderia se consubstanciar; por outro lado, o salto por si só não origina o novo ser na sua completude. Este novo ser apenas pode se explicitar pela mediação de um processo evolutivo próprio que, por si, o eleva a um para além do imediatismo do salto.

Como notamos na explicação de Lukács (2013), há uma outra determinação que faz do trabalho a categoria fundante do ser social. Pelo trabalho, o ser social transforma a natureza oferecendo ao mundo algo novo que, em certa medida, foi produto de sua mente (foi pré-idealizado) e depois teve de se confrontar com as legalidades do mundo natural (foi objetivado). Esse processo se dá através da relação entre teleologia e causalidade. Lukács (2013, p.48) nos explica que “[...] todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins”. Assim, tal processo apenas pode ser compreendido como teleológico tendo em vista uma finalidade, “[...] nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar à consciência [...] ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real” (ob.cit.p.48). Aqui, salientamos, a antecipação mental do ‘vir a ser’ é um dos momentos do trabalho. Prévia-ideação e objetivação são os dois momentos do trabalho. Assim, não seria anterior ao trabalho, mas um dos momentos de efetivação dos atos de trabalho.

Esse processo teleológico se efetiva em uma dada causalidade entendida como “[...] o fato de que os elos causais, as cadeias causais, etc. são escolhidos, postos em movimento, abandonados ao seu próprio movimento, para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início.” (LUKÁCS, 2013, p.99). Dessa afirmação o filósofo húngaro pode concluir qual é o momento predominante de tal articulação:

Quando, então, observamos que o ato decisivo do sujeito é seu pôr teleológico e a realização deste, fica imediatamente evidente que o momento categorial determinante desses atos implica o surgimento de uma práxis caracterizada pelo dever-ser. O momento determinante imediato de qualquer ação intencionada que vise à realização deve por isso ser já esse dever-ser, uma vez que qualquer passo em direção à realização é determinado verificando se e como ele favorece a obtenção do fim. (LUKÁCS, 2013, p.98).

Ao pontuar o caráter determinante do ‘dever-ser’, entendemos que Lukács (2013) pretenda demonstrar outro aspecto diferencial da relação homem-natureza em relação a qualquer outro ser: trata-se da finalidade. Assim, o ser social não

simplesmente transforma a natureza produzindo algo originalmente não existente no mundo natural, ele já antecipou esse processo mentalmente, ou seja, já previu quais as finalidades que pretendia com tal ação. Aqui não estamos dizendo que há uma relação de identidade entre o projeto mental que engloba dada finalidade e o resultado final desse processo. Essa antecipação é o que o filósofo húngaro define como o momento da teleologia no ato de trabalho. O intelectual marxista, com base em Hartman, divide esse momento em outros dois: o pôr do fim (a finalidade) e a obtenção dos meios. Assim, existe um momento ideal em que o ser social tanto constrói mentalmente a finalidade (construir uma lança) como articula as possibilidades, a obtenção dos meios (qual a pedra mais eficaz, o tipo de madeira).

Como tenta demonstrar Lukács (2013), ao se materializar essa teleologia, as suas finalidades iniciais precisam se confrontar com a legalidade do mundo, ou seja, com as possibilidades postas pelo mundo material. Nesse sentido, o ideal e o real nunca se equivalem, sendo o real a assumir caráter de prioridade. Lukács (2013, p.93 e 94) ainda nos esclarece que tal processo apenas pode se desenvolver levando em consideração a interdependência entre teleologia e causalidade e que por isso “[...] nesse complexo constituído pela execução de um trabalho se reflete e se realiza a complementaridade inseparável entre teleologia e causalidade”.

Ao expor algumas das determinações que fazem do trabalho a categoria fundante do ser social, podemos então prosseguir em nossa exposição a partir da investigação de Lukács (2013) acerca do momento predominante da especificidade da autoconstituição do ser social e, por conseguinte, do mundo desse tipo novo de ser. Em resumo, o filósofo de Budapeste tratará dois aspectos enquanto momento predominante. Um deles é o momento predominante do trabalho em relação aos demais complexos parciais no processo que Lukács (2013) denominará de salto ontológico. O outro momento predominante do ser social explicitado pelo filósofo húngaro em sua obra de maturidade é o da totalidade no processo de constituição do ser cada vez mais social, naquilo que Lukács (2013) denominará de afastamento das barreiras naturais.

O que o filósofo de Budapeste nos explica é que no processo de humanização do homem, novas questões são colocadas e essas não mais podem ser respondidas pelo trabalho, cabendo assim ao ser social a criação de diversos complexos sociais que não são mais trabalho, mas que são de enorme importância para a reprodução humana. Lukács (2013) usa como exemplos a arte e a ciência enquanto complexos que não são derivados diretamente do trabalho e que possuem o que o

filósofo marxista chama de autonomia relativa em relação ao trabalho, mas que, em certo sentido, só puderam existir graças a uma determinada efetivação das forças produtivas, as quais permitiram ao ser social passar do estágio de pura sobrevivência no mundo, para o de vivenciar o mundo.

Aqui vele expor como arte e ciência não são apenas complexos sociais derivados da porta aberta pelo trabalho mas também a essência de permanência do mundo burguês no mundo por vir. Dos complexos sociais novos apenas esses parecem ter o carimbo de ainda permanecerem na superação do capital. Por óbvio existem críticas. Em ‘Técnica e Ciência como Ideologia’ (1968) Habermas já apontava para uma pergunta: não seria da própria legalidade da ciência a reprodução de suas contradições como certa ‘ação não-ética’? na arte os problemas são ainda maiores. Já que a questão do tempo livre e os produtores de catarse estão em debate constante.

Voltando a Lukács, filósofo húngaro averigua que se quisermos apreender a dinâmica do ser “[...] é preciso indicar onde, na referida interação, pode ser encontrado o momento predominante” (LUKÁCS, 2013, p.253). Essa questão é importante para o filósofo de Budapeste, pois é o momento predominante que garante que não haja uma relação estática entre os complexos, ou seja, que tenhamos de fato um salto em direção a um novo tipo de ser, já que apenas a relação entre complexos, sem levar em consideração o momento predominante, ou seja, aquele lugar onde há uma distinta diferenciação entre o ser anterior e a nova estrutura do ser, o que teríamos seria uma eterna reprodução do mesmo tipo de ser.

Porém, esclarece Lukács (2013, p.253), essa função do momento predominante não se dá apenas pela sua simples ação, “[...] mas simultaneamente as resistências com que se depara, que ele mesmo provoca etc. – que dá a interação, de resto estática, apesar de toda a mobilidade parcial, um direcionamento, uma linha de desenvolvimento” e conclui essa parte do raciocínio afirmando que “[...] vislumbrar claramente essa conexão é especialmente importante quando se fala da transição de uma esfera do ser para outra” (LUKÁCS, 2013, p.253).

Além de nos trazer a questão da interação não-estática entre os complexos como parte significativa para apreendermos a questão do momento predominante, Lukács nos aponta que também é de grande valia a identificação da função da identidade e da não-identidade. Segundo o filósofo de Budapeste se não levarmos em consideração a peculiaridade e as diferenças entre os complexos parciais, não será possível observar de maneira satisfatória o momento predominante. Para isso, um dos

elementos, necessariamente, precisa se constituir enquanto momento predominante, pois ele “[...] não simplesmente com a sua ação, mas também com as resistências contra as quais se choca, que ele próprio desencadeia etc. – que dá uma direção, uma linha de desenvolvimento ao processo enquanto tal.” (LUKÁCS, 2013, p.253).

Assim, reiterando, a defesa de Lukács (2013) da necessidade de compreendermos o momento predominante do salto ontológico, seja da esfera inorgânica para a esfera orgânica, seja da esfera orgânica para a social, é sua fundamental articulação enquanto momento de ruptura: “[...] por si sós as interações não podem produzir em um complexo nada mais que a estabilização do equilíbrio” (op. cit, p.253). E reafirma mais uma vez que “[...] a simples interação (iria) conduzir a um arranjo estacionário, definitivamente estático” (op. cit. 253) sendo essa a conclusão caso não se levasse em conta o papel do momento predominante.

Sendo assim, entende Lukács que é do trabalho que se origina a práxis social. Mas não apenas. O trabalho também é o pressuposto do surgimento de todos demais complexos sociais. Por esse motivo, mesmo aqueles complexos que exibem certa autonomia sofrem influência do trabalho. É nesse sentido, de uma enorme articulação categorial entre os diversos complexos que Lukács entende o ser social, por isso denominará esse ser de “complexo de complexos”, ou seja, não há a possibilidade de na realidade objetiva existir o ser social sem a articulação do trabalho com outros complexos presentes desde o surgimento do ser social¹². Isso porque “[...] os atos de trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos.” (op. cit. p.160).

A característica do trabalho de apontar para além de si mesmo coloca para o ser social novas possibilidades e necessidades que não podem ser atendidas no ou pelo trabalho. Porém, há uma articulação entre os complexos parciais e o trabalho, uma mediação exercida pela totalidade social. Nesse sentido, Lukács (2013) compreende a totalidade social como aquela que executa o papel de momento predominante da relação do trabalho com os demais complexos sociais. Porém, para que não haja dúvida, Lukács (2013) não está apontando a totalidade social como o momento predominante da constituição do ser social e sim da articulação do trabalho com os diversos complexos parciais. Isso porque, como já advertimos, tendo Lukács (2013) como referencial, nem

¹²A divisão do trabalho é um desses processos. Sobre isso dirá Lukács (2013, p.160): “esta, de certo modo, é dada com o próprio trabalho, originando-se dele como necessidade orgânica”. Outro desses processos que compõe inevitavelmente o primeiro complexo de complexos do ser social é a linguagem, do qual trataremos mais a frente.

todos os complexos parciais se relacionam diretamente com o trabalho e nesse sentido, todos os complexos parciais possuem uma autonomia relativa em relação ao trabalho, mesmo estabelecendo com este uma dependência absoluta.

Tendo essas premissas como base, Lukács (2013, p.162) afirma que novos complexos sociais são criados pelo ser social desde o início:

[...] até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações.

O efetivo desenvolvimento do ser social, como podemos observar a partir das indicações de Lukács (2013), se dá exatamente no processo objetivo de reprodução do mundo, ou seja, nas diversas inter-relações dos complexos sociais entre si e, em especial, com a totalidade social, onde de fato se efetiva esse processo. A definição expositiva do trabalho enquanto categoria fundante do ser social em um dos momentos predominantes do devir humano do homem é a tentativa de Lukács (2013) de estabelecer os corretos nexos de prioridade existentes no mundo, tentando assim afastar-se de uma compreensão puramente evolutiva onde os saltos de um determinado tipo de ser a outro, não são observados.

Um dos problemas levantados por Lukács (2013) dessa carência de observação dos momentos onde, no processo de constituição do ser social, há uma clara nova formulação em relação ao ser anteriormente existente, é a pouca compreensão ou confusão na observação do que torna o ser social um ser de novo tipo. Uma dessas explicações tende a observar categorias já constituídas no ser social, sem levar em conta sua anterioridade, sua relação com a natureza, como as que regulam o processo de desenvolvimento da humanidade¹³. O papel desempenhado pelo trabalho, tanto de potencializador da constituição do ser social, como de irrevogável relação do ser de novo tipo, o ser social, e sua anterioridade histórica, os seres inorgânicos e orgânicos, é desempenhada por outras categorias nos seres orgânicos e inorgânicos. Assim, se é a

13. Uma dessas compreensões é a da centralidade do direito, que pode ser observada em Habermas (2012) e em Honneth (2003). Já em *Para uma ontologia do ser social*, Lukács faz uma exposição do lugar do Direito dentro do processo de reprodução social.

capacidade de alterar a natureza em sua volta, alterando-se concomitantemente num processo contínuo o traço diferencial do ser social, é o processo de reposição do mesmo da espécie o traço irrevogável do ser biológico, ou seja, a manutenção de uma determinada espécie apenas pode ocorrer com a manutenção da sua reprodução no sentido biológico (a árvore que dá manga, que dá semente, que vira árvore, que dá manga). Com o ser inorgânico também há um aspecto diferencial. Porém, como aqui se trata do mais primitivo estágio de desenvolvimento do ser, seu processo de diferenciação é com o ser mais complexo em relação a ele, neste caso o ser puramente biológico. Assim Lukács nos apontará a reposição do diferente como a peculiaridade do ser inorgânico é constante tornar-se outro.

Lessa (2015, p.16) resumirá assim a questão:

Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.

Como não seria diferente, o ser social guarda consigo esses traços do ser biológico. Também ele, em última análise, apenas poderá continuar a existir, do ponto de vista da espécie, estando resguardada sua reprodução em sentido biológico. Mas mesmo a reprodução biológica no ser social ganha aspectos qualitativamente novos. Para o ser social continuar a existir enquanto ser de novo tipo essa reprodução, em seus elementos mais simples (viver, crescer, morrer), estará dotada de uma enorme carga social. Se a reprodução biológica é um traço ineliminável do ser social, esta também se dará socialmente regulada (podemos nascer ricos ou pobres; viver em uma cultura cristã ou mulçumana; sermos cremados ou enterrados ao morrer).

Como já observamos, o papel do momento predominante é demonstrar a passagem de uma esfera do ser à outra. Lukács (2013) nomeia esse processo de salto ontológico. Na análise que o filósofo húngaro nos oferece é imprescindível, para a verificação correta do processo de reprodução da forma de ser mais desenvolvida, o ser social, a observação do que torna essa forma de ser completamente diferente das anteriores, ou seja, qual a peculiaridade do ser social em relação ao ser natural.

Nesse processo, Lukács (2013) observa uma questão que lhe parece relevante: perceber como mesmo no mundo natural há pelo menos duas esferas de ser

distintas: os seres inorgânicos e os seres orgânicos¹⁴. Ao adentrar nas diferenças basilares das esferas de ser anteriores ao ser social, o filósofo húngaro pretende reivindicar a anterioridade do mundo em relação ao ser social. Entende que a nova forma apenas pode surgir de um longo processo de transformações que tem sua origem nas esferas de ser anteriores, num processo em que “[...] as categorias pertencentes aos graus inferiores do ser são subjugadas, transformadas” (LUKÁCS, 2013, p.171) dando assim lugar as categorias pertencentes às esferas do tipo de ser superior. Assim, mesmo que no mundo orgânico as categorias inorgânicas façam parte de sua reprodução, essas já serão agora determinadas por processos biológicos: “[...] as determinações biológicas se fazem cada vez mais puras, cada vez mais especificamente biológicas” (LUKÁCS, 2013, p. 193).

Explica Lukács (2013) que entre o ser inorgânico e o ser orgânico acontece um salto ontológico na forma de ruptura (parcial/qualitativa) com a forma de ser anterior, tornando assim essas formas de ser ontologicamente distintas. Porém, pondera o filósofo húngaro, tal processo se dá num longo desenvolvimento e não em uma derivação imediata de um tipo de ser a outro. Nesse longo processo histórico, o decisivo em Lukács (2013) é que ao analisar esse desenvolvimento é possível afirmar que o ser de novo tipo, neste caso o ser orgânico, possui uma característica que o diferencia de todas as formas de ser inorgânica: sua reprodução se dá pelo processo de repor o mesmo (a manga que dá mangueira que dá manga).

Essencial é que fica “[...] evidente que, por ocasião da gênese de algo novo desse tipo, surgem fenômenos de caráter transitório, que jamais levariam ao nascimento, à consolidação, à autoconstrução do novo estágio do ser de forças do novo tipo do ser não desempenhassem o papel de momento predominante nas – irrevogáveis – interações com as forças dos tipos antigos do ser.” (op. cit. p.253).

Como nos explica Lukács (2013), no processo de ruptura entre as esferas inorgânica e orgânica, temos a presença do velho e do novo. Porém, fica claro que o novo irá guiar o caminho em qual tal processo se desenvolverá. É o que acontece ao ser orgânico. Nesse ponto o ser de novo tipo, com suas especificidades e novas funções, mesmo aquelas ainda não claramente postas nos primórdios desse processo, se manifestam.

¹⁴ Não teremos como nos deter acerca das conclusões de Lukács sobre as esferas orgânicas e inorgânicas. Lessa (2007) oferece uma introdução mais detalhada a essa série de questões.

Ainda sobre as esferas do ser anteriores ao ser social, temos em Lukács a constatação ontológica de que “[...] o ser da esfera da vida está baseado na natureza inorgânica de modo tão irrevogável quanto o ser social o está no conjunto do ser natural.” (LUKÁCS, 2013, p.172). Ao definir que o ser ‘da esfera da vida’, o ser orgânico, tem sua anterioridade ligada ao mundo ainda sem vida, ou seja, ao ser inorgânico, o filósofo marxista mais uma vez recupera a necessidade de pautar esse desenvolvimento das esferas do ser embasado na história. Assim, antes de retornarmos ao ser social, temos em Lukács “[...] o princípio da sociabilidade enquanto momento predominante na interação das diferentes formas do ser.” (LUKÁCS, 2013, p.253).

Em resumo, nos diz o próprio filósofo sobre essa série de problemas iniciais dos processos que envolvem o momento predominante do salto ontológico e a maneira correta de abordá-los:

Enfrentar os problemas ontológicos de modo sóbrio e correto significa ter sempre presente que todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser [...] Apontaremos aqui apenas um momento, ou seja, o fato de que as assim chamadas sociedades animais (e também, de modo geral, a “divisão do trabalho” no reino animal) são diferenciações fixadas biologicamente, como se pode ver com toda a clareza no ‘Estado das abelhas’. (LUKÁCS, 2013, p.46, aspas no original).

Ao voltar a tratar do ser social, o filósofo húngaro retomará aquelas categorias basilares que o distinguem dos tipos anteriores de ser, e assim se apresenta como momento motriz do salto ontológico:

[...] se, a despeito de todas essas conexões e analogias, rejeitamos qualquer semelhança mais ampla entre as duas esferas do ser que se refira à sua essência, o motivo decisivo dessa diferença qualitativa já foi extensamente tratado: o trabalho, pôr teleológico que o produz, a decisão alternativa que necessariamente o precede consiste de forças motrizes reais que determinam a estrutura categorial, que não tem qualquer semelhança com os motores da realidade natural. (LUKÁCS, 2013, p.172).

Podemos perceber então, considerando sempre as enormes diferenças entre

os tipos de ser, que algo acontece no mesmo sentido quando tratamos do ser social. Como um ser que foi capaz também de executar um salto ontológico em relação a forma anterior de ser, o ser social tem suas bases no ser orgânico. Apenas considerando essa base orgânica o processo de reprodução dessa nova forma de ser pode construir qualitativamente novas determinações e assim construir o mundo dos homens, com novas legalidades e complexos.

Esse processo de constituição do ser social tem no constante afastamento das barreiras naturais parte significativa do seu desenvolvimento. Lembremos que esse afastamento nunca se dá no sentido de um afastamento por completo, afinal, como já apontamos, Lukács (2013) compreende esse processo de constituição das novas formas de ser sempre em articulação com as formas precedentes. É nesse sentido que o trabalho mais uma vez desempenha uma função essencial, sendo ele o vínculo inseparável do homem com o mundo natural, por um lado, e por outro põe o ser social num processo histórico marcado justamente pelo afastamento das barreiras postas pela natureza e criando assim leis que regem o mundo social que são completamente distintas das que regulam o mundo natural, seja ele orgânico ou inorgânico. Ou seja, se o ser social existe em articulação com a natureza, estas categorias novas que operam leis puramente sociais somente podem existir “[...] sempre e apenas de um afastamento da barreira natural e nunca de um desaparecimento do natural.” (LUKÁCS, 2013, p.166).

Esse processo, como dissemos, tem no trabalho seu catalizador. Dirá Lukács (2013, p.159) que

[...] o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente [...] todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas.

Assim, o lugar correto do trabalho seria “[...] no contexto da totalidade social, na inter-relação daqueles complexos de cujas ações e reações surge e se afirma o trabalho” (op. cit.p.159). Esse processo desencadeado pelo trabalho “[...] impõe condições, tarefas, etc, à sua existência, à sua reprodução, e a atividade do ser vivo na preservação de si próprio e na da espécie se concentra em reagir adequadamente a elas” (op. cit. p.303). É nesse processo de agir adequadamente que o ser social “[...] separa-se nesse tocante de todo ser vivo até ali existente quando ele não só reage ao seu entorno,

como deve fazer todo ser vivo, mas também articula essas reações em forma de respostas em sua práxis.” (op. cit. p.303).

Tal procedimento tem “[...] no pôr teleológico sempre dirigido pela consciência e, sobretudo, na novidade primordial que está contida implicitamente em cada pôr desse tipo” (LUKÁCS, 2013, p.303). E esse desenvolvimento “[...] funda-se no fato de que a atividade dos homens não só contém respostas ao entorno natural, mas também que ela, por sua vez, ao criar coisas novas, necessariamente levanta novas perguntas que não se originam mais diretamente do entorno imediato [...] a construção de um entorno criado pelo próprio homem, o ser social.” (op. cit. p.303).

O reagir de modo adequado significa que o homem opera posições teleológicas, ou seja, que ele antecipa mentalmente o que pretende fazer objetivamente. Isso leva o ser social a escolher entre alternativas ainda no processo mental, antes de efetivar tal ação. Quando essa escolha mental se faz, cabe então ao ser social tentar efetivá-la, ou seja, proceder de acordo com o que antecipou mentalmente, transformando assim a natureza e o mundo a sua volta, como nas palavras de Lukács (2013, p.302 e 303):

[...] a própria história expõe o seguinte conjunto de fatos extremamente simples, fundamental em termos ontológicos: o trabalho é capaz de despertar novas capacidades e necessidades no homem, as consequências do trabalho ultrapassam aquilo que nele foi posto de modo imediato e consciente, elas trazem ao mundo novas necessidades e novas capacidades para satisfação destas e não estão pré-traçadas – dentro das possibilidades objetivas de cada formação bem determinada – quaisquer limites apriorísticos para esse crescimento da ‘natureza humana’.

Esse processo de transformação não altera apenas o mundo a sua volta, mas também o próprio ser social que opera esse processo:

[...] ao serem enquadradas na reprodução social dos homens, de forma socialmente fixada, as alternativas postas e respondidas corretamente – corretamente no sentido de que correspondem às “exigências do dia” – são postas como partes integrantes do fluxo contínuo da reprodução do homem singular e da sociedade, consolidando-se, ao mesmo tempo, como crescimento da capacidade de vida da sociedade em seu todo e como difusão e aprofundamento das capacidades individuais do homem singular. (LUKÁCS, 2013, p.206).

O desenvolvimento relatado nos mostra que a reprodução social é

necessariamente pautada na produção do novo. Esta, na investigação de Lukács (2013), se consolida “[...] como, de um lado, crescimento da capacidade vital da sociedade no seu todo e, de outro, difusão e aprofundamento das faculdades individuais dos homens singulares.” (p.206).

Como parte de um longo processo histórico envolto em avanços e recuos, essa “[...] transformação ontológica real do em-si mudo da genericidade da natureza orgânica no para-si não mais mudo no ser social é algo muito mais amplo, mais abrangente do que a nua oposição psicológica ou gnosiológica de consciente e não-consciente” (LUKÁCS, 2013. p.206). O filósofo húngaro toma como exemplo desse longo processo a própria categoria que funda o ser social, o trabalho, ao explicar que “[...] Nele se externa de pronto em toda a sua clareza a separação qualitativa das duas espécies do ser. Contudo, o pôr teleológico do trabalho – do ponto de vista do gênero – já é consciente? Sem dúvida que não é [...] este, contudo, lança luz, num primeiro momento, tão somente sobre o ato singular do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p.206). É nesse longo processo de humanização, ou de encontro com o devir-humano do ser social, que esse ser que responde, o ser social, oferece respostas cada vez menos as necessidade imediatamente naturais “[...] mas, muito antes, o metabolismo cada vez mais disseminado e aprofundado da sociedade com a natureza [...] as respostas nascem cada vez menos de modo imediato, mas são, muito antes, preparadas, desencadeadas e efetivadas por perguntas que, até certo ponto, se autonomizam.” (op. cit. p.304).

Por isso, o ser social não pode ser mais entendido numa relação imediata com o mundo natural que o cerca. Agora, mesmo essas interações inevitáveis (pensemos nos complexos da alimentação ou da reprodução no sentido sexual, por exemplo), são mediados pela totalidade social. Por tanto, a lei geral joga um papel no sentido de transformar essas categorias em categorias sociais. Mesmo aspectos que aparentemente fazem parte da composição biológica do ser (utilizemos mais uma vez o exemplo da alimentação), no ser social são articulados a partir das determinações da totalidade social, por leis sociais. A lei natural de que o ser biológico precisa se alimentar é subvertida no ser social onde, por exemplo, a alimentação não é mais apenas um aspecto da existência física do ser, mas da existência “espiritual”. Escolhemos se vamos apenas comer vegetais, se vamos comer em um restaurante italiano, amamos *fast food* e odiamos brócolis. Alimentar-se deixa de ser um aspecto da sobrevivência puramente biológica para tornar-se uma determinação da nossa existência social.

Mas, uma observação de Lukács (2013, p.174) se faz necessária:

[...] as tendências que aí ganham expressão não possuem qualquer caráter teleológico, embora se sintetizem em tendências objetivas gerais a partir dos pores teleológicos singulares dos homens socialmente atuantes. Elas, portanto, correm na direção que lhes é apontada pelas necessidades que provocam pores teleológicos; uma vez que estes, porém, em sua maioria esmagadora, não tem clareza sobre si mesmo, uma vez que cada por teleológico põe em movimento cadeias causais mais numerosas e diversas que aquelas conscientemente intencionadas no próprio pôr, essa síntese que se tornou social vai além de todos os pores singulares, realizando – em termos genericamente objetivos – mais do que estava contido neles; na maioria dos casos, contudo, ele o faz de tal modo que as possibilidades de realização, que na sequência resultam para os homens singulares, muitas vezes parecem ser diferentes do curso geral do desenvolvimento e até antagônicos a ele.

Como o trabalho tem como parte de sua especificidade o ato de remeter sempre para além de si próprio, este permite à humanidade a possibilidade de adentrar num processo histórico que tem seu lugar no pleno desenvolvimento na reprodução social. Por isso, para Lukács (2013), o trabalho não apenas funda o ser social, mas também, em relação a sua gênese e desenvolvimento, desempenha a função de momento predominante.

A partir dessas observações apontadas por Lukács (2013) sobre o surgimento e a evolução no ser social, podemos perceber como para o filósofo húngaro tanto o trabalho quanto a totalidade social desempenham papel de momento predominante do processo de reprodução social. Perseguindo as conexões alcançadas por Lukács (2013) na análise da gênese e do desenvolvimento do ser social, pretendemos explicitar o caminho percorrido pelo filósofo húngaro para demonstrar como é possível que o momento predominante da processualidade reprodutiva do mundo dos homens seja, ao mesmo tempo, exercido pelo trabalho e pela totalidade social.

Explica o filósofo húngaro que, com o tempo, os complexos parciais, que através do trabalho e todo processo que dele se desenrola (teleologias, causalidades, alternativas entre possibilidades) surgem complexos parciais que, em princípio dispersos, “[...] se multiplicam e se tornam cada vez mais mediados, articulando-se em complexos peculiares, dando origem, pela interação de todas essas forças, a sociedade em seus estágios bem determinados.” (LUKÁCS, 2013, p.309).

Depois de expormos, a partir do apreendido da obra de maturidade de

Lukács (2013), que o trabalho exerce a função de momento predominante na construção das categorias sociais, ou seja, do homem cada vez mais humano, nas palavras de Lukács (2013, p.275) o devir humano do homem, veremos agora que é a partir do trabalho que, “[...] considerado ontologicamente, constitui um ponto de cruzamento das inter-relações entre as legalidades da natureza e as da sociedade”, desenvolvendo-se assim o complexo econômico. Nesse sentido o filósofo marxista nos demonstra que

[...] no âmbito do ser social, justamente o complexo, cuja prioridade ontológica repetidamente enfatizamos, o mundo da economia, constitui simultaneamente a área em que se pode ver a legalidade do acontecimento em sua forma mais bem definida. É exatamente o ponto em que a autorreprodução da vida humana e a natureza (tanto orgânica, quanto inorgânica) estabelecem uma inter-relação indissolúvel, em que, através dessa mediação, é dada ao homem a possibilidade de vivenciar as legalidades da natureza não só como objeto delas, mas também de conhecê-las e, por intermédio de tal conhecimento, convertê-las em elemento, em veículo da sua própria vida. (LUKÁCS, 2013, p.274).

A reprodução social resulta “[...] das interações entre as respectivas formações sociais e as possibilidades e necessidades de ação dos próprios homens que se realizam concretamente dentro do campo de ação oferecido pela formação e das possibilidades e tarefas que esta lhes propõe” (LUKÁCS, 2013, p.302). Articula-se assim os dois polos da reprodução social: o indivíduo em direção do seu ser-para-si e a generidade humana na totalidade da sociedade.

Esse curso em direção à totalidade é para o filósofo de Budapeste o local correto onde “[...] as categorias revelam sua verdadeira essência ontológica” (LUKÁCS, 2013, p.303). Para o filósofo húngaro, conhecer o modo específico de objetividade dos complexos parciais “[...] é condição indispensável para a compreensão abrangente da sociedade” (op.cit. 303). Por isso assevera Lukács (2013) para o cuidado que deve ser tomado, pois quando um complexo “[...] é examinado isoladamente ou posto no centro, as autênticas e grandes linhas do desenvolvimento total facilmente podem ser distorcidas.” (op. cit. p.303).

Mais uma vez Lukács (2013) nos demonstra como o local correto de apreensão do movimento do real e dos complexos parciais, sejam eles quais forem, é na reprodução social e não observado isoladamente, a partir de uma abstração

gnosiológica¹⁵. Essa afirmação é feita para complementar seu raciocínio sobre o complexo econômico, já que o mesmo nos afirma que “[...] no centro dessa descrição devem figurar o surgimento e a mudança das categorias econômicas. Nesse aspecto, na condição de reprodução factual da vida, a economia se diferencia ontologicamente de cada um dos demais complexos.” (LUKÁCS, 2013, p.310).

Assim, o complexo econômico desempenha um papel diferencial em relação aos demais complexos parciais. Seguindo os passos de Marx, Lukács (2013, p.310 e 311) compreende o complexo econômico

[...] como sistema dinâmico de todas as mediações que compõe a base material para a reprodução do gênero humano e de seus exemplares singulares. Com isso, se ganha expressão, ao mesmo tempo, justamente aquele desdobramento no processo que agora nos ocupa: a socialização da sociedade e, com esta, a dos homens que a perfazem realmente em sua caracterização ontológica elementar, não falsificada.

Assim, em *Para uma ontologia do ser social*, a reprodução do indivíduo coincide com a reprodução do gênero: “[...] o desenvolvimento das forças produtivas – em-si, conforme a sua essência – coincide com a elevação das capacidades humanas” (LUKÁCS, 2013, p.311). Assim, podemos entender o complexo econômico enquanto um conjunto de atividades que expressa, de forma imediata, as necessidades postas pela reprodução material, pondo novas tarefas, criando novas necessidades que apenas podem ser atendidas com a criação de novos complexos sociais e assim estes são desenvolvidos. Assim “[...] quão pouco as leis gerais da economia que determinam conteúdo, forma, direção, ritmo etc. da reprodução, possuem um caráter mecanicamente geral quando se tornam realidade concreta” (op. cit. p.189).

Nesse momento, é importante ressaltar uma estrutura do ser social denominada por Lukács (2013) de complexo de complexos. Assim, os complexos parciais nascem e operam dada a especificidade do ser social, da seguinte maneira:

[...] os pores teleológicos importantes para a reprodução do homem e do gênero humano, aprimorados e promovidos no início de modo espontâneo, depois de modo consciente, pouco a pouco, vão formando conexões objetivas dinâmicas, dotadas de lei própria, que tornam esses pores cada vez mais efetivos por meio de tais mediações. (op.

¹⁵. Em seu livro sobre o método científico, Tonet (2013, p.11) definirá a abordagem gnosiológica como “uma abordagem que tem no sujeito o polo regente do conhecimento”. Na mesma obra essa questão é aprofundada, algo que não podemos fazer nesse momento.

cit. p.265).

O lugar específico da influência dos complexos parciais “[...] consiste em que as circunstâncias do desenvolvimento impõem uma diferenciação ampla, às vezes até exacerbada ao extremo, mas que, por trás dela, dentro dela, sempre fica preservado algo da unidade originária.” (LUKÁCS, 2013, p.265).

Para Lukács (2013), mesmo sendo a luta de classes, desenvolvida pela disputa pela posse do trabalho excedente, um aspecto decisivo de uma determinada época, este não é o único traço do desenvolvimento social a determinar a evolução das formações sociais. Porém, é o momento predominante de tal desenvolvimento:

[...] esse ‘idêntico’ constitui simultaneamente uma única mudança, um ininterrupto tornar-se diferente. Com efeito, o desenvolvimento econômico produz constantemente novas formas do mais-trabalho, novas formas de sua apropriação (e de suas garantias jurídicas), novas formas de sua distribuição entre os diferentes grupos e estratos de apropriadores. (LUKÁCS, 2013, p.268 e 269).

Justamente nesse sentido “[...] se exprime o caráter do ser econômico, da atividade econômica, enquanto momento predominante em relação a todos os outros complexos sociais” (ob. cit. p.269). A economia exerce a função de momento predominante em relação a todos os complexos sociais, porém a autonomia relativa desses complexos jamais pode ser desconsiderada; ela não desaparece, ou nas palavras de Lukács (2013, p.269):

[...] só dentro da dinâmica concreta do desenvolvimento econômico, reagindo concretamente a ele, executando o que ele exige em termos sociais, contrapondo-se às suas tendências concretas – etc., que ele pode encontrar sua peculiaridade bem própria, avançar rumo a uma autonomia autêntica.

Sobre a questão da autonomia dos complexos singulares, o filósofo de Budapeste nos adverte que não pode haver nivelamento conceitual, devendo-se levar em consideração a variada efetividade da influência dos complexos que interagem, quanto o fato de que “[...] o papel concreto do momento predominante não é sempre e em toda parte o mesmo [...] as classes e a luta de classes modificam muito mais intensamente o desenvolvimento econômico que a interação com qualquer outro complexo.” (LUKÁCS, 2013, p.270).

Porém, mesmo levando em consideração essa variada relação entre os complexos parciais e a necessidade em se analisar caso a caso na história, Lukács (2013, p.270 e 271) reafirma que

[...] é o desenvolvimento econômico que, no final das contas, determina as relações de forças das classes e, desse modo, também o desfecho das lutas de classe, mas apenas em última instância, pois [...] quanto mais desenvolvidas são as classes no sentido social, quanto mais o seu ser social faz afastar as barreiras naturais, tanto mais relevante o papel desempenhado em suas lutas pelo fator subjetivo, pela transformação da classe em si numa classe para si, e isso não só em seu nível geral de desenvolvimento, mas também em seus detalhes, incluindo as respectivas personalidades de liderança, cuja constituição, segundo Marx, sempre é coisa do acaso.

Assim, se considerarmos que o desenvolvimento econômico, em última análise, determina as relações de força entre as classes e, portanto, também, em certo sentido, vencedores e vencidos desse confronto, poderíamos concluir então que, conforme Lukács (2013), as classes modificam o desenvolvimento econômico mais diretamente do que qualquer outro complexo social. Por isso, postula que “[...] para o desenvolvimento econômico [...] não é a mesma coisa qual classe vença em uma crise revolucionária, produzida pelo próprio desenvolvimento econômico e de qual modo ela se ponha a organizar a sociedade.” (LUKÁCS, 2013, p.271).

Nesse sentido, a relação entre luta de classes e momento predominante se dá da seguinte maneira:

A economia, portanto, cumpre ontologicamente a função de momento predominante do desenvolvimento social em relação à luta de classes. Já as classes, e nelas as suas individualidades, enquanto resultado do desenvolvimento objetivo de uma dada época, respondem às demandas sociais em conformidade com as determinações da própria objetividade. Daí a infinita variedade e multiplicidade de tais respostas, e a complexa interação que a consciência de tais indivíduos exerce na sua relação com o desenvolvimento econômico objetivo em cada formação social concreta. Desse modo o complexo econômico não é uma realidade puramente objetiva, indiferente à nossa existência [...] muito antes é a síntese no plano das leis daquele atos teleológicos que cada um de nós efetua ininterruptamente e – sob pena de ruína física – tem de efetuar ininterruptamente durante toda a sua vida. (op. cit.p.269).

Importante salientar: a separação da economia como momento predominante posta aqui é expositiva. No mundo objetivo, na reprodução social, essas

questões estão postas de maneira concomitante.

Nossa tentativa de aproximação ao tratamento dado por Lukács (2013) pode ser resumido da seguinte maneira: para Lukács (2013), o trabalho funda um novo tipo de ser, o ser social. Este é distinto dos seres até então existentes, a saber: os seres inorgânicos que tem no repor um diferente seu momento predominante de reprodução e o ser orgânico que tem no repor o mesmo seu momento predominante no processo interno de reprodução. Esse novo tipo de ser, o ser social, em nenhum sentido pode ser compreendido sem levarmos em consideração sua ineliminável relação com as outras esferas do ser.

Aqui, mais uma vez, é o trabalho a categoria que exerce essa função. Também graças ao trabalho o ser social abre um campo novo de possibilidades posta no mundo e para responder a essas novas possibilidades constrói novos complexos sociais que em certo sentido não possuem qualquer relação direta com o trabalho. Lukács (2013) nos mostra que tais complexos possuem uma relação de autonomia relativa ao trabalho (pensemos no complexo da arte).

Nesse sentido, os nexos internos do trabalho (teleologia, objetivação, exteriorização) articulam-se às determinações causais do mundo e de outros seres sociais, originando diversos complexos de complexos os mais distintos do que existe no ser orgânico e no ser inorgânico. Por ser a categoria fundante do ser social, o trabalho se constitui enquanto momento predominante da gênese da totalidade social.

Conforme o processo de sociabilização avança, as categorias sociais tornam-se cada vez mais sociais, fazendo assim o complexo social se desenvolver ininterruptamente. Em tal processo de desenvolvimento, temos o complexo econômico, complexo social derivado do trabalho, exercendo o papel de prioridade ontológica na efetivação da reprodução material do mundo dos homens, já que é pela mediação do complexo econômico que outros complexos particulares que compõem a totalidade genérica podem surgir. Nesse sentido, é a economia o momento predominante que determina a direção, o ritmo e o sentido da evolução do ser social a sua expressão mais elevada.

Assim podemos perceber que o desenvolvimento dos complexos particulares não ocorre de maneira mecânica, determinada ao trabalho diretamente, sendo necessária a mediação da totalidade social. Nesse sentido, a totalidade social exerce a função de medição entre o trabalho, categoria fundante e momento predominante da gênese do ser social, e demais complexos sociais parciais.

Colocadas essas questões sobre a peculiaridade do trabalho no processo de constituição do ser social, ou seja, enquanto categoria fundante do ser social e momento predominante da constituição do novo tipo de ser, faz-se necessário agora avançarmos para as questões mais especificamente referentes ao complexo da linguagem, sua articulação com o trabalho e sua peculiaridade no processo de constituição do ser social, segundo Lukács (2013).

2.3 LINGUAGEM COMO COMPLEXO DE APROPRIAÇÃO, EXPOSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO REAL

Concluímos o momento anterior de nossa investigação demonstrando como, para Lukács (2013), trabalho e totalidade social aparecem enquanto momentos predominantes da constituição do ser social, mesmo que em aspectos distintos dessa constituição. Assim, deve-se levar em consideração, para a apreensão de um complexo social, em sua totalidade, as peculiaridades de sua constituição. Ou seja, sem a precisa compreensão da articulação que existe no mundo objetivo entre o trabalho e um dado complexo parcial, quais as mediações existentes nessa articulação e o quanto esse dado complexo parcial interfere na reprodução material, no trabalho, e vice-versa, será impossível a compreensão efetiva desse complexo parcial.

Sendo assim, ressaltamos que neste momento de nosso trabalho temos por objetivo uma aproximação acerca do complexo da linguagem a partir dos apontamentos feitos por Lukács em *Para uma ontologia do ser social*, sempre ressaltando que, como nos lembra Lessa: “Não era seu objetivo, nem poderia ser dado o tamanho da tarefa, a exploração cabal de todos os complexos sociais parciais. O que ele se propôs foi delinear as articulações mais gerais que conectam os complexos sociais ao trabalho.” (LESSA, 2012, p.213).

A primeira observação que podemos retirar acerca da relação entre linguagem e trabalho é que, diferentemente de outros complexos sociais que se efetivam em uma relação de independência ao trabalho¹⁶, este surge no ser social exatamente para responder questões colocadas pelo processo de transformação da natureza postos pelo trabalho. Lembremos: essa relação não postula uma anterioridade cronológica. Não

16. Lembremos, se há uma independência, uma autonomia de certos complexos parciais em relação ao trabalho, está apenas se dá de maneira relativa. Há sempre, segundo Lukács, uma dependência ontológica de todos os complexos parciais ao trabalho. Um dos exemplos usados por Lukács (2013, p. 231 em diante) é o complexo jurídico.

cabia ao estudo do filósofo marxista, muito menos ao nosso, a definição cronológica de qual complexo surgiu primeiro, não se trata disso.

A separação categorial é uma abstração, como nos apresenta Lukács (2013), ou seja, na realidade esses complexos aparecem imbricados, uma relação dialética de causa e efeito mútuo que se retroalimenta. Assim, para Lukács, eles seriam co-originários. Até porque é na efetivação que se encontram na materialidade. Do ponto de vista da melhor Ciência que busca compreender os inícios da humanidade esses momentos iniciais são impossíveis de descrever com essa separação tão radical. Essa questão tem importa relação nos desdobramentos seguintes quando trataremos da questão do conhecimento científico e da finalidade do jornalismo e seu princípio educativo.

Parte da nossa tradição defende uma autonomia relativa dos complexos ao trabalho (e ao complexo econômico) mas nos fins de conclusão essa autonomia se desfaz. A correta relação entre os complexos ‘ideológicos’ (aqui no sentido lukacsiano não de falsa consciência mas sim daqueles complexos sociais que não estão diretamente ligados a produção e reprodução da vida material, ao trabalho) e o trabalho é parte da tarefa do marxista dos nossos dias. Assim, tanto diferenciar esses complexos do trabalho como estabelecer sua correta posição na mediação do ser social com o modo de produção é o que se pretende aqui nas questões de Comunicação midiática e jornalismo.

Isso posto podemos avançar. De fato, segundo Lukács (2013), o trabalho sequer poderia existir sem a mediação da linguagem. No processo de tornar-se humano, é a articulação do complexo da linguagem com o trabalho que efetiva dois momentos de extrema importância para efetivação do devir-humano do homem em seu processo de continuidade social. Estamos falando do processo de acumulação do ser social, o qual permite que em sua articulação com a natureza ele não reinicie sempre do zero, ou seja, de ter como ponto de partida o apreendido desde então e ter consciência disso (*homo sapiens sapiens*, que sabe que sabe). Aqui reside também, nessa primeira aproximação entre trabalho e linguagem, o fundamento da Educação em sentido mais amplo¹⁷. Outro ponto essencial dessa relação entre trabalho e linguagem é o processo de generalização, ou seja, o ato de nomear o novo, produto de trabalho e suas consequências ontológicas. Dessas duas questões trataremos mais à frente.

Os momentos sobre os quais Lukács se debruça em *Para uma ontologia do*

17. Para uma melhor compreensão acerca do complexo da Educação a partir de *Para uma ontologia do ser social*, ver Lima e Jimenez (2011).

ser social à análise da linguagem no processo de constituição do ser social não estão sistematizados como o trabalho, a ideologia ou a alienação. O complexo da linguagem aparece no decorrer da análise do filósofo húngaro e percorre todo o texto. Porém, há momentos em que as questões sobre a peculiaridade da linguagem aparecem com mais clareza. No capítulo *A reprodução*, na parte referente ao complexo de complexos, o filósofo húngaro dedica algumas páginas quase que exclusivamente a compreensão da especificidade da linguagem, tanto na sua relação com o trabalho e a totalidade social no processo de constituição do ser social, enquanto complexo social intimamente ligado ao trabalho, além de sua diferenciação em relação a complexos já ‘puramente sociais’, no sentido de não ser uma determinação direta do trabalho.

O início dessa questão, como não poderia deixar de ser se considerarmos o já escrito até aqui, é tratado no processo de identidade e não-identidade dos processos comunicativos no mundo animal em relação ao mundo social. Essa questão é importante para o filósofo de Budapeste, mais uma vez, porque é dela que as determinações do salto para um novo tipo de ser podem ser demonstrado. E não à toa a linguagem é o modelo usado pelo filósofo marxista, pois “[...] se examinarmos os supostos rudimentos de linguagem no reino animal, não resta qualquer dúvida que, nos animais superiores, há formas de comunicação, inclusive bastante exatas” (LUKÁCS, 2013, p.212). A definição de rudimento de linguagem é precisa. Serve para caracterizar que linguagem é uma categoria social, logo o tipo de comunicação existente no mundo animal não é linguagem propriamente dita, assim como o tipo de transformação da natureza efetivado pelos animais também não é trabalho.

Aqui estamos, tendo o aporte da investigação reflexiva de Lukács, afirmando que do ponto de vista ontológico, aquilo que é produzido pelas abelhas não é trabalho, assim como o que é produzido pelos animais não é linguagem no sentido da linguagem simbólica humana. Isso porque assim como trabalho é a articulação entre necessidade, busca de alternativas e finalidades no processo de transformação da natureza (articulado por Lukács como teleologia e causalidade), a linguagem simbólica tem sua efetivação naquele processo já dito: acumulação contínua do ser social, já que o processo de aprendizagem necessário para que o desenvolvimento do ser se efetive a partir de um ponto e não seja necessário o retorno à estaca zero, portanto se há um registro a ser ensinado as novas gerações, o futuro está em jogo, portanto algo para além do aqui e agora, presente, e relativo as experiências vividas, o passado. Ela implica na generalização do novo produzido, com o ato de nomear os produtos de trabalho que

desencadeia o processo de apreensão subjetiva do ser social. Tal momento de generalização é fundamental no processo de identidade e não-identidade entre ser e objeto e entre o objeto em si e o ato de nomear. Desse modo, ao denominar determinada ferramenta pela alcunha de machado, não estamos apenas falando de um machado específico, mas sim de um determinado tipo de objeto e por isso a imagem de um machado surgirá em nossa mente, sem representar um machado específico, criando assim uma conceituação do objeto.

Voltando ao ato comunicativo no mundo animal, Lukács (2013, p.212) avança em sua observação ao constatar que eles estão “[...] em conexão com sua busca de alimento, com sua vida sexual, com a proteção perante inimigos” e surgem nos animais para que estes possam cumprir as exigências de sua reprodução biológica. O filósofo marxista destaca esse tipo de comunicação porque, em certo sentido, ela ainda está presente no ser social tanto “[...] no início, (quando) ela foi assumida essencialmente sem alterações pelo homem em surgimento, mas também porque ainda permanece em funcionamento nos estágios mais elevados do desenvolvimento social.” (LUKÁCS, 2013, p.213).

Após apontar que essa similaridade entre o processo comunicativo animal e social e demonstrar que essa função está presente não apenas no início do processo de socialização, mas até em nossos dias, Lukács (2013) nos demonstrará, argumentativamente, que tal processo permanece em expansão com a socialização cada vez maior do ser social. Lukács (2013) e denominará esses processos como ‘comunicação por meio de sinais visuais ou auditivos totalmente inequívocos’ e argumenta que ele continua a existir “[...] com a explicitação mais elevada da socialidade, com a difusão e a intensificação do intercâmbio entre os homens” (op. cit. p.213). Para demonstrar tal processo, o filósofo usa um exemplo cotidiano:

Tomemos como exemplo as lâmpadas verdes e vermelhas no trânsito ferroviário, nos cruzamentos de ruas das cidades grandes, nos sinais que regulam o trânsito de automóveis nas estradas, nos sinais com flâmulas dos navios etc. Em todos esses casos – tanto no dos homens como no caso dos animais –, um determinado sinal inconfundível prescreve a necessidade incondicional de reagir de certa maneira a ele. (LUKÁCS, 2013, p.213).

O que tentamos demonstrar aqui tendo Lukacs como aporte teórico é que nossa separação com a comunicação animal guarda similaridades. A evolução ainda nos

mantém em um lugar onde a ‘comunicação inequívoca’ ainda permanece. Alguns autores vão discordar disso. O professor Ciro Marcondes Filho (2019) vai defender uma tese de que a Comunicação é algo raro. Justamente porque o processo de complexificação do ser social e a cada vez maior individualização do sujeito praticamente impede qualquer tipo de precisão. Desde questões biológicas (como cegueira, daltonismo) ou físicos (já que sabemos que cores são questões ópticas que envolvem luz e sombra) passando por culturais. Seria como se o a evolução tivesse nos levado para tempos cada vez mais incomunicáveis e a consequência ‘natural’ sejam esses tempos ‘pós-modernos’ onde a opinião, o lugar de fala, se sobrepõe a realidade dos fatos. Não existindo mais fatos e sim versões como defendem a esquerda identitária e a direita ‘olavista’

O que nos demonstra Lukács (2013) é que há uma função na linguagem que já está presente nos ‘rudimentos de linguagem’ que podem ser notados nos animais: o ato de comunicar precisamente certos aspectos, que garantem o processo de reprodução biológica, também é observado no processo de reprodução social. Como exemplo, temos no ser social a compreensão da mensagem estabelecida pelo semáforo quando está verde, que é universalmente reconhecida pelo ser social e seu aspecto de precisão e perceptível. E nos animais quando alguns ruídos passam a ser estabelecidos como “padrões” para designar perigo.

No caso dos animais, essa determinação dos sinais está relacionada ao fato de suas necessidades serem espontâneas, ou seja, não há uma intencionalidade posta por uma prévia-ideação, ao contrário, essas necessidades são geradas exclusivamente de sua reprodução biológica e por isso a comunicação no mundo animal “[...] não desperta nenhuma necessidade de comunicação por meio de sinais particulares” (ob.cit. p.213). Quando nos reportamos para o ser social, essas questões tomam uma outra direção.

Nas sociedades desenvolvidas, surgem sinais para áreas especificamente particularizadas de cada atividade da mesma espécie, nas quais os momentos que divergem do curso mecanizado normal, mas que se repetem com frequência, são sinalizados como tais por meio de sinais específicos. (Via de mão única no trânsito de automóveis.) Dessa função dos sinais decorre que também eles apareçam só em intervalos e jamais poderão ser interligados numa continuidade. Portanto, nos dois casos, o sinal está vinculado a uma situação que se repete com frequência, mas que é sempre singular e que exige uma reação bem determinada; ou seja, a observação exata e, por isso, exitosa desses sinais não pressupõe nenhuma apreensão real dos componentes reais da situação, nenhuma reação diferenciada a

ela. No caso dos animais, esse “automatismo” surge da adaptação biológica ao ambiente; no caso dos sinais na sociedade, trata-se de que determinados tipos de reação são fixados com exatidão de uma vez por todas no interesse da regulação simplificada do trânsito etc. (LUKÁCS, 2013, p.213).

Após identificar os momentos de similaridade entre a comunicação humana e a animal, Lukács (2013) avança para a demonstração dos momentos de ruptura na relação entre os atos comunicativos humanos e os animais. Nesse processo, o advento da linguagem, por ser categoria exclusivamente social, oferece ao novo homem novas possibilidades de vivenciar o mundo, antes impossíveis no ser anterior, o ser puramente biológico.

Na articulação entre trabalho e linguagem temos a identificação desta última enquanto o elo que conserva mentalmente o produzido pelos atos de trabalho, além de nomear este novo que surge a partir do trabalho. Isso é possível graças a generalização, parte essencial do processo de trabalho, posta pela reprodução social que é o lugar adequado no processo de constituição do ser e das coisas, explicada por Lukács (2013, p.86) da seguinte forma:

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral.

Assim, o processo de criação do novo advindo do trabalho produz essa necessidade de generalização e acumulação do produzido pelo ser social. Esse processo é de enorme importância para a reprodução social, como nos alerta Lessa (2012, p.184), “[...] sem isso, nenhuma reprodução social seria possível”, pois, como já observamos, é essa dupla função da linguagem, a generalização e a acumulação, que permite que o ser social se desenvolva a partir do apreendido e não precise retornar sempre ao momento anterior de apreensão das determinações da natureza.

É com esse intuito que surge a linguagem: para cumprir a função daquilo que Engels (*apud.* LUKÁCS, 2013, p. 127) contextualizou como fruto da “[...] necessidade (que) criou seu órgão correspondente”. Tal necessidade observada por Engels é a de que os homens “[...] tinham algo a dizer um ao outro” (*op.cit.* p.127). Porém, coube a Lukács (2013) a especificação desse ‘dizer algo’. Assim, o filósofo de

Budapeste afirma que “[...] comunicações tão importantes como aquelas referentes ao perigo, aos meios de alimentação, ao desejo sexual, etc. já encontramos nos animais superiores” (op.cit. p.127). Assim, as diferenças dessa comunicação produzida pelos outros animais e as humanas encontra-se exatamente no quanto o dizer algo no processo de autoconstituição do ser social procede de maneira qualitativamente diferente.

A linguagem cumpre um papel importante nesse processo de autoconstituição do ser social, denominado por Lukács (2013) como “devir humano do homem”, ou nas palavras do filósofo húngaro:

Em sua determinação do trabalho, cujo texto já citamos amplamente, Marx fala de sua ação determinante sobre o sujeito humano. Ele mostra como o homem, ao atuar sobre a natureza e transformá-la, “modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (LUKÁCS, 2013, p.79).

O processo de trabalho desencadeia uma série de novos complexos e novas mediações são necessárias para cumprir as novas necessidades postas por este ao ser social. Parte dessa novidade acontece quando “[...] o pôr teleológico conscientemente realizado provoca um distanciamento no espelhamento da realidade” (LUKÁCS, 2013, p.84). A partir desse distanciamento “[...] nasce a relação “sujeito-objeto” no sentido próprio do termo” (op.cit.p.84). Assim, Lukács (2013) compreende que para que o ser social possa apreender conceitualmente os fenômenos da realidade faz-se necessário o surgimento da linguagem, para que, assim, possa ser realizada tanto as posições teleológicas, quanto a distância sujeito-objeto, ou seja, que não há identidade entre o pensado e o objeto fruto de tal prévia-ideação, assim como não há identidade entre o objeto em si e sua nomeação.

Essa diferenciação entre o nomeado e o objeto em si é importante, pois sem essa constatação, a própria função da linguagem seria colocada à prova. Se houvesse identidade entre o processo mental executado para a construção de um determinado objeto e o objeto em si, teríamos de reconsiderar toda a constatação histórica da construção do desenvolvimento da humanidade, retirando inclusive o choque existente entre o processo mental e os obstáculos postos pelo mundo para a efetivação de tal teleologia. Justamente por não haver identidade entre o objeto construído e sua nomeação é que do trabalho faz-se necessário o surgimento da linguagem para que o processo de generalização de tal objeto se efetive. Sendo assim,

O homem sempre fala “sobre” algo determinado, que ele extrai de sua existência imediata em um duplo sentido: primeiro, na medida em que isso é posto como objeto que existe de maneira independente; segundo – e aqui a distância aparece ainda mais intensamente, se isso é possível –, empenhando-se por precisar cada vez o objeto em questão como algo concreto; seus meios de expressão, as suas designações são de tal modo constituídos que cada signo pode figurar em contextos completamente diferentes. Desse modo, a reprodução realizada através do signo linguístico se separa dos objetos designados por ele e, por conseguinte, também do sujeito que o expressa, tornando-se expressão intelectual de um grupo inteiro de fenômenos determinados, que podem ser aplicados de maneira similar por sujeitos inteiramente diferentes em contextos inteiramente diferentes. (LUKÁCS, 2013, p.127).

Assim, ao nomear algo, o ser social objetiva um signo e este, a partir daquele ato, possui uma história própria, diferente e não relacionada, necessariamente, pela história do ser social que o nomeou. Isso significa que os atos linguísticos, o processo que o ser social desenvolveu a partir da linguagem, faz com que o signo construído no ato de nomeação de um determinado objeto transcenda o mesmo e aponte para além do próprio objeto.

Pensemos em um machado. Ao construirmos a imagem de um machado em nossas mentes, esse signo não representa um machado específico, mas sua universalidade. Se tentássemos construir um machado, este seria também diferente daquele que idealizamos. E se essa experiência for levada a duas ou dez pessoas, tanto a ideação do machado será diferente em cada uma delas, quanto a materialização também será diferente. Ao construir o machado, agora esse ente diferente daquele que foi ‘construído’ mentalmente possui uma história própria, independente de quem o fez.

Por não haver uma unidade entre o sujeito que realizou a fabricação do machado e o machado em si, ou entre a consciência que projetou idealmente o objeto e o objeto posto no mundo, há consequências no mundo objetivo no que se refere às finalidades. Nas palavras de Lessa (2012, p.186) “[...] o signo pode ser utilizado, assim como operar na reprodução social, em circunstâncias e com resultados muito diversos das necessidades concretas que estão em sua origem”, ou na observação de Lukács (2013, p.127 e 128):

O pôr simultâneo do sujeito e do objeto, mediante a linguagem, no trabalho e igualmente decorrendo deste, distancia o sujeito do objeto e vice-versa, o objeto concreto do seu conceito etc., no sentido aqui

indicado. Dessa maneira, torna-se possível a compreensão do objeto que tendencialmente pode ampliar-se ilimitadamente, e o seu domínio por parte do homem.

Quando a subjetividade se apropria do real gnosiologicamente, temos a fundação de um objeto, do ponto de vista do pensamento conceitual e este, por ser um objeto da mente, não pode ser observado como igual ao objeto materialmente posto. Posta no processo de reprodução social, temos a linguagem enquanto um momento indispensável de seu desenvolvimento. Como já dito, a linguagem é fruto da distinção entre o objeto em si e o signo produzido por sua generalização, e, ao mesmo tempo, o elo entre os seres sociais de uma determinada comunidade, no processo de conhecimento da realidade e autoconhecimento no contínuo desenvolvimento do devir humano do ser social.

Já podemos aqui, seguindo o percurso oferecido por Lukács (2013) expor os traços fundamentais da linguagem. Um deles seria uma certa arbitrariedade do signo, pois, como já pontuamos, sua objetivação não possui qualquer necessidade de que esse processo se dê nas mesmas circunstâncias ou com as consequências em que tal signo foi ‘mentalizado’, assim como a linguagem possui a intenção de capturar o real pela subjetividade. Como consequência desse processo contínuo, temos que nessa tentativa dos processos linguísticos de capturar o real que está em constante movimento, tal realidade leva a uma multiplicidade de sentidos do ponto de vista do receptor. A partir da particularidade da autoconstrução desses sujeitos, suas observações podem ser as mais variadas em relação a um mesmo signo. Outra determinação da linguagem que nos parece já esclarecida aqui nesse ponto é que a palavra não tem como finalidade exprimir um dado objeto particular, mas sim sua generalidade.

A linguagem pode ser entendida assim enquanto necessidade posta pelo social, surgindo, no sentido ontológico, das relações do ser social com o meio natural e com outros homens e que nesse duplo movimento de captar e fixar o singular e o universal em formas linguísticas tal complexo se realiza na prática. Lessa (2012, p.188) define assim a função social da linguagem:

[...] transformar, em portadora da relação viva entre os homens, a consciência dinâmica e progressiva do processo de reprodução social como um todo, ela acolhe “em si todas as manifestações da vida humana” e lhes confere “uma figura capaz de comunicá-las”.

Nesse sentido, a linguagem

[...] está presente como mediação fundamental tanto na relação do homem com a natureza como em todas as relações dos homens entre si, e até na dos indivíduos consigo mesmos. É, nesse sentido, um complexo social universal, pois não há setor da práxis humana que possa se realizar sem a sua mediação. (LESSA, 2012, p.189).

Por isso, o momento predominante da gênese da linguagem, assim como de seu desenvolvimento, segundo Lukács (2013), é sempre a necessidade posta pelo processo de reprodução social. Quanto maior o desenvolvimento da sociedade, mais ricas e complexas são as mediações sociais e, em consequência, mais articulada e flexível é a estrutura linguística para dar conta da cada vez maior complexidade do mundo e do ser social. Em consequência, a própria linguagem, enquanto complexo social, torna-se cada vez mais articulada e nesse sentido também se torna mais complexa. Mais uma vez, aqui não estamos falando de uma questão cronológica. Desenvolvimento e complexidades são questões que avançam e recuam. É por isso que acertadamente Lukács nos advertiu de que estamos em tempos de ‘decadência ideológica da burguesia’.

Nesse processo, segundo as indicações de Lukács (2013) podemos então definir a linguagem, enquanto complexo social particular que se desenvolve por leis próprias, porém, sem que deixemos de ressaltar que o momento predominante desse desenvolvimento é do devir-humano do ser social. Em outras palavras, é o desenvolvimento humano que gera os sentimentos e sensações do mundo dos homens, criando, assim, todas as leis internas específicas do complexo da linguagem, onde estes podem se efetivar.

A linguagem, para o filósofo marxista possui “[...] um caráter universal, que se expressa no fato de que, para cada área, para cada complexo do ser social, ela deve ser órgão e *médium* da continuidade do desenvolvimento, da preservação e da superação” (LUKÁCS, 2013, p.228). Além disso, “[...] a linguagem medeia tanto o metabolismo da sociedade com a natureza como o intercâmbio puramente intrassocial dos homens” (op. cit. p. 228). Isso é importante para Lukács (2013) porque demonstra uma peculiaridade do complexo da linguagem em relação a maioria dos demais complexos parciais, que “[...] têm sua base operativa em apenas uma dessas áreas” (ob. cit. p.228), inclusive o trabalho que é a categoria que funda o ser social e é responsável pelo salto ontológico para a nova esfera do ser “refere-se, em sentido próprio, ao

metabolismo com a natureza.” (ob.cit. p.228).

Outra característica do processo de reprodução da linguagem é que sua natureza é predominantemente espontânea. Nas palavras do filósofo de Budapeste:

[...] ela se realiza sem que a divisão social do trabalho isole a partir de si certo grupo humano cuja existência social se baseie no funcionamento e na reprodução dessa área, cuja posição na divisão social do trabalho experimenta certa institucionalização. Mesmo ocorrendo que certas instituições, como academias etc., almejem exercer certa influência sobre a evolução da linguagem e por vezes até obtenham certos resultados nesse tocante, essa interferência, se examinarmos a totalidade da reprodução da linguagem, é ínfima: a linguagem se renova espontaneamente na vida cotidiana, guiada pelas mais diversas necessidades reais que a regem. Assim sendo, a reprodução da linguagem, em contraposição aos demais complexos sociais, não tem um grupo humano como portador; portadora é a sociedade toda, na qual cada um de seus membros – querendo ou não, ciente ou não – influencia, por meio do seu comportamento na vida, o destino da linguagem. (LUKÁCS, 2013, p.229)

Esse caráter espontâneo da linguagem não encontra contradição com a ativa participação dos sujeitos sociais em seu ‘para-si’, já que, para o filósofo húngaro “[...] toda espontaneidade social é uma síntese de pores teleológicos singulares, de decisões alternativas singulares” (LUKÁCS, 2013, p.224). Ou seja, mesmo considerando o caráter espontâneo dessa síntese, esta não pode excluir o aspecto de vontade dos sujeitos singulares “[...] mais ou menos consciente, dos pores singulares fundamentais, nem a constatação de que o significado fático desses pores tem de ser extremamente desigual.” (ob.cit.p.224).

Esse processo de influência singular pode ser maior ou menor para o conjunto da língua em casos particulares (Lukács usa o exemplo da tradução da bíblia por Lutero e sua influência para a formação da língua alemã). Porém, “[...] o conjunto do processo permanece espontâneo, porque a direção do seu movimento, seus respectivos estágios etc. são determinados, em última análise, pelo desenvolvimento social, do qual a própria linguagem é imagem, fixação no plano da consciência.” (LUKÁCS, 2013, p.224).

Lessa (2012, p.191), ao analisar esse aspecto da obra de maturidade de Lukács observa que para o filósofo húngaro

[...] é o desenvolvimento da sociabilidade que, ao mesmo tempo, requer e possibilita que a fala se constitua enquanto um complexo

particular relativamente autônomo. Por um lado, sem o desenvolvimento da fala, é impossível a elevação à consciência, bem como a comunicação das novidades que incessantemente surgem no fluxo da práxis social. Por outro lado, são as novas necessidades postas pela reprodução que direcionam o desenvolvimento da fala.

Há a necessidade de um breve comentário. Em nosso entender, há um equívoco em Lessa (2012) ao substituir o complexo da linguagem por seu momento de vocalização, ou seja, a fala. Já está claro que para Lukács (2013) a linguagem é um complexo que, assim como o trabalho, possui momentos de efetivação. Se transformarmos trabalho e objetivação em sinônimos, uma série de equívocos podem surgir. Nos parece que esse mesmo procedimento pode ocorrer se não for utilizada a expressão que melhor se aproxima da complexidade dos processos comunicativos no ser social, e este é a linguagem verbal (já que existem linguagens não verbais) e não a fala. Este último é apenas um momento do processo linguístico. Nesse sentido, achamos que na citação referida seria necessária a substituição do termo fala por linguagem. Ao fazer esse pequeno ajuste, entendemos que, seguindo as pistas deixadas por Lukács (2013), Lessa (2012) compreende que há um duplo movimento, da linguagem e da reprodução social, que se influenciam mutuamente em seu processo de desenvolvimento e complexificação.

Essa mútua influência não altera aquela relação já descrita de que é o trabalho a categoria fundante do ser social e esta constatação ontológica não postula colocar o trabalho à frente da linguagem, nem no aspecto valorativo, nem no aspecto cronológico, muito menos significa ser possível derivar diretamente do trabalho a linguagem. Apenas estabelece que suas necessidades originárias são decorrentes das questões postas objetivamente pelo impulso dado pelo trabalho.

O filósofo húngaro continua argumentando mais uma vez que “[...] o pôr teleológico conscientemente realizado provoca um distanciamento no espelhamento da realidade.” (LUKÁCS, 2013, p.84). É de tal distanciamento que surge a relação sujeito-objeto, ou seja, o previamente idealizado e o objetivado, o referente, são entes distintos. Continua Lukács explicando que “[...] esses dois momentos implicam simultaneamente o surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem.” (LUKÁCS, 2013, p.84). Assim, o filósofo húngaro divide conceitualmente em dois momentos o processo de apreensão simbólica do mundo. Um é o da apreensão conceitual, e o outro é a própria expressão linguística desse conceito, com todas as particularidades já apontadas em outros momentos do

presente trabalho. Porém, repreende o autor:

[...] para entender corretamente, no plano ontológico, a gênese dessas interações complicadíssimas e intrincadíssimas [...] devemos ter presente antes de tudo que, sempre que tenha a ver com autênticas transformações do ser, o contexto total do complexo em questão é primário em relação a seus elementos. (LUKÁCS, 2013, p.84).

Assim, tais complexos, seja linguagem, seja o pensamento conceitual, seja mesmo o trabalho, só podem ser, de fato, compreendidos, no processo interacional que se desenvolve no mundo objetivo, no processo histórico, na reprodução social, sendo “[...] um esforço inútil querer reconstruir intelectualmente o próprio complexo do ser a partir dos seus elementos.” (ob.cit.p.84). O filósofo marxista nos explica que caso seja essa a decisão tomada no processo de exposição de uma investigação sobre complexos parciais, o resultado não poderia ser outro senão, nas palavras de Lukács, “pseudoproblemas”. O filósofo húngaro usa o termo para exemplificar que a questão de que se o pensamento conceitual veio antes da palavra ou vice-versa. Trata-se de uma falsa questão, no plano ontológico e em consequência esta questão não estaria “[...] nada mais próxima da realidade, isto é, da racionalidade.” (LUKÁCS, 2013, p.84).

Avança Lukács ao apontar que mais importante que a falsa questão sobre anterioridade de pensamento conceitual ou linguagem, é o estabelecimento de que esses elementos estão vinculados ao ser social, “[...] o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com a análise ontológica dele por meio do conhecimento das funções reais que eles exercem dentro desse complexo.” (LUKÁCS, 2013, p.85). O filósofo marxista não pretende, de maneira alguma, negar o fato de que haja em cada momento, em cada circunstância histórica, a predominância de um complexo sobre o outro, mas pretende ressaltar que “[...] esse caráter surge em uma relação puramente ontológica, independente de qualquer hierarquia de valor.” (LUKÁCS, 2013, p.85).

Nessa inter-relação pode acontecer um tipo de condicionamento mútuo, como na relação entre linguagem e pensamento conceitual “[...] em que nenhum dos dois pode estar presente sem o outro” (LUKÁCS, 2013, p.85). Nessa relações, também pode se estabelecer “[...] um condicionamento no qual um momento é o pressuposto para a existência do outro, sem que a relação possa ser invertida” (ob.cit.p.85). Lukács (2013) se utiliza desse segundo exemplo para retomar a relação que existe entre o trabalho e os outros complexos que constituem o ser social. Para Lukács (2013, p.85)

É sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho e nem muito menos como condições que fazem surgir o processo de trabalho.

Para o filósofo húngaro, linguagem e pensamento conceitual surgiram para efetivar necessidades postas pelo trabalho. O que não quer dizer que esse processo não gere um rebatimento nos processos de trabalho do desenvolvimento e complexificação da linguagem. Por isso, “[...] o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica” (LUKÁCS, 2013, p.85). É nesse processo que ininterruptamente, levando em consideração uma necessidade intrínseca do ser social, “[...] no interior desse complexo o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceitual e vice-versa.” (ob.cit.p.85).

Na investigação de Lessa (2012) uma outra constatação importante sobre a derivação entre fala (entendido aqui como linguagem) e trabalho nos parece entrar em contradição com o explicitado por Lukács. Para Lessa (2012), não é possível estabelecer uma relação entre trabalho e linguagem a partir das bases genéticas do ser social. Vejamos a passagem em que o autor defende essa tese:

Todavia, reconhecer o trabalho como categoria fundante da fala não significa que seja possível “deduzir geneticamente a fala e o pensamento conceitual do trabalho”, pois, pertence à própria essência do trabalho a incessante necessidade de reelaborar a todo instante, na subjetividade (“em termos de fala e pensamento conceitual”) as condições dadas, como momento indispensável para a transformação do real em causalidade posta (LESSA, 2012. p.194).

Parece-nos, ao contrário do que afirma Lessa (2012), na concepção de Lukács (2013) é possível sim afirmar que se pode deduzir a linguagem do trabalho, do ponto de vista genético. Claro está que em *Para uma ontologia do ser social* Lukács não está interessado em sua investigação no avanço dessas descobertas pela paleontologia, mas sim na constituição do ser social e do papel da linguagem nesse

processo. Porém temos investigações que sem reivindicar qualquer filiação ao marxismo, compreendem que há uma relação entre a complexidade das ferramentas que uma determinada sociedade produzia e a necessária capacidade que os integrantes dessa sociedade precisariam ter para reproduzir na forma de palavras esse processo¹⁸.

Esta é apenas uma hipótese que tanto para nossa investigação, quanto para aquela desempenhada por Lukács (2013), não pode ser desenvolvidas ou comprovadas nesse momento, cabendo as avançadas pesquisas científicas demonstrarem os nexos entre trabalho e linguagem, a ponto de termos uma aproximação cada vez maior dessa questão. O que nos interessa aqui é afirmar que, independentemente da questão cronológica, há uma predominância ontológica do trabalho em relação a linguagem, pois esta é uma necessidade posta ao ser social pelo processo de trabalho, no sentido mais estrito do termo, já que também o trabalho apenas pode existir no processo de reprodução social amparado por um complexo social capaz de cumprir as tarefas de generalização do processo produtivo e de acumulação do mesmo, no sentido de constante aprendizado. Essas duas questões são respondidas pela linguagem. Porém, como nos relembra Lessa “[...] a relação que se estabelece entre estas duas categorias é tal que o trabalho se consubstancia na categoria fundante e no momento predominante (através da mediação da totalidade) da fala e de seu desenvolvimento” (LESSA, 2012, p.194).

Independente da falsa questão que nos levaria a respostas incompletas da anterioridade cronológica de um determinado complexo ao outro, o que encontramos na investigação de Lukács (2013), quando trata sobre a linguagem, é que a prioridade ontológica do trabalho, enquanto complexo social que cumpre o processo de salto a uma nova forma de ser, o ser social, não torna esse complexo um tipo de forma onde os demais complexos sociais surgidos desde então são moldados. Muito menos que a articulação entre o trabalho e os demais complexos particulares se dê, necessariamente, de maneira imediata, direta. Ao contrário, é a totalidade social que joga o papel de articulador entre o trabalho e os demais complexos parciais. Mesmo a linguagem, esse sim um complexo social surgido diretamente de uma necessidade do trabalho, se articula com o mesmo mediado pela totalidade social, pelos nexos que tornam o ser social uma totalidade que não pode ser resumido ao trabalho. Como bem resumiu Lessa (2012, p.197):

18. Uma introdução a esse debate pode ser vista no documentário *A origem da linguagem* que pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=cYJoXsfgenQ>.

A relação entre a sociabilidade, a fala e o trabalho em Lukács é de tal ordem que nenhuma das duas categorias existe sem a outra; contudo, é no trabalho que encontramos as conexões e as relações ontológicas que impulsionam o ser social em direção a formações crescentemente complexas e, desse modo, que impulsionam o desenvolvimento da fala enquanto complexo social parcial. Que o desenvolvimento da fala (e do pensamento conceitual, como argumenta Lukács com frequência) exerça uma ação de retorno sobre o trabalho é, depois de tudo o que afirmamos, uma obviedade.

Na incursão sobre o complexo da linguagem, Lukács identificará, em resumo três características basilares que a tornam um complexo social diferente dos demais. Em primeiro lugar ela tem como traço específico ser um *médium*, um órgão de continuidade, ou seja, exercendo sob cada complexo do ser social a relação entre preservação e superação do já apreendido num contínuo processo de desenvolvimento. Em segundo lugar, é a linguagem que medeia tanto o metabolismo da sociedade com a natureza como o intercâmbio entre os homens. Lukács (2013) evidencia, como já apontamos antes, que mesmo o trabalho, categoria fundante do ser social, não tem essa dupla característica, já que refere-se apenas a relação homem e natureza. Em terceiro lugar, Lukács esclarece que o processo de reprodução da linguagem é de natureza predominantemente espontânea. Essa espontaneidade não quer dizer que sujeitos singulares não tenham tomado decisão entre alternativas específicas; ou seja, não se trata de uma negação do processo decisório do sujeito. Significa apenas que a capacidade de interferência racionalmente orientada para fins de tomada de decisão dos rumos dos processos linguísticos tem um peso relativamente pequeno na constituição das línguas. Por isso, a linguagem se renova espontaneamente, na vida cotidiana, sempre tendo como guia as mais diversas necessidades objetivas do mundo.

A correta apreensão do complexo da linguagem, mesmo que em seu sentido mais amplo, sua relação mais imediata com o trabalho e seu papel na constituição daquilo que Lukács (2013) chamará de teleologia secundária é essencial para adentrarmos tanto no papel da Educação em sentido amplo quanto da Escola em sentido estrito. Do mesmo modo compreendemos que essa mesma dinâmica e compreensão se faz necessária para teorizarmos acerca da Comunicação Midiática em sentido amplo e do Jornalismo, nosso objeto aqui no presente trabalho. Postas as questões mais essenciais acerca da linguagem, avançaremos para a própria apreensão da realidade, do conhecimento que a nosso ver também é parte intrínseca do fazer jornalístico.

3. A APREENSÃO DA REALIDADE: O CONHECIMENTO NAS PERSPECTIVAS GNOSIOLÓGICA E ONTOLÓGICA

Pretendemos nesse ponto destacar uma constatação central para o quanto um ponto de partida equivocado pode levar a diversos problemas e desdobramentos. Entendemos que sem a correta compreensão da articulação da linguagem com o trabalho em uma perspectiva ontológica materialista e uma compreensão da centralidade do objeto frente ao sujeito, todo o fazer jornalístico se dará sob várias dificuldades no que lhe interessa de fato, a saber: a apreensão do real em sua forma particularizada. Ou aquilo que chamamos de conteúdo noticioso.

Parte importante da tradição marxista mais relevante do nosso tempo reivindica ser ontológica. Sabemos que isso denota uma relação com a apreensão de Lukács de que há na obra de Marx uma ‘Ontologia do ser social’. Sabemos também que o termo ‘ontologia’ não se apresenta diretamente na obra de Marx. O que há é uma defesa, a partir de Lukács e dos marxistas que confirmam sua tese, de que parte central do pensamento de Marx, e que deve ser resgatado em nossos dias, é um pressuposto de partir do ser e não da consciência externa ao ser para que possamos obter uma aproximação correta de determinado objeto.

Desde o início do que chamamos de ‘modernidade’ as disputas acerca de qual o pressuposto do conhecimento fazem parte do mais alto nível das proposições filosóficas. Seja com Bacon, Descartes, Copérnico, Kepler ou Galileu, num período em que Ciência e Filosofia andavam juntas, assim como o pressuposto do divino, essa problemática se faz presente. O que Tonet descreve da seguinte forma:

Esta maneira de abordar a questão do método se tornou tão avassaladora, até pela sua frontal contraposição ao modo de pensar

greco-medieval e pelos resultados obtidos por seu intermediário, que método científico se tornou, pura e simplesmente, sinônimo de método científico moderno. Por sua vez, método científico moderno se tornou sinônimo de caminho único e adequado de produzir conhecimento verdadeiro. (TONET, 2013. pág.09)

O método científico moderno delimitou, assim, o limite do que seria Ciência e do que seria apenas crença, ideologia, superstição e até mesmo filosofia. “No interior, as polêmicas continuam intensas, mas não podem transpor determinados limites sob pena de extrapolar o campo da cientificidade” (TONET. 2013. p.09). Não é por acaso essa delimitação do método correto, do único modo correto de fazer Ciência está, até nossos dias, está de acordo com uma posição de ‘fim da história’, de que essa seria assim a sociedade produtora desse conhecimento e, por consequência o modelo último de sociabilidade. “No sentido de que, mesmo estando sempre aberta ao aperfeiçoamento, não ultrapassaria nunca seus pressupostos fundamentais. Deste modo, não faria sentido pensar qualquer nova sociabilidade, mas apenas buscas a constante melhoria desta.” (op. cit. p.09 e 10).

O mesmo apelo reverbera em nossos dias em todas as áreas. O curioso é que essa tão bem feita Ciência apenas se vangloria do progresso em sentido positivo. As guerras, fome, destruição de populações inteiras (genocídio indígena, por exemplo), a fabricação de doenças para vender cura, entre outros males, são desconsiderados. Essas e outras mazelas estão ligadas umbilicalmente a esse modo de fazer Ciência e seus efeitos colaterais ou problemas são jogados para debaixo do tapete. Assim, reivindicar outros pressupostos para o fazer científico também são escamoteados.

Assim postas as coisas, qualquer abordagem do método científico que questione, não apenas topicamente, mas de modo radical essa forma de fazer ciência, é liminarmente declarada sem sentido ou, no máximo, ideológica e, portanto, não científica. Se o modo correto de produzir ciência é este, então qualquer outra proposta está, por si mesma, desqualificada. (op. cit. p.10)

Em sua investigação sobre o método científico, Tonet (2013) argumenta que os resultados obtidos na sociabilidade moderna e contemporânea de alguma forma advogam em favor dessa visão única sobre o modo de como proceder em relação ao real e à produção do conhecimento. Esta posição nos parece um equívoco em larga medida. A instrumentalização da vida, nos termos da racionalidade burguesa, tem levado à população mundial a índices cada vez maiores de problemas psicológicos, inclusive no

Brasil. Isso para não destacar uma Ciência que segue sendo incapaz de acabar com a fome e com as doenças que já deveriam ter sido erradicadas enquanto a indústria farmacêutica e a de alimentos segue com seus membros nas listas dos mais ricos. A racionalidade desse ‘fazer Ciência’, no interior da racionalidade burguesa centralizada no lucro, na verdade, criou seus antípodas: as pessoas anti-ciência, os anti-vacina, os defensores da terra plana por um lado. E por outro lado os pós-modernos, pós-estruturalistas, defensores das epistemologias que dão sustentação na academia à ideologia burguesa.

Mesmo equivocada, a nosso ver, em relação a certa visão de que esse fazer Ciência ainda goza do mesmo prestígio de outrora, Tonet nos oferece uma alternativa que nos parece acertada:

[...] essa abordagem do método científico ... induz a um falseamento da problemática do conhecimento, com graves consequências para a compreensão e o enfrentamento da realidade social... a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais. (TONET, 2013, p.10)

A hipótese defendida pelo filósofo é que nem o ceticismo anti-ciência, nem as soluções pós-modernas, que possuem sua origem em alguma forma alternativa de exercitar o padrão gnosiológico, nos darão as respostas que mais nos aproximam da realidade. Sua compreensão é de que Marx teria construído uma forma nova e revolucionária de abordar o conhecimento, dando origem aos fundamentos de um paradigma completamente novo e mais qualificado para a compreensão da realidade social.

Porém em nossos dias esse problema se refaz e dialoga diretamente com esse anterior: a tentativa de compreensão da realidade de maneira crítica enfrenta um grande impedimento, aquele que Tonet chamará de ‘abordagem gnosiológica’. Mas o que seria essa abordagem? Tonet nos explica que tal compreensão metodológica tem no sujeito e não na realidade social o polo regente. “Este modo de abordagem falseia o tratamento da problemática do conhecimento, pois impede que se veja a existência de outros caminhos” (op. cit. p.13). Nesse sentido, tal abordagem hegemônica em nossos dias seria um impeditivo da formação crítica de apreensão do conhecimento. “[...] uma

tal abordagem impede que se percebam os interesses sociais que permeiam a construção da cientificidade” (op. cit. p. 13 e 14).

Vale sempre ressaltar que o termo crítica no sentido marxiano se trata da busca dos fundamentos históricos e sociais que dão origem ao fenômeno social a ser identificado. Somente *a posteriori* teremos, então, a possibilidade da compreensão da natureza profunda do objeto. Essa compreensão de crítica se faz necessária ressaltar comparativamente à visão mais difundida: é a de que ela seria apenas o questionamento de lacunas e imperfeições do objeto. Voltando a questão basilar, ressalte-se que a questão do conhecimento pode ser respondida tanto do ponto de vista gnosiológico como do ponto de vista ontológico. Porém, apenas a tomada de decisão consciente da perspectiva ontológica não basta para uma correta apreensão do real já que se pode cair no equívoco de se submeter a uma ontologia metafísica e não histórica.

O filósofo Tonet resumiu assim a questão:

A problemática do conhecimento se resume, em seus termos mais essenciais, à relação entre um sujeito e um objeto. Simplificando, ainda, podemos dizer que, nessa relação, o peso maior (prioridade) pode estar do lado do sujeito ou do objeto. No primeiro caso teremos um ponto de vista gnosiológico. No segundo caso, um ponto de vista ontológico. (op. cit. p. 15)

Nessa relação sujeito-objeto aquela posição que tem no sujeito seu eixo predominante é compreendida como gnosiológica. Aqui não apenas o sujeito é ativo mas é em si o construtor do objeto já que, em certa medida, arbitrariamente ele seleciona os dados, ordena, classifica, estabelece a relação com outros objetos descrevendo, assim, nessa perspectiva, o que seria tal objeto. Trazendo para a questão jornalística é como se a realidade factual fosse definida na redação. Ao fazer uma reunião de pauta os membros dirão se teremos entrevista, gráficos, checagem em outros meios, observação de dados públicos, etc.

Já na perspectiva ontológica:

Ponto de vista ontológico é a abordagem de qualquer objeto tendo como eixo o próprio objeto. Lembrando, porém, que ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral. Deste modo, a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência (op. cit. p.16)

Isso Tonet nos apresenta tendo como mote a cientificidade que se reverbera para a generalidade, a universalidade. Assim, a captura da essência do objeto é parte central dessa perspectiva, já que é tendo a essência como observável que é possível então compreender o processo de desenvolvimento de tal objeto no decorrer da história. Trazendo isso para o fazer jornalístico poderíamos sempre nos remeter ao fato dado de que a realidade existe independentemente do sujeito. Assim, aquele instrumental (dados, checagem, entrevista, etc.) seriam pensados no sentido de qual a melhor maneira de transcrever tal dado da realidade factual. Voltando-se as questões mais gerais sobre o conhecimento: “[...] independente de ser uma ontologia metafísica ou histórico-social, o ponto de vista ontológico implica subordinação do sujeito ao objeto. [...] no processo do conhecimento o elemento central é o objeto”. (TONET, 2013, p16).

Assim, na perspectiva ontológica não é ao conhecer, ao sujeito que conhece, que se faz a primeira pergunta mais sim ao ser, ao objeto. “Em primeiro lugar responde-se a pergunta ‘o que é o ser? O que é a realidade?’; só em seguida se respondem as questões relativas ao modo como se conhece” (op. cit. p.17). Ou nas palavras de Kosik (1976, p.35): “A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade?”.

Apenas após estabelecida essa questão da centralidade do objeto é que poderemos, então, avançar para o ponto de se o objeto será compreendido a partir do ponto de vista metafísico ou histórico-social. Aqui metafísico não se trata apenas de apreensões religiosas. Nos prolegômenos para uma ontologia do ser social, Lukács nos lembra das tentativas de compreensão da realidade a partir do ser que caíram em equívocos tais como as concepções existencialistas e fenomenológicas.

Se externamente é possível compreender os limites dessas pontos de partida para o conhecer de determinado objeto, faz-se necessário também uma observação. As reflexões sobre o conhecer não nascem com as assim denominadas sociedades ocidentais. Nosso limitado trabalho não pretende fazer uma ‘arqueologia do saber’ ou um profundo debate sobre as epistemologias da ciência. Porém, faz-se necessário um apontamento. Afirmar não existir reflexão sobre essas questões durante o período anterior à divisão da sociedade em classes sociais é um equívoco. Se as classes sociais possibilitaram a abertura para o amplo processo de reflexão que culminou no desenvolvimento da ciência porque afinal extingui-las? Nos parece mais razoável afirmar que a história das sociedades anteriores à sociedade de classes estão tendo seus

estudo postos a prática somente agora, especialmente com o surgimento das modernas técnicas da paleontologia, da antropologia, entre outras.

Voltando à sociedade de classes e ao processo de apreensão da realidade que nela se consagrou, podemos dizer, então, que há uma nova combinação de forças, tendo em vista que na perspectiva do marxismo ontológico o sujeito fundamental da história são as classes sociais. Desta forma, é em volta da luta de classes que todo o processo social se desenrola e se desenrolou. Isso posto no sentido do desenvolvimento de determinada coletividade, podemos dizer que os indivíduos realizam suas ações, consciente ou inconscientemente, como membros de uma classe e não apenas como sujeito individuais universais, descontextualizados de seu ambiente histórico e social. Assim, a articulação sujeito-classe social deve ser sempre observada também.

Em meio a essa relação sujeito-classe social, temos outro problema para a correta apreensão do real. Para que uma classe mantenha seu domínio não apenas sobre a vida material, mas também sobre a vida espiritual - que na compreensão ontológica se convertem em força material - é preciso que uma determinada concepção de mundo se sobreponha sobre as demais. “Deste modo, conhecer e explicar o mundo de determinada forma são condições imprescindíveis para que uma classe conquiste e mantenha o seu domínio sobre outras” (TONET, 2013, p. 20).

Uma grande confusão que pode ser feita aqui é que ao apontar a centralidade das classes sociais também na apropriação do conhecimento se retire do sujeito individual seu protagonismo. “São os indivíduos que elaboram teorias, explicações e concepções de mundo [...] no processo de construção do conhecimento existe uma articulação entre sujeito coletivo (classes sociais) e sujeito individual (indivíduo singular), sendo o primeiro o momento predominante” (TONET, 2013, p.20). Predominância aqui não é sinônimo de anterioridade. O que se ressalta é a necessidade da posição da efetivação do conhecimento no todo social para sua validação. Um furo de reportagem que ficou na cabeça do produtor do jornal não tem efetivação na realidade concreta. É apenas em sua efetividade real que o conhecimento adquirido se coloca em enfrentamento com as legalidades e circunstâncias do mundo real.

A centralidade da classe social nem inibe o papel decisivo do sujeito nem é única variável. Diversas outras como a linguagem, do qual já tratamos anteriormente, o gênero, a raça, a nacionalidade, entre outras, também importam nesse processo de produção e realização do conhecimento.

No capitalismo as classes anatômicas são o proletariado e a burguesia. As dificuldades para conhecer dado objeto passam por essas questões e as fundamentações do tipo de sociedade que se vive e se projeta. Um projeto burguês irá reivindicar uma série de princípios e fundamentar sua posição de uma determinada maneira, assentada na propriedade privada, na ‘natureza egoísta’ da humanidade. Já na perspectiva do proletariado as coisas são diferentes:

O projeto histórico proposto pelo proletariado é o modo de produção comunista. Sua efetivação demanda, necessariamente, um conhecimento da realidade social que permita demonstrar que não se trata de um simples desejo, mas de uma possibilidade real e, além disso, superior a forma da sociabilidade burguesa. Necessita de um tipo de conhecimento que permita fazer uma crítica radical da forma da sociabilidade existente, isto é, compreender a origem última do ser social, ir à raiz mais profunda desta forma de sociabilidade (capitalista) e apreender a conexão íntima com a possibilidade e a necessidade de transformação também radical desta sociedade... uma forma de sociedade radicalmente nova requer uma forma radicalmente nova de produzir conhecimento... a construção de uma sociedade comunista exige um padrão cognitivo radicalmente novo (TONET, 2013, p.22 e 23)

As observações postas aqui podem parecer válidas apenas para questões das ditas ciências humanas, como no nosso caso particular do jornalismo. Porém faz-se necessário um recorte que delimita como tal visão seria equivocada. O conhecimento produzido em perspectiva capitalista mesmo em áreas da física ou da biologia também estão sobre os efeitos e limitações de estarem a serviço de uma sociedade de classes, inclusive quanto decisão política do uso das descobertas efetuadas nesses campos. Ao fim e ao cabo, a finalidade última de todo conhecimento deveria ser a aproximação da realidade, a ampliação da capacidade de compreender a complexidade do mundo e a socialização desse conhecimento. Porém o que temos é uma revisão por pares que nem sempre obedece aos critérios da publicidade científica e uma ciência a serviço do mercado, do lucro e interesse privado acima do interesse público¹⁹.

3.1 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO ATÉ A MODERNIDADE

¹⁹ Aqui vale a importante denúncia de Sokal e Bricmont em ‘Imposturas intelectuais: o abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos’ (1999) a esta realidade que se observa na ciência atual.

Antes de adentrarmos as questões mais pertinentes sobre as reflexões acerca do conhecimento no decorrer da história é necessário que se retire um elefante da sala. Ainda persiste em nossos estudos acerca da epistemologia, da razão, da história do conhecimento um certo ‘ocidentalismo’. Ao usarmos um termo preconceituoso como ‘primitivo’ para povos originários dos continentes americano, ou um completo silêncio sobre a produção e os saberes da África e a Ásia, estamos apenas contando parte da história, em absoluto. Tentar traçar uma linha reta entre os gregos e a contemporaneidade é um equívoco. Sabemos do equívoco. Quanto mais avançamos na investigação dos diferentes povos mais poderemos observar como a sofisticação e complexidade não é exclusividade do Ocidente.

A razão do mundo é a razão do mundo ou o verdadeiro mundo da razão. Destrinchar essa relação entre ‘razão’ e ‘mundo’ é importante para compreendermos que existe uma dialética entre esses dois conceitos, ou seja, a essência de uma compreensão de mundo (razão) está diretamente ligada ao modo de existência nesse mesmo mundo. Porém é preciso fugir dessa primeira solução óbvia, mecânica.

Nesse sentido, mundo seria “[...] em primeiro lugar, o intercâmbio dos homens com a natureza, ou seja, as operações necessárias à transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à existência humana [...] significa a realidade objetiva, isto é, a realidade que existe independentemente da consciência e que tem no trabalho o seu momento fundante.” (TONET, 2013, p.26).

Já razão seria “[...] a faculdade do mental, nascida e construída ao longo do próprio processo social, de realizar os procedimentos teóricos operativos necessários à realização do processo de trabalho a partir daí, à elaboração do conjunto das ideias acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade.” (op. cit. p. 26)

Vale lembrar que essa definição de razão é contestável. Habermas (2012) em seu ‘Teoria do agir comunicativo’ vai defender a existência de duas racionalidades distintas com duas legalidades também diferentes. Uma seria essa que apontamos acima: posta pelo trabalho na produção e reprodução da vida material, a razão instrumental. A outra seria uma ‘razão comunicativa’ cuja intencionalidade não teria relação com a produção ou reprodução da vida, mas sim com o entendimento, intersubjetividade, também necessário a tal produção. Para Habermas seria impossível colocar uma sobreposta a outra ou de forma anterior e esse equívoco estaria no centro da visão de mundo equivocada, tanto da tradição marxista-leninista quanto dos assim chamados ‘pós-modernos’.

Já Lukács, com quem estamos mais em acordo, nos oferece uma outra resposta para a questão da razão. Ele também pondera uma separação, mas nos explicita que tal separação se dá apenas no campo da compreensão categorial. De um lado ele colocará a teleologia primária que seria, grosso modo, aquela posição mental que tem enquanto intencionalidade a transformação da natureza, ou seja, o agir sobre o ser sem consciência, o ser mineral. De outro a teleologia secundária, aquela posição que tem como objetivo fazer uma outra consciência agir para que se cumpra uma intenção.

Voltando aos cenários grego e medieval, o que se observa é que seu momento de reflexão mais intensa coincide com o de crise política. Platão e Aristóteles “[...] elaboraram suas teorias em um momento de constante guerra entre as cidades gregas e de intensas lutas entre as classes sociais que culminaram, finalmente, em 338 AC, com a perda da independência da Macedônia” (TONET, p. 29). Já no mundo medieval temos Agostinho elaborando suas reflexões em meio à crise do império romano.

O que todos esses pensadores possuiriam em comum seria uma busca pela essência imutável do mundo. “Que essa essência estivesse no mundo das ideias, como no caso de Platão, ou no interior das coisas desse mundo, como no caso de Aristóteles e Tomás de Aquino, não muda o fato de que se tratava sempre da busca da essência” (TONET, 2013, p.31). Temos então nessas sociedades o nascimento do caráter ontológico, da busca pelo conhecimento, ao menos até onde nossa investigação consegue alcançar, pois como já dito antes, as sociedades originárias do continente americano, as africanas e asiáticas não foram investigadas. Em resumo: “conhecer significa apreender a essência das coisas. Deste modo, a realidade não era algo construído pelo sujeito, mas algo que se encontrava no próprio objeto, isto é, no ser” (op. cit. p.32).

Quando então se estabelece o padrão moderno, o que ocorre?

[...] intenso desenvolvimento das forças produtivas que ocasionou as grandes navegações e as grandes descobertas científicas (ou o desenvolvimento das já existentes em outras culturas) que desembocaram na criação de gigantescas forças produtivas, capazes de gerar, em curto espaço de tempo, com a Revolução Industrial, uma riqueza capaz de satisfazer as necessidades de toda a humanidade. (TONET, 2013, p. 37)

Como todos sabemos esse é um desenvolvimento contraditório. O desenvolvimento que, em tese, seria capaz de produzir riqueza e satisfazer as necessidades humanas trouxe no pacote, na vida real, fome e genocídio de populações inteiras. O desenvolvimento científico, a forma como lidamos com o conhecimento em nossos tempos, sempre andou de mãos dadas com o complexo militar, com ocupação de outros territórios e o extermínio de populações seja em seu modo de vida (basta olhar para as populações indígenas), seja em sua linguagem e seu apagamento histórico no extermínio físico mesmo.

Não nos parece mais correto afirmar que o desenvolvimento burguês venceu suas batalhas porque era a melhor alternativa ao desenvolvimento humano. Mas sim por ser mais capaz de dizimar seus adversários. A crítica ao fazer ciência (e ao conhecimento moderno) que excluir essas questões nos colocará em pé de igualdade aos maiores publicistas liberais²⁰ que sempre aparecem com número de expectativa de vida para advogar a melhora do mundo em tempos modernos.

Número que exclui questões como tempo livre e doenças psicológicas, números que colocam a razão moderna, especialmente instrumental, como universal e, claro, nos põe a serviço da reprodução do capital. Então viver mais não significa viver melhor, mas sim, que o capitalismo de nossos tempos precisa de mais corpos por mais tempo para gerar riqueza para uns poucos.

A solução marxista, do qual trataremos adiante, não nos leva a esses equívocos. Ao contrário. A genialidade de Marx está, entre outras coisas, em ser radical, ir à raiz da questão, a ponto de articular o conhecer e o transformar da realidade sem qualquer vinculação imediata com a sociedade capitalista.

Voltando ao desenvolvimento do capitalismo e do conhecimento alcançado na sociedade burguesa, Tonet nos descreve uma visão de seu momento mais fecundo:

[...] aquele enorme florescimento das artes, das ciências, de um novo modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele, conhecido como Renascimento... também temos... bem como a ampliação do acesso à educação, embora com enormes restrições para a classe trabalhadora e a elaboração de novas teorias pedagógicas, que enfatizam a participação ativa do sujeito na sua formação. E não podemos deixar de mencionar toda a elaboração filosófica que caracteriza o período do iluminismo, com sua defesa da racionalidade imanente a todos os indivíduos humanos e, portanto, da capacidade de conhecer

²⁰ Como por exemplo nessa matéria: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-46357593> (acessada em 21/12/2022)

verdadeiramente a realidade tanto natural como social. (TONET, 2013, p. 38)

Vale ressaltar que mesmo nesse momento de ápice do pensamento racional burguês o sujeito a que se refere o ‘todos os indivíduos humanos’ eram os homens brancos europeus. Muitos dos defensores da liberdade iluministas eram senhores de escravos. As revoluções francesa, inglesa e americana foram feitas por senhores de escravos. Os altos pensadores do período iluminista tais como Francis Bacon, René Descartes, John Locke e Baruch Spinoza, Jean-Jacques Rousseau, David Hume, Adam Smith e Immanuel Kant, entre outros, são todos homens brancos.

Defende Tonet que “[...] foi a partir deste momento que o ser singular humano foi se constituindo como indivíduo propriamente dito” (op. cit. p. 38). Como já antecipamos essa posição nos parece equivocada. Já se pode encontrar na pesquisa inspirada no marxismo uma elevada produção que também leva em consideração a crítica ao colonialismo e ao patriarcado²¹: independente das concordâncias com essa posição, o que nos parece mais relevante são seus desdobramentos no que se refere a questão do conhecimento.

Retornando aos pressupostos da cientificidade moderna temos também na posição do indivíduo como outro aspecto importante: “[...] a busca do interesse particular se torna o eixo desta nova forma de sociabilidade” (TONET, 2013, p. 40), tornando o interesse coletivo subsumido ao individual. Aumentou, assim, a percepção do papel da atividade humana, inclusive singular, na construção da realidade social e, conseqüentemente, do conhecimento. “Os homens começaram a sentir-se construtores ativos da sua história e não meros joguetes nas mãos de um destino misterioso” (TONET, 2013, p. 40 e 41).

É nesse momento que se inicia mais explicitamente a defesa da existência de uma história humana e que ela se faz pelas próprias mãos dos seres humanos. Esta posição se mistura com uma forte posição da subjetividade “[...] no âmbito da política, do direito, dos valores, da educação, da arte, da filosofia, etc [...] as leis da economia não seriam leis históricas, mas naturais e, por isso mesmo, tão imodificáveis como aquelas que regem o envolver da natureza.” (TONET, 2013, p. 42).

²¹ Para uma compreensão inicial da questão racial, a filosofia e o marxismo, esse texto de Jones Manuel (<https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/31/o-lugar-de-marx-e-engels-na-modernidade-raca-colonialismo-e-eurocentrismo/>) nos parece um primeiro contato relevante. Já sobre a questão do patriarcado toda a obra da marxista Heleieth Iara Bongiovani Saffioti é essencial.

É nesse contexto que o conhecimento científico vai se tornando mais e mais importante para essa forma de sociabilidade. Seja o conhecimento do mundo mineral, seja do mundo biológico, seja do social. Enquanto somos capazes de descobrir e catalogar mais e mais espécies, também estaríamos no período em que os cientistas chamam de antropoceno, aquele onde a ação humana tem um impacto tão significativo no nosso ecossistema que pode levar a nossa extinção²², com efeito, por exemplo, do aquecimento global. Isso para não falar do uso da Ciência para conscientemente adoecer e viciar usuários de redes sociais, como se observa na atualidade.

Esse conhecimento contraditório das coisas da natureza e do ser social não vieram apenas a serviço da humanidade, mas também contribuíram para sua exploração, extermínio e homogeneização. Ele “[...] não poderia estar direcionado à busca da essência das coisas, mas à apreensão daquelas qualidades que pudessem ser submetidas à mensuração e à quantificação” (TONET, 2013, p. 44).

A compreensão de que a porta do conhecimento verdadeiro foi aberta pela ciência moderna, burguesa, pode nos levar a equívocos e conceitos a-históricos. Não é correto afirmar que “Conhecimento científico significa, necessariamente, estabelecimento de leis gerais, que possam valer para todos os casos, especialmente os futuros” (TONET, 2013, p.45). Nos parece que a palavra ‘necessariamente’ que foi colocada aqui pode nos levar a cometer o erro de concluir que a ciência burguesa é capaz de antecipar pelo uso do seu métodos toda sorte de futuros, abdicando assim do papel central do acaso presente nos fenômenos do mundo real.

Dentro do padrão burguês três caminhos foram tentados para solucionar os problemas referentes à relação entre o uso da razão e a análise dos dados empíricos: o racionalismo, o empirismo e o criticismo.

Bacon, cuja vida transcorre entre 1561-1626, situa-se na Inglaterra, país que se encontra na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo e onde, portanto, a exigência de um conhecimento baseado fortemente na experimentação e na verificação empírica se fazia sentir de modo mais intenso. Descartes, que vive de 1596 a 1650, situa-se na França, onde o desenvolvimento capitalista ainda não é tão avançado e onde a influência da concepção de mundo medieval, ainda é muito forte. Daí ser ele denominado, por Gilson, de o último dos medievais e o primeiro dos modernos. A existência de Kant, por sua vez, atravessa o século 18 (1724-1804) e se passa na Alemanha, onde o desenvolvimento capitalista ainda é bastante incipiente, mas em um

²² Mais sobre o antropoceno na matéria aqui: <http://www.iea.usp.br/noticias/conversa-sobre-o-antropoceno>

momento bastante posterior a Bacon e Descartes e, portanto, quando as influências do processo capitalista já se espalhavam por toda a Europa. (TONET, 2013, p. 46)

Para racionalistas o predomínio deve ser da razão, por óbvio, pois os sentidos podem nos enganar. Já para empiristas o conhecimento procederia dos sentidos. Porém “[...] permanece, contudo, aqui também, o problema de como chegar a uma lei universal” (TONET, 2013, p.47). É nesse sentido que Kant se apresenta como um divisor de águas no pensamento moderno.

O filósofo prussiano parte do pressuposto da racionalidade, claro, tendo Deus como último criador. Vale ressaltar que esse trabalho não pretende averiguar os pormenores das contradições do Kant de ‘Crítica da razão pura’ e ‘Crítica da razão prática’. Nem seguir uma reflexão muito longa sobre o quanto pensadores até esse período ainda tinham Deus como realidade inevitável. Basta lembrar que mesmo quando se inaugura esse período com a famosa frase de Descartes ‘Penso logo existo’, ela se segue a uma reflexão de que a existência só é possível porque Deus existe, é bom, pois foi ele quem nos dotou de razão. Então não seria exatamente a razão a origem de tudo, mas sim um Deus bom, já que se Deus fosse mal ele poderia está nos enganando e assim o próprio pensar seria uma farsa. Mesmo Galileu ou Copérnico, que fizeram importantes descobertas científicas que deveriam levar abaixo o estatuto católico, não negaram sua existência (a de Deus), mas apenas tentavam explicar que Deus era tão maior que as explicações que tínhamos naquele tempo não poderiam compreender as razões de Deus.

Voltando à Kant as características da razão, segundo o filósofo alemão, se manifestariam nas “[...] formas da sensibilidade – espaço e tempo – e categorias do entendimento – quantidade, qualidade, relação, totalidade, causa, etc” (TONET, 2013, p.49); sendo elas não advindas da experiência já que “[...] sendo inatas, possibilitam haver experiência, vale dizer, a transformação dos dados caóticos dos sentidos em algo organizado e sistematizado” (TONET, 2013, p. 49). Sendo assim o conhecimento seria “[...] a própria razão, partindo das suas estruturas – as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento – produz interrogações – hipóteses. Serão, então, os dados colhidos pelos sentidos que terão a tarefa de corroborar ou não essas hipóteses” (TONET, 2013, p.51).

Assim, o que aconteceria com as categorias da essência e da totalidade? A resposta seria a seguinte, no caso da modernidade, a partir de Kant, a essência não faz

sentido por sua impossibilidade de ser conhecida, pois essência é confundida com verdade absoluta. Já a totalidade fica também impossibilitada, pois apenas o sujeito que capta os dados da realidade é sujeito desse processo, de modo que serão possíveis apenas visões parciais. Temos assim “[...] a famosa ‘revolução copernicana’ que Kant teria realizado na problemática do conhecimento” (TONET, 2013, p.52). Agora não mais o sujeito se coloca diante do mundo dotado de uma ordem objetiva e em essência própria. Não. Agora é o mundo que estaria ao redor do sujeito, sendo assim influenciado de maneira ativa, mesmo que teoricamente, pelo sujeito.

É nesse cenário que a cientificidade moderna (relação sujeito-objeto; critérios de verdade, possibilidade de conhecer a essência e a totalidade de determinado objeto); além das relações entre ciência, filosofia e ideologia sempre é afetadas tanto pelo modo de produção em si (a exploração da força de trabalho, a propriedade privada, etc.) como em suas reverberações no machismo no racismo.

De fato, na construção do conhecimento nessa perspectiva, o caminho a seguir seria a elaboração de hipóteses, colheita de dados empíricos, organização, classificação, análise e elaboração da teoria que fecharia o processo. Nessa perspectiva o resultado final não é o objeto em si, desnudo de suas aparências, mas sim uma teorização reflexiva sobre tal objeto. Mais à frente trataremos dos pressupostos marxistas acerca de tal procedimento. Por hora o que nos parece em aproximação é que tal empreitada para no meio do caminho, seguindo apenas a reflexão teórica, sem a necessidade de repor o objeto, mais rico, na realidade social.

[...] o sentido dos dados, que também podem ser chamados de fatos ou fenômenos, esgota-se neles mesmos. Eles são o componente mínimo último da realidade... realidade não é apenas definida como o conjunto dos dados empíricos. Sua forma atual ... também é afirmada como sendo a forma definitiva... não haveria sentido em buscar um conhecimento que contribuísse para a construção de uma forma de sociabilidade de radicalidade diferente desta. O conhecimento deve ter apenas por finalidade permitir o aperfeiçoamento dessa forma de sociabilidade. (TONET, 2013, p. 56)

A exposição acima define bem tal concepção. Se levarmos para a questão do jornalismo poderemos perceber suas similaridades. O limite posto pela produção noticiosa (fatos) está exatamente na observação diária e imediata de tal realidade. A notícia, essência do jornalismo, ao fim e ao cabo, não irá definir os pressupostos da transformação radical de dada sociabilidade, mas dará instrumentos de percepção dos

problemas reais e cotidianos da realidade posta como se fossem fatos naturais e não fatos produzidos pelo homem historicamente.

Como já destacamos anteriormente, tanto a natureza do objeto quanto a do sujeito, assim como a relação entre os dois (sujeito e objeto) e a natureza e critério de verdade são afetados pela construção social de seu tempo. Em primeiro lugar, sobre a natureza do sujeito: o sujeito do conhecimento para a cientificidade moderna é o indivíduo singular. Pensemos aqui no complexo processo de produção de carros elétricos. Mesmo que não façamos ideia de quais recursos minerais são extraídos para sua produção, mesmo que não saibamos quais são os povos explorados para tal execução, temos a visão do homem branco genial, explorador e que foi ‘revolucionário’ na produção desse novo veículo. O senhor Elon Musk toma o debate público como o grande inventor, aquele que teve uma grande ideia.

Segundo, sobre a natureza do objeto: seria incompreensível em sua essência, o máximo que podemos fazer é capturar sua questão aparente. Só podemos ter acesso à realidade como ela é para nós, para cada um e não há uma realidade em si. A natureza do objeto, desse modo, é construída por nós. Segue o percurso geral: elaboração de hipótese, colheita de dados empíricos, organização, classificação, análise e elaboração de uma teoria explicativa. O resultado final desse percurso não seria o objeto real, mas sim um objeto teoricamente construído.

Terceiro, sobre o processo do conhecimento: temos a definição de verdade como coerência e consistência do discurso; o rigor metodológico e a intersubjetividade como critérios de verdade. É inteiramente coerente afirmar que a produção do conhecimento deve ter como objeto o bem de toda a sociedade e não de qualquer grupo em particular. Daí porque o cientista deve manter todos os esforços para impedir que outros interesses que não a pura, desinteressada e neutra busca da verdade interfiram na produção do conhecimento científico.

Temos, assim, uma definição gnosiológica de verdade: a verdade de uma teoria só pode ser definida como coerência e consistência internas do discurso. Os critérios de verdade deverão ser: o rigor metodológico, a verificabilidade e a intersubjetividade. Tendo por rigor metodológico a compreensão de que este expresse o formalismo que caracteriza o método científico moderno. Sobre a intersubjetividade, no debate entre os cientistas de determinada área, ela garantiria a tentativa de escapar ao relativismo.

Quando olhamos para a questão da vida social e o conhecimento acerca dela podemos dizer que existem dois grandes períodos na modernidade: um momento que vai do século XVI até o século XIX e outro de lá até nossos dias. O primeiro período é marcado pela “[...] ascensão da burguesia e, para ela, é fundamental afirmar a possibilidade de conhecer não só a realidade natural, mas também a realidade social” (TONET, 2013, p.59). Isso porque, lembremos, nesse momento a burguesia é uma classe em ascensão e o conhecimento da realidade para sua transformação social era essencial. “Também é do interesse da burguesia ascendente, porém, afirmar a historicidade da realidade social.” (TONET, 2013, p. 59)

No momento atual do padrão de cientificidade é marcado tanto pela revolução industrial quanto pela revolução burguesa, que tem na revolução francesa seu momento político mais radical.

[...] a revolução industrial... o resultado da articulação entre o impulso de acumulação do capital e o conhecimento da natureza realizado especialmente pela física, pela mecânica e pela astronomia. Essa articulação significou uma autêntica revolução no modo de produção da riqueza material, uma gigantesca explosão das forças produtivas, demonstrando a capacidade humana de dominar a natureza e colocá-la a serviço dos seus propósitos. Mas, também significou profundas e rápidas transformações em todos os aspectos da vida: econômicos, políticos, culturais, familiares, etc. (op. cit. p. 60)

Vale ressaltar que se trata de um desenvolvimento em duplo sentido, sempre em dialética, com produção de novos valores materiais e morais e morte de outros tantos. O conhecimento na natureza revertido para a lógica do lucro tem nos trazido a esse ponto de aquecimento global. A gigantesca explosão das forças produtivas não melhorou qualitativamente a vida da maioria das pessoas. Enquanto a expectativa de vida aumenta, em média, as doenças psicológicas e o tempo de trabalho sobem no mesmo ritmo. É como se o capital precisasse de nós por mais tempo, como bem nos lembram Marx e Engels (1998, p.8):

[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.(...) a contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sócias antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as

relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas.

Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas dizimavam populações inteiras em outros continentes, no centro da Europa, onde se desenvolveu, a burguesia, nesse primeiro momento, desfrutava de grande melhoria na qualidade de vida além, por óbvio, de uma permanente posição ideológica que se fazia presente. Nesse aspecto não é por acaso que o desenvolvimento da prensa e o estímulo ao letramento tenha sido tão instigante nesse período. Vale lembrar que Gutemberg inventa a prensa de tipos móveis na primeira metade do século XV, mas apenas na primeira metade do século XVII é que os jornais periódicos surgiram, inclusive para dar vazão às novas ideias.

Não é do interesse do presente estudo tratar da história da imprensa e sua relação com o desenvolvimento da burguesia enquanto classe. Apenas queremos fazer notar como o surgimento de uma nova classe dirigente reverbera por toda a produção e circulação de prioridades. O jornalismo moderno é, em absoluto, uma consequência da conjunção das revoluções burguesa e industrial. Mas o que nos cabe aqui é saber se sua essência, como a de várias outras manifestações sociais que são devedores desses momentos históricos, extrapola sua finalidade para além dessa sociabilidade.

Com o desenvolvimento e hegemonia da burguesia na sociedade, esta última abandona seu caráter revolucionário enquanto classe e torna-se conservadora. Os ideólogos da burguesia, com a ajuda agora dos jornais que se espalham por toda a Europa, reverberarão a concepção de mundo atual como aquela natural e única possível. A propaganda espalhada pelos diversos órgãos de poder ideológico, cada um a seu modo e com tons diferentes, repetirão que agora o caminho é o constante aperfeiçoamento da sociedade burguesa. Sendo assim, o lugar correto do conhecimento no mundo social deve seguir esse mesmo requisito.

Porém é da natureza da sociedade burguesa a exposição de sua contradição “[...] ela permite e, ao mesmo tempo, interdita a compreensão da realidade social como ela de fato é” (TONET, 2013, p.63). Como a sociedade moderna se assenta na exploração do ser social ela não pode escapar a materialidade de sua constituição, não podendo, assim, fugir, em princípio, para respostas místicas. Porém “[...] esse mesmo ato de compra e venda de força de trabalho, ao ocultar a exploração que está embutida nele, termina por imprimir às relações sociais um caráter de naturalidade.” (TONET,

2013, p. 63). Isso porque cabe a sociedade burguesa agora esconder duas questões centrais para a superação de sua ordem social: a totalidade e a essência.

À burguesia, independente de intencionalidade explícita, não interessa o conhecimento da realidade social até a sua máxima profundidade... aquele nível que permite demonstrar o caráter radicalmente histórico e social da realidade social. Esse nível não pode interessar a burguesia porque permite desvendar os mecanismos essenciais da produção e reprodução da forma atual da sociabilidade, marcada pela exploração do homem pelo homem, pela desigualdade social. (TONET, 2013, p. 65)

Como nos demonstra Tonet não é uma questão moral, de mera intencionalidade de uma classe reunida em uma sala a decidir os rumos de toda a humanidade, mas sim da própria legalidade da existência dessa classe em si. Cabe então a ciência moderna lidar com a parcialidade de um mundo social fraturado e incompreensível em sua totalidade. Porém, esse trabalho também é exercido por outro sujeito não cientista: o jornalista. O que queremos dizer é que a resposta parcial não é em si um problema, a realidade cotidiana e as questões postas na mais efetiva cotidianidade são reais e factuais, ou seja, elas existem independentemente de quais recursos o observador usará para narrá-la. O que nos parece correto na observação de Tonet é que se a nosso ver o jornalismo, corretamente, recorta a realidade para nos oferecer impressões parciais, as ciências humanas como um todo repetem esse mesmo esquematismo, porém com o objetivo de se fazer notar como detentoras da autoridade da explicação da nossa sociabilidade.

Uma ressalva se faz importante. Não está sendo dito que uma compreensão de mundo é falsa no sentido tópico, mas sim que tal perspectiva de compreender a realidade de lidar com a questão do conhecimento não alcança o centro da questão. Por óbvio, uma outra perspectiva ‘bem intencionada’ pode reverberar nos mais absurdos equívocos e um a outra mesmo que com a convicção de sua parcialidade nos apresentar na ordem fenomênica pistas para a compreensão do estado atual das coisas e sua possibilidade de superação.

[...] não se trata de afirmar que todo intelectual de origem burguesa produzirá um conhecimento falso e todo o intelectual de origem proletária realizará um conhecimento verdadeiro...o que será realizado a partir dessa possibilidade dependerá tanto das capacidades e do empenho dos próprios intelectuais como da situação concreta do próprio objeto a ser conhecido. Vale também observar que as

perspectivas da burguesia e do proletariado não são blocos homogêneos e estáticos [...] são complexos e dinâmicos. Ambas têm que ser vistas no envolver do complexo processo histórico-social, nos seus diversos momentos, e também como resultado da luta que se trava não só entre as duas classes fundamentais, mas entre todas as classes sociais em presença. (TONET, 2013, p. 66)

Além da questão do sujeito produtor do conhecimento e sua relação com a classe em si enquanto ponto importante, mas não único, para a validação de um conhecimento verdadeiro seja na perspectiva burguesa, seja na proletária, temos também a ideia vendida pela classe dominante de que sua capacidade de reforma, dado o caráter democrático de sua forma mais avançada de sociabilidade, também seria um ponto que faria do capitalismo liberal a forma derradeira. Assim, conhecer a realidade teria como objetivo último essa melhora cotidiana, esse avançar lento e gradual do capitalismo, sem de fato alterar as estruturas que sustentam tal sociabilidade.

Resume, assim, Tonet essa perspectiva de produção do conhecimento:

Em primeiro lugar isso imprime um caráter insuperavelmente empirista a todo o processo de produção do conhecimento científico. Se nada mais existe para além dos dados empíricos; se esses dados são o elemento último e irreduzível da realidade; se o sentido deles está inscrito na sua própria natureza; se a realidade social não é uma totalidade objetivamente existente; se não existe um fio condutor que articule objetivamente os diversos momentos que constituem a realidade, então o sujeito se verá obrigado e estará livre para construir um objetivo teórico apenas segundo o seu arbítrio. Disso decorre que o critério para decidir o que é ou não verdadeiro não pode ser buscado na correspondência da teoria com o objetivo real, mas apenas na aplicação rigorosa dos preceitos metodológicos. Deste modo, rigor lógico e metodológico e vigilância epistemológica serão os elementos que garantirão – sempre de modo relativo- o sucesso da empreitada da produção do conhecimento científico. (op. cit. p.68)

Obviamente que a prevalência desse cenário não se deu sem conflitos internos. Como dissemos não se trata de uma crítica moral a cientificidade burguesa nem de tratar de forma homogênea seus pensadores. O ponto que entendemos correto da perspectiva de Tonet é de que independente da melhor e mais genial mente da cientificidade burguesa (seja o de caráter mais conservador com Durkheim, Comte, Popper, Lakatos, Feyerabend, Kuhn ou os que tentaram superar o positivismo como Weber, Dilthey e Mannheim) ao não observar a questão da luta de classes e a radicalidade posta nela como possibilidade de sua superação, a compreensão da realidade social sempre seguirá manca.

Como podemos observar, a centralidade da subjetividade nos oferece uma maior dificuldade para construir a correta associação entre consciência e realidade: “[...] a causa fundamental da perda dessa capacidade reside na crescente mistificação que tem sua origem no processo de produção da mercadoria” (TONET, 2013, p.71) ou nas palavras de Marx em ‘O capital’ (1975, p.81):

[...] a mercadoria é misteriosa por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho.

Esse processo de mistificação a partir do trabalho é levado as últimas consequências na cotidianidade onde o ‘fetichismo da mercadoria’ se reverbera para uma completa relação alienada no todo social e onde essa mistificação se intensifica. Assim as leis sociais do capitalismo tomam forma como leis gerais da humanidade. Pensando na perspectiva do conhecimento jornalístico, esse fetiche leva tanto o jornalista a se sentir parte da classe dominante tanto por reverberar seus anseios quanto por assumir para sua rotina os processos de divisão do trabalho inerentes ao capitalismo. Deste modo, a produção noticiosa também é substituída, sem um impacto social que tem em si a potencialidade de reverberar no todo social e contribuir para uma elevação da consciência de classe ao desvelar parte das contradições do capitalismo. Assim, ela está cada vez mais norteadada pela precarização e a manipulação.

Temos em nossos dias um tipo de hipercentralidade da subjetividade no campo do conhecimento em geral e do jornalismo, em particular. Desde “[...] o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neoiluminismo, o pragmatismo” (TONET, 2013, p.74). Ao criticar tal posição de maneira, a nosso ver, correta, Tonet extrapola e não reconhece as consequências limitantes da negação de outras contradições do capitalismo para além da central e decisiva, a saber, a de classes. Ao assumir que a tradição pós-moderna tenta colocar na ordem do dia não existir uma ‘física’ universal; que não encontramos em lugar nenhum da extensa bibliografia que reivindica os saberes das populações da diáspora negra, o que provavelmente se tenta colocar é mais uma provocação sobre o caráter masculino e branco da universalidade posta atualmente.

Vale lembrar que todos os autores citados como expoentes da grande ciência burguesa eram homens brancos. Evidentemente que a realidade é em si. Porém, o que diversos autores, inclusive de inclinação marxista tentam propor no debate epistemológico é uma tentativa de compreensão de qual o papel da branquitude e do patriarcado na construção do universal. Vale lembrar, por exemplo, que o genial Kant descrevia o negro como inferior e a mulher como sujeito de beleza e não de inteligência. Nos parece que as questões relativas ao conhecimento, a realidade do real em uma perspectiva radical, no sentido de ir a raiz, não pode mais fechar os olhos para essas questões.

O jornalismo absolutamente não seria um desses locais que contribuiria em sua natureza para a apreensão da raiz dos problemas. Sua função seria o de oferecer pistas, fincado na realidade cotidiana. Deixando para as demais ciências humanas o papel de usar de seus instrumentos e trabalhos e assim oferecer um instrumental categorial capaz de explicar a realidade em seu movimento correto. Tonet critica o exemplo do uso da política como espaço qualificado na sociabilidade burguesa moderna detentor das possíveis saídas para os impasses do mundo atual. A articulação política, democracia e cidadania parecem, para seus defensores, o último estágio de desenvolvimento humano. Enquanto a imaginação em áreas como física e biologia advogam seres diversos e viagens a outros planetas, no sentido da organização das relações humanas, ainda são as classes sociais, a reforma e a política o máximo que certa imaginação política nos coloca mesmo no campo da ficção.

[...] o resultado disso é que, hoje, nos encontramos em uma situação extremamente difícil. De um lado, produziu-se um ‘espírito de superficialidade’, que se manifesta no elevado consumo de modas teóricas; na ausência de seriedade com que são abordados, citados ou até descartados autores – especialmente certos autores – da despreocupação com uma fundamentação rigorosa; na utilização de conceitos – como, por exemplo, modernidade, razão, crítica, cidadania, democracia, pluralismo, socialismo e outros – de forma pouco criteriosa, como se fossem dotados de sentido óbvio. (TONET, 2013, p. 75)

Para essa compreensão a realidade social é uma coleção de fragmentos, uma determinação natural do mundo. Para essa concepção não inexiste um fio condutor que de alguma forma dê unidade ao todo social. Para eles, as categorias são produtos da mente humana e por isso não existiria a verdade, mas várias versões dela. Por isso que para essa concepção, das mais variadas formas e nas diversas vozes, cabe ao ser social

apenas “[...] interpretar e ‘transformar’ o mundo segundo critérios por ele mesmo estabelecidos.” (TONET, 2013, p. 77 e 78).

Ou, nas palavras de Coutinho (2010, p.28):

Podemos resumi-los, esquematicamente, em três núcleos: o humanismo, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a razão dialética, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico).

O marxismo é em alguma medida herdeiro desse último núcleo. Porém ele também não escapou a esses tempos que vivemos. Ele foi, em várias de suas diversas correntes que se dividiram ao longo do século XX, perdendo a sua radicalidade e a sua criticidade. “Radical porque tinha como base a captura do processo real até sua raiz. Revolucionário porque a compreensão da realidade social até a sua raiz também implicava a possibilidade de sua transformação radical” (TONET, 2013, p.76). Trataremos mais sobre as questões referentes ao marxismo no próximo tópico e no decorrer do próximo capítulo. Por hora vale ressaltar certo pluralismo metodológico por um lado e dogmatismo por outro como parte da crise do marxismo mais evidente. E não menos importante, mas de menor relevância, certo isolamento do marxismo ortodoxo em relação a luta concreta das classe trabalhadora. Ao construir a teoria mais correta e com potencial emancipatório, mas fazê-la também apenas nos muros da universidade, o melhor marxismo vem sendo incapaz de produzir força real na luta cotidiana.

3.2 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO À LUZ DO MARXISMO

As contradições do modo de vida na sociedade burguesa geraram a percepção de que não seria por meio de sua manutenção que chegaríamos a emancipação humana. Porém apenas com Marx é que conseguimos alcançar um novo padrão de abordagem no que se refere as questões da verdade e do conhecimento. Lukács (2013) dirá que isso se desenvolve por conta de seu estatuto ontológico.

Tonet nos lembrará que “[...] o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo [...] quem estabelece, no sentido ontológico, os objetivos do conhecimento é o mundo (social)” (TONET, 2013, p.42). O que se faz presente é a prioridade do mundo frente ao sujeito. É, em certa medida, um retorno ao ser das coisas, uma retomada das questões mais decisivas quando se trata de conhecimento e verdade, a saber, a essência e a totalidade.

Já Netto nos dirá que:

[...] uma compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser natural, orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias... ora, é somente quando se instaura a sociedade burguesa que o ser social pode surgir à consciência humana como um ser que, condicionado pela natureza, é diferente dela. Como Marx assinalou, a sociedade burguesa (o capitalismo) ‘socializa’ as relações sociais: estas podem ser apreendidas pelos homens não como resultantes de desígnios e vontades estranhos a eles, mas como produto da sua interação, de seus interesses, de seus conflitos e de seus objetivos... em síntese: é na sociedade burguesa que os homens podem compreender-se como atores e autores da sua própria história...esta é apenas uma possibilidade. Como a sociedade burguesa se funda na exploração e na opressão da maioria pela minoria... a sua dinâmica produz, para legitimá-la minimamente, mecanismos que ocultam estes seus atributos. Tais mecanismos – a alienação e a reificação, conectadas ao ‘feitichismo da mercadoria’... são necessários: a sociedade burguesa não pode existir sem eles, que acabam por criar uma aparência coisificada da realidade social. Esta aparência mistifica os fenômenos sociais: ela esconde que os fenômenos são processos, mostra-os sob a forma de coisas, alheias aos homens e às suas relações. (NETTO, 1985, p.16)

Por outro lado Chasin (s/d, p.05) nos contará que a verdade não é um sinônimo de céu na terra, “[...] não é um luminoso universo maravilhoso dos nossos anseios”. Nem a falsidade é o demônio encarnado. “Falso e verdadeiro correspondem a necessidades sociais em momentos distintos do mesmo objeto (op. cit. P.05)”. Ou seja, falso e verdadeiro possuem certa relação com a posição de classe que o sujeito ocupa em seu ‘para si’ e em crítica a alienação sentencia “Conhecer é credenciar-se ao poder” (op. cit. p. 05).

Como podemos ver, na tradição do marxismo ontológico há uma vasta produção sobre as problemáticas do conhecimento. O que podemos retirar nesse primeiro momento é que existe uma relação entre conhecimento e intervenção social tendo em vista os interesses das classes fundamentais, a saber, burguesia e proletariado.

Isso, por óbvio, na sociedade capitalista. “É, pois, natural que na sociedade burguesa caminho do desvendamento da realidade social como ela de fato é e até a sua raiz última seja trilhado por aqueles que se põem da perspectiva do proletariado.” (TONET, 2013, p. 64).

Cabe assim aqueles que reivindicam os interesses do proletariado o conhecimento mais profundo e complexo. Não há alternativa para a possibilidade de transformação radical dessa sociabilidade sem que essa posição seja colocada. Uma correta intervenção na realidade, seja física, biológica ou social, só será possível com o conhecimento de tais condições objetivas do objeto posto. “Trata-se da possibilidade de compreender todos os fenômenos sociais de uma forma que permita a sua apreensão em um nível maior de profundidade” (TONET, 2013, p.65). A correta intervenção previamente orientada exige do teórico marxista que essência e totalidade em sua compreensão história. Esse conhecimento deve está orientado a construção de outra sociabilidade, a emancipação humana. Vejamos que aqui não se trata de verdadeiro ou falso. Os pressupostos são outros. Trata-se aqui do seguinte: tal conhecimento e ação nos aproximam ou nos afastam da emancipação humana?

A tese de Tonet é de que o que faz do marxismo a tradição correta em relação às anteriores aqui no caso da questão do conhecimento é que ele tem em seu interior a verdade última. Seria por esconder a verdade (conscientemente) ou ser incapaz (inconscientemente) de alcançá-la que as demais visões de mundo possuem limites e que devem ser superadas pelo marxismo. Então, bastaria que essa verdade se universalizasse para que então uma outra sociedade fosse construída. É por não saber a verdade que a maioria da classe trabalhadora não se coloca a serviço de seus próprios interesses e que a ciência moderna segue produzindo conhecimento que levará a extinção humana.

Essa posição nos parece precária. Tomemos como ponto de partida a última posição. Se a melhor ciência produzida hoje segue um curso em direção a extinção humana seria mesmo por não conhecerem a verdade última? Nos parece que essa não seria uma resposta satisfatória. Esse não é o ponto central de nossa investigação então não temos como nos aprofundar nele. Mas, grosso modo, o que nos parece mais correto, e em consonância com as posições de Chasin e Lukács, é que a real diferença entre a posição marxiana e as demais posições revolucionárias é o apreço pela cientificidade. Mas o que faz do marxismo absolutamente superior as outras posições que tem na cientificidade um de seus pilares é a ética comunista. É a perspectiva de produzir uma

ciência orientada para a coletividade e a emancipação humana que faz dessa posição superior. Mas veja, uma outra não está interessada na emancipação humana não faz dela falsificadora do conhecimento.

O que nos resta refletir aqui é se cabe ao marxismo de nosso tempo ainda reivindicar a cientificidade burguesa enquanto padrão mais alto do conhecimento já produzido pela humanidade ou se é da natureza dessa cientificidade a orientação para desbravar as estrelas enquanto morremos de fome. Ou como poeticamente nos fala Chasin (1987, p. 37-38):

O homem vive e sofre o mundo, cada vez mais como produto de seu produto...converte-se em insignificante, diante da exuberância da mercadoria multiplicada e das forças cada vez mais misteriosas que as põem no mundo. Sobre o 'véu nebuloso' de um passado recente estende-se uma nova cobertura, ainda mais espessa e fantasmagórica. Que intimida e fascina, obnubila e faz prosélitos, reduzindo o homem a subproduto de uma história que anda e desanda à sua revelia. Em suma, ele desaparece enquanto sujeito, diante da maravilhosa infinidade da mercadoria partogenética, capaz de se oferecer a uns e de se subtrair a outros, tornando nulo o gosto da mão que avança e da boca que reclama.

É com o advento do marxismo que abre-se o caminho da compreensão radicalmente crítica da realidade articulada com a possibilidade de transformação da sociedade orientada para a emancipação humana. Tendo Marx e Lukács como alicerces, podemos dizer que radical aqui nos se trata de radicalismo no sentido do senso comum mas sim de ir a raiz das questões, a sua essência. No capitalismo isso exige que compreendamos quais as relações que o ser social estabelece com o complexo ideológico e a produção da riqueza material. É dessa relação a fundamentação da possibilidade da transformação também radical do modo de ser do capitalismo para outra formação social.

Mas tal possibilidade de conhecimento está umbilicalmente ligada ao surgimento do proletariado enquanto classe

Somente com a entrada do proletariado em cena o conhecimento da realidade social encontra seu cumprimento: com o ponto de vista de classe do proletariado emerge uma perspectiva a partir da qual a totalidade da sociedade torna-se visível. O que surgiu com o materialismo histórico foi, ao mesmo tempo, a teoria “das condições da libertação do proletariado” e a teoria da realidade do processo total do desenvolvimento histórico, precisamente porque, para o proletariado, isto é uma necessidade vital, uma questão de vida ou de

morte— a questão de alcançar a visão mais perfeitamente clara da sua situação de classe. (LUKACS, 1992, p.81-82)

Para que possa agir corretamente enquanto classe para si, cabe aos intelectuais e cientistas da classe operária, aqueles que advogam pela emancipação naquele sentido marxiano da superação das classes sociais, da propriedade privada e do Estado, conhecer a origem do ser social e qual a legalidade do processo histórico no qual estamos envolto tanto quanto as motivações das desigualdades presentes.

Os pressupostos da ação orientada para a emancipação devem ser a compreensão de que este mundo seja uma totalidade. A saber, a soma das partes com suas articulações e mediações (a soma das partes é maior que as partes em separado pois nela está contida suas mediações) sempre levando em consideração que este processo se dá em movimento. Essa totalidade é uma totalidade em relação a uma singularidade e uma particularidade. Sempre teremos uma relação nessa totalidade. Além da totalidade temos também a essência aquela substância que permanece mesmo no decorrer dos processos de mudança, aquela que não se confunde com a aparência mas que tem nesta já uma pista nesse entrelaçar entre aparência e essência, entre totalidade e suas partes, entre permanência e mudança.

Elucidar a relação entre unidade e multiplicidade, entre e permanência e mudança nos parece ter seus passos mais importantes e decisivos na compreensão marxista, pois essa tradição “[...] é uma construção teórica, mas, muito antes disso, é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente.” (TONET, 2013, p. 83). Estamos em acordo com Tonet quando ele diz que “Marx lança os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo e, conseqüentemente, também de fazer ciência e filosofia.” (op. cit. p. 83). Aqui acrescentaríamos de fazer jornalismo e Educação também. Até porque jornalistas e educadores marxistas seguirão cumprindo um papel decisivo. Como podemos observar nessa passagem de Marx sobre os escritores socialistas:

[...] se os escritores socialistas, atribuem ao proletariado esse papel histórico-mundial, isso não acontece, de nenhuma maneira, ... pelo fato de eles terem os proletários na condição de deuses. Muito pelo contrário. Porque a abstração de toda a humanidade, até mesmo da aparência de humanidade, praticamente já é completa entre o proletariado instruído; porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje. Agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não

apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de um penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da necessidade – que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas, ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sumir suas próprias condições de vida sem supra-sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria condição. (MARX, 2003, p.49).

Com Marx temos acesso a um novo e superior modo de ver a realidade. Aqui não estamos querendo elevar o filósofo alemão ao patamar do Deus cristão, ou seja, onisciente, onipresente e onipotente. Não estamos aqui endossando tudo o que foi dito pelo comunista. Também não será no presente trabalho que daremos munição para os inimigos da luta da classe trabalhadora e apontar possíveis equívocos. O que nos interessa aqui da extensa produção de Marx é que sua obra fundamentou um passo incontornável das questões referentes a realidade do real e a possibilidade de transformação radical da mesma. Como nos explica Lukacs (1992, p.60)

[...] a convicção científica de que, com o marxismo dialético, encontrou-se o método (por nós entendido como um ontometodo, I. T.) correto de investigação e de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido indicado por seus fundadores; mais ainda: implica a convicção de que todas as tentativas de “superar” ou “melhorar” este método conduziram – e necessariamente deveriam fazê-lo – à sua trivialização, transformando-o num ecletismo.

O que Marx traz de novidade é que sua ontologia do ser social precede qualquer posição gnosiológica, ou seja, as questões acerca do conhecer tendo como anterior as questões sobre o ser naquilo que Lukács (2013) definirá como uma Ontologia do ser social. Um dos motivos dessa novidade marxiana seria, a luz da compreensão de Tonet (2013) certa permanência dos pressupostos filosóficos em Marx mesmo em seus escritos de grande rigor científico. Ao nunca abandonar a filosofia (no caso aqui a dialética) e ter um olhar cuidadoso como o do grande cientista (além, claro, da genialidade posta no sujeito único e na posição política de classe) Marx pode construir um novo estatuto, “[...] de modo que toda comprovação de um fato, todo conhecimento de uma conexão, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata, mas partem daqui para ir além, ou

seja, para investigar toda facticidade visando ininterruptamente seu autêntico conteúdo de ser, sua constituição ontológica.” (TONET, 2013, p. 86).

Para esse percurso Marx, assim compreende Lukács (2013). parte da gênese do ser social, do seu ato fundante. Tendo analisado sua origem, natureza e função social. Por esse motivo as questões iniciais são: ‘o que é ser social?’ ‘Quais são suas determinações essenciais?’. “Por que essa pergunta deve preceder aquela relativa ao conhecimento? Porque o conhecimento é apenas uma das dimensões do ser social” (TONET, 2013, p.90). Apenas após isso posto poderemos então nos preocupar com a posição que o conhecimento (seja ele científico ou jornalístico) ocupa na produção e reprodução da sociedade enquanto práxis social. O próprio Marx definirá assim nas ‘Teses sobre Feuerbach’:

O principal defeito de todo materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente. Eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva. Por isso, em A Essência do Cristianismo, considera apenas o comportamento teórico como autenticamente humano, enquanto que a práxis só é apreciada e fixada em sua forma fenomênica judaica e suja. Eis porque não compreende a importância da atividade “revolucionária”, “prático-crítica (Marx, 1986, p.11 e 12)

Como podemos ver é na práxis social que se encontra um dos pontos mais importantes das questões sobre a verdade e o conhecimento. Pois se é necessário antes se perguntar sobre a natureza do ser, sua essência, sua historicidade e seu desenvolvimento para poder chegar nas questões do conhecimento. Aqui também não se dá o ponto de chegada. É necessário então ultrapassar a barreira do conhecer e alcançar a práxis, tida aqui, grosso modo, como ação conscientemente orientada tendo em vista a emancipação humana.

Lukács (1992, p.102) dirá que essas afirmações de Marx teriam “[...] função de crítica ontológica de algumas falsas representações, pretende despertar a consciência científica, com o intuito restaurar no pensamento a realidade autêntica”. E assim fazer surgir uma nova cientificidade que não teria a pretensão de abandonar a cientificidade

mas “[...] em cada comprovação singular de fatos, em cada reprodução ideal de uma conexão concreta, sonda continuamente a totalidade do ser social” (LUKACS, p102).

Já Chasin (1987, p. 43-44) entende que essa relação entre ciência e filosofia na obra de Marx reverbera para a qualidade do marxismo produzido após sua morte. A compreensão equivocada dessa articulação segue levando o campo do marxismo a uma série de equívocos. No caso de Marx essas questões filosóficas se expressam, como já dissemos em uma ontologia do ser social.

Sendo assim, são essas questões de caráter filosóficos basilares quando se trata da apreensão da realidade e do conhecimento por conseguinte. Sempre lembrando que aqui não se trata de conhecimento desinteressado. Mas sim aquele conhecimento adequado da realidade social que nos possibilita atuar num campo de alternativas que vislumbra a superação da ordem do capital. “Na perspectiva ontológica marxiana, filosofia e ciência [...] são dois momentos intrinsecamente articulados, que, sem perder a sua especificidade, constituem uma unidade indissolúvel no processo de produção do conhecimento científico.” (TONET, 2013, p. 93).

Temos em Marx então a visão superadora das anteriores. Tanto os diversos idealismos quanto os materialismos anteriores a ele foram incapazes de preencher uma brecha acerca da realidade, aquela preenchida pela compreensão de práxis enquanto “[...] atividade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social” (TONET, 2013, p.95). Marx consegue essa superação pois foi capaz de, como já dissemos, ir na origem do ser social e verificar sua natureza, a relação entre objetividade subjetividade.

Uma pista dessa posição de Marx pode ser vista nessa passagem do Prefácio à Contribuição para a crítica da economia política (1973, p.28/29)

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência... A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o

desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Assim como a seguinte passagem em *A ideologia Alemã*:

[...] essa concepção de história assenta, portanto, no desenvolvimento real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência – a religião, a filosofia, a moral, etc. – e estudando a partir destas o seu nascimento; deste modo, naturalmente, a coisa também pode ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras). (MARX, 2009, p. 57-58).

Para Marx trata-se de fatos reais, verificáveis, indivíduos concretos, o que fazem e que relações estabelecem, suas condições de existência. Só aí então apreender quais as determinações que caracterizam o processo de reprodução. Resgatar esses pressupostos é uma arma central para combater os formadores de opinião que constroem na imaginação um tipo ideal que não existe na realidade e generaliza esse tipo ideal como se fosse modelo de sujeito. Como não tem qualquer compromisso com a realidade, com a concretude do real, esses podem reverberar seus discursos. Para o marxista a realidade é sempre ponto de partida e de chegada.

Tendo o trabalho enquanto fundante, devemos olhar para o objeto enquanto histórica e socialmente construído. Ter a legalidade do objeto posta mentalmente enquanto ‘caminho de ida’. Repôr em forma de construto teórico esse processo. Assim poderíamos definir a compreensão marxiana, em linhas gerais, acerca da problemática do conhecimento.

O que podemos entender é que para Marx, na questão do conhecimento, a historicidade do objeto é algo tão importante quanto suas efemeridades no momento em que se investiga. E essa anterioridade histórica nos leva a centralidade do trabalho pois é nesse ponto que está posta nossa relação mais imediata com a natureza. Porém, cabe ressaltar, essa não é uma vinculação imediata. Se assim fosse todos os nossos problemas já estariam resolvidos. A correta relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e uma par de complexos parciais (ideológicos) é onde se encontra a tarefa mais árdua do pesquisador em ciências humanas que reivindica as teses marxianas.

Marx (2004, p.127) constata, também, que o homem não é, apenas, um ser natural, mas um ser natural humano. Mas o homem – diz ele – não é unicamente um ser natural; é um ser natural humano; quer dizer um ser para si mesmo, um ser genérico e como tal tem que necessariamente atuar e afirmar-se tanto em seu ser como no seu pensamento. Assim, nem os objetos humanos são objetos naturais, nem o sentido humano, tal como é imediatamente dado, constitui a sensibilidade humana, a objetividade humana.

Na relação entre sensibilidade e objetividade ambas possuem posição decisiva na perspectiva marxiana. Como nos aponta Lukacs nem a consciência seria mera derivação mecânica da realidade nem o inverso, a saber, a realidade, não seria um construto da consciência. Porém aqui se abre uma enorme polêmica da qual não iremos nos aprofundar acerca da relação fundado-fundante, na perspectiva marxiana no que esse refere a relação consciência e realidade.

A resposta correta posta pelo marxismo ontológico é de que essa relação põe na realidade um lugar de prioridade, dentre outras coisas, pois é nela que se constrói o campo de possibilidades no qual a consciência irá agir, derivando daí a concepção de liberdade marxiana, por exemplo. Fora isso temos na realidade, aqui posta enquanto natureza exterior ao sujeito, a comprovação factível da historicidade, categoria decisiva para o marxismo.

É por sabermos que as coisas existem antes dos seres sociais que podemos constatar que há um processo de desenvolvimento desde o Big Bang até o antropoceno. Porém tal constatação termina por transformar prioridade ontológica em anterioridade cronológica e não é fato nem que Marx ou Lukacs reivindicuem tal pressuposto nem que isso se comprove na materialidade. Sobre como se deu o desenvolvimento objetivo do ser social devemos seguir acompanhando a melhor antropologia, a melhor arqueologia²³ e então identificar os rudimentos do ser social, sempre tendo em vista que a possibilidade de aferir com precisão essas questões é baixa. O que a nosso ver não retira em nenhuma hipótese as observações de Lukacs.

Para o filósofo húngaro na ontologia de Marx a distinção entre essência e fenômeno está na sua maior ou menor continuidade. “No plano do ser, essência e fenômeno não apresentam nenhuma distinção. Ambos são resultados de atos humanos

²³ Sugerimos o recém-lançado ‘O despertar do tudo: Uma nova história da humanidade’, escrito pelo antropólogo David Graeber e pelo arqueólogo David Wengrow.

singulares e ambos comungam da mesma natureza do ser” (TONET, 2013, p.109). É quando examinamos cada ação singular que podemos constatar que algumas possuem traços maiores de continuidade que outros. “É por isso que a essência é o elemento que expressa, em última análise, a unidade e a identidade do ser social e que, portanto, nos permite falar em gênero humano, em história humana” (TONET, 2013, p.109). Já a questão fenomênica possui caráter de transitoriedade e representa a potencialidade do ser social para a diversidade e mudança. “Podemos dizer que a essência é aquilo que, embora mudando, guarda sempre a sua identidade.” (op. cit. op.110).

Vale ressaltar que entre essência e fenômenos sempre existirá uma reciprocidade e não uma prioridade da essência sobre o fenômeno entre outras coisas porque o ser social apenas pode desenvolver suas potencialidades em interação. Nesse sentido, essência e fenômeno estarão sempre em ressonância uma a outra. O ser social é interação. Por isso também a prioridade ontológica não pode ser concebida com uma separação abstrata do ser da produção real de sua existência. Na concretude esses processos todos se dão em sociedade, ou seja, em meio a coletividade. A correta separação feita por Lukacs onde advoga a centralidade do trabalho só está plenamente correta com sua reposição no mundo social como o filósofo húngaro faz de maneira brilhante em seu capítulo ‘A reprodução’ em seu ‘Para uma ontologia do ser social’. É apenas na reposição dessas questões na concretude que o ser social se torna, para usarmos as palavras de Marx (1993, p.95):

Mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade *científica* etc., uma atividade que raramente posso levar a cabo em direta associação com outros, sou *social*, porque é enquanto *homem* que realizo tal atividade - como também a própria linguagem que o pensador emprega - que me foi dado como produto social. A minha *própria* existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produz e com a consciência de agir como ser social.

Posta a questão do sujeito, avancemos para a complexa relação classes sociais – sujeito individual – conhecimento. Assim como em outros aspectos mais gerais do conhecimento aqui também temos uma unidade de vários em complexa relação. Se é na realidade social coletiva que se efetiva o conhecimento então as classes sociais exercem um papel importante na orientação do conhecimento coletivo. Porém, em certa medida, esse conhecimento também é em primeira análise individual. Assim além da relação sujeito-objeto existe também a relação sujeito-classe social. E não

bastasse isso ainda deve-se levar em consideração a posição consciente de classe ou seja, a classe em si e a classe para si, no sentido de que um pertencente a determinada classe social pode ao prover determinada descoberta que mude a roda da história em favor de uma ou outra classe social.

O que não se pode negar é que o interesse de classe, consciente ou não, é decisivo tanto para as questões relativas ao conhecer quanto a realidade social em si. Importante que não se pode dizer que classes sociais estão na essência da produção humana. Isso seria transformar uma característica histórica que nasce com a propriedade privada em um ente permanente e insuperável. As classes sociais são nossa prova material de que a essência está na produção da vida material, ou seja, no trabalho. A transformação que tem seu ponto de chegada no fim das classes sociais, ou seja, na emancipação humana e na reorganização da produção da vida material orientada para esse fim e não para o lucro e a morte. Cabe ao intelectual marxista ter tais demandas, e possuir a capacidade de em nosso tempo oferecer respostas.

Por isso que respostas como a de Tonet (2013, p.113 e 114) precisam ser colocadas sob o prisma da realidade pós estabelecimento das classes sociais. Nos referimos a seguinte passagem: “Nesse sentido podemos afirmar, então, que o sujeito do conhecimento é constituído tanto pelas classes quanto pelos indivíduos singulares, sendo que as primeiras são o elemento fundamental”. O conhecimento não nasce com as classes sociais nem o trabalho. Ao contrário. O ser social viveu mais tempo numa sociedade sem classes sociais que com estas. Nas condições atuais de existência se faz necessário que o conhecimento radicalmente crítico seja sim colocado a disposição levando em consideração a posição de classe. Mas essa não é uma regra universal que retroage ao início da humanidade.

Vivemos então na sociedade de classes mais complexa e a última regida pela lógica das classes sociais tendo em vista sem caráter destrutivo para a própria humanidade. Última aqui não no sentido teleológico de uma eminente superação pela emancipação humana advogada por nós comunistas, mas sim, por ter essa uma de suas possibilidades entre várias postas como a extinção humana via impossibilidade de habitar nosso planeta frente as crises climáticas ou a teoria posta em prática por autores ditos aceleracionistas de extrema direita que defendem a expansão da lógica capitalista para os confins do universo e que possamos reproduzir essa mesma lógica de

exploração, violência, extermínio e avanço tecnológico que fizemos nas expansões marítimas nas américas agora em outros planetas²⁴.

Por isso o recorte aqui posto é o da sociedade burguesa tal como ela se apresenta. Nesse sentido, nos dirá Marx (2011, p. 58):

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc.

O mais simples é explicado pelo mais complexos. É assim no exemplo de Marx sobre a anatomia do ser social e de outros primatas, é assim na sociedade capitalista em relação aos modos de produção anteriores. Posto aqui que não se trata apenas do modo de produção feudal. Enquanto o feudalismo se desenvolvia na Europa, outros modos de organização social existiam na Ásia e nas Américas. O capitalismo foi capaz de absorver todos eles e se tornar o único. Por isso mesmo sua superação é uma possibilidade. “A economia burguesa fornece a chave da economia antiga” (MARX, 2011, p. 58), nos dirá o filósofo alemão. E continua:

De modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, a dízima etc. quando se conhece a renda da terra. Porém, não se deve identificá-los. Como, ademais, a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas. (op. cit. p.58)

Porém o fato da forma atual conceber as anteriores não faz dessa a forma derradeira. Até porque, como bem notou Marx, as formas últimas, manifestas agora sob a égide do capital, não aparecem como espelho de suas manifestações nas sociedades anteriores. Mas o modo de produção atual sempre trará a si como derradeiro e detentor

²⁴ Uma matéria superficial mas que oferece um bom cenário sobre o pai do aceleracionismo e seu principal seguidor, o bilionário Elon Musk está aqui: <https://ofuturodascoisas.com/como-o-aceleracionismo-e-a-direita-alternativa-estao-derrubando-a-confianca-no-poder-publico-por-um-futuro-tecnologico-elitista/>

das melhores condições dos anteriores. O desenvolvimento histórico nos dirá Marx (2011, p.59):

[...] se baseia, sobretudo, no fato de que a última forma considera as formas precedentes como etapas até si mesma, e as concebe sempre unilateralmente, uma vez que raramente critica a si mesma, do que é capaz apenas em condições muito determinadas – e aqui naturalmente não se trata daqueles períodos históricos que parecem a si mesmos como épocas de decadência.

Dado o ponto do desenvolvimento histórico e social, Marx segue aqui para a questão própria da cientificidade burguesa, em especial em seu aspecto social:

[...] em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. É preciso ter isso em mente, porque oferece elemento decisivo para a subdivisão. (MARX, 2011, p.59)

E para concluir esse raciocínio ligado diretamente a compreensão de Marx temos o seguinte:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (MARX, 2011, p.59)

Escolhemos seguir com as palavras exatas de Marx e em decorrência disso em muitas citações mas acreditamos ser pertinente essa linha de raciocínio para nossa investigação. O filósofo alemão não produziu um manual de como entender a realidade ou um método de como fazer Ciência. E nem poderia. Seus pressupostos estão contidos em seus escritos. Autores como Tonet e Lukács que tentaram contribuir para essa sistematização são de grande valia. Mas nada pode superar, nesse sentido, a letra do próprio Marx. Dizemos isso para compreender que sobre a problemática do conhecimento não basta intuir que o mais velho vem do mais antigo. Ou descrever os

laços de permanência e mudança entre eles. É necessário sempre trazer para a nova realidade esses pontos. Já que na perspectiva da centralidade da práxis (ação racionalmente orientada para a emancipação humana) essas questões são decisivas. Sobre tais questões dirá Lukács (2018, p.76):

A práxis econômica é executada pelos seres humanos- em atos alternativos-, contudo, sua totalidade constitui um complexo dinâmico objetivo cujas leis, indo para além dos desejos de cada ser humano singular, estão frente a ele como sua realidade, em sua dialética processualmente objetiva, entretanto, produzem e reproduzem o ser humano social em um patamar sempre mais elevado; dito precisamente: produzem e reproduzem tanto aquelas relações que possibilitam o desenvolvimento ascendente do ser humano quanto, no próprio ser humano, aquelas capacidades que transformam tais possibilidades em realidade.

Esse desenvolvimento subjetivo e objetivo que emana do sujeito singular para a sociedade como um todo e retroage para o sujeito ampliando o campo de possibilidades tanto para o reconhecimento da realidade social quanto de sua ação (campo de possibilidades). E nem todas essas relações possuem uma mediação imediata com o trabalho (no sentido lukacsiano de transformação da natureza). Porém o mesmo não se pode dizer mais dos demais complexos em relação a economia. Se no tempo de Marx e depois de Lukács a luta pelo tempo livre era parte da pauta dos trabalhadores como forma de garantir o momento da elevação do espírito pela arte ou da organização política, agora temos um capitalismo onde até o conceito de tempo livre deixa de existir para a maioria dos seres sociais.

Isso porque com as redes sociais tomando todo o nosso tempo de ‘não-trabalho’ o que temos na verdade é o uso de nosso tempo como parâmetro para tais redes venderem nossos dados e repassá-los para agências de inteligência. A ‘economia da atenção’, como dizem seus defensores ou o ‘capitalismo de vigilância’ ou ‘capitalismo de plataforma’ são evidências de que os complexos ‘ideológicos’ estão a cada dia mais ligados ao econômico. Assim, o direito, a política, a arte, entre outros, estão cada dia mais em relação imediata. Por óbvio que as palavras de Marx e Lukács não apenas se mantêm corretas como a autonomia relativa desses complexos é a cada dia menor.

Os complexos são uma totalidade em relação as suas partes e são partes em relação a totalidade social e esta é parte frente as determinações do mundo biológico e físico-químico. Dizemos isso para não cairmos em determinismos ou simplificações. O

emaranhado complexo dessas relações coloca frente a nós um desfaio gigantesco. Por conta disso também a enorme confusão em que nos encontramos em relação a questões referentes ao conhecimento e, no que nos interessa, a emancipação humana. “Marx não descarta nem a objetividade nem a subjetividade, apenas constata que a ênfase incorreta em uma ou em outra tem um caráter redutor porque leva a apreender o ser social de modo parcial e não na sua integralidade.” (TONET, 2013, p. 122).

José Paulo Netto (2011, p. 57). Diz:

A totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação... tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como ‘unidade do diverso’.

É na complexa articulação entre subjetividade e objetividade, tendo a objetividade enquanto pressuposto central, que faz de Marx um superador das questões postas antes dele em relação ao conhecimento. Mas não basta compreender a correta relação entre as mediações e as contradições postas a luz pelo conhecimento. É preciso, na perspectiva marxiana, que tal conhecimento esteja orientado para a ação e que tal ação esteja também orientada para a emancipação humana, ou seja, para a práxis.

É da ordem do capitalismo tardio que a visão hegemônica acerca da problemática do conhecimento negue a possibilidade da captura da verdade e da essência de determinado objeto. Por esse motivo em nossos dias a crise se dá de maneira ainda mais drástica e se espalha para além das ciências. Se as ciências naturais seguem orientadas não para resolver os problemas humanos mais sim para a cada vez maior concentração de capital nas mãos de uns poucos, nas humanidades essa crise é ainda maior. A sempre apreciação parcial da realidade objetiva tem levado questões como ‘lugar de fala’, à esquerda, e ‘guerra de narrativas’, à direita, a hegemonizar o debate público sobre conhecimento e verdade. ‘Pós-verdade’ e ‘Fake News’ estão na boca de qualquer um que se coloque como entendedor das questões da contemporaneidade. Não vamos aqui explorar a complexidade desses conceitos nem

como são tratados de maneira rasa no senso comum dos tidos ‘formadores de opinião’. Nosso ponto aqui é apenas demonstrar como as questões referentes as bases do pensamento científico das ciências da natureza às humanidades tem nos levado a um buraco sem fundo, aquilo que Lukács chamaria de ‘irracionalismo burguês’.

Cabe então aos intelectuais comprometidos com a superação do capital não apenas demonstrar os alicerces dessas questões, mas construir no debate público as mediações corretas com o todo da sociedade, repondo assim seu ponto no debate público. Entre outras coisas porque não basta ter razão. Esse é outro ponto decisivo da articulação de Lukács e Marx acerca do conhecimento. A correta posição da reflexão é apenas um dos pontos do processo do entendimento, da compreensão da realidade do real, da verdade, do conhecimento. É preciso que essa posição se coloque à luz da objetividade, da prática cotidiana, da influência no debate público e não no isolamento da Universidade. Por isso a práxis é central. Ela é o ponto final (que nunca é final pois a realidade segue mudando e sua novas mediações são sempre mais complexas, mais ricas) da ação do sujeito cientificamente orientado para a transformação radical da sociedade.

Por isso para retomar esses pontos é preciso caminhar na crítica à tentativa da cientificidade moderna de isolar da totalidade seus objetos. “O tratamento autônomo da problemática do conhecimento é um enorme equívoco”, nos dirá Tonet (2013, p.123). Por mais que boas pistas para a compreensão da realidade social possam ser retiradas dessas visões parciais, fato é que elas sempre serão incapazes de nos oferecer as um resultado plenamente satisfatório. Bom que se diga que o contrário não é verdadeiro também. O fato de compreender que a lógica do capital exerce influência sob todas as formas parciais de complexos sociais não garante ao investigador que este tenha captado a particularidade dessa relação. É um erro que não podemos cometer.

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica. (MARX, 1986, p.12).

Nada mais atual. Marx tem a convicção que se seguiu por toda a tradição que reivindica suas posições de que a prática é o critério da verdade. Mas qual prática? Não é uma prática desinteressada, isolada. É uma prática orientada para a transformação

da realidade social. É essa prática que Marx está reivindicando. Bem diferente do que fez a ciência moderna que colocou suas atividades à serviço da reprodução do capital. Sem métodos e técnicas nos trouxeram a um mundo onde transitam possibilidades de colonização de outros planetas com fome. Inovação tecnológica com genocídio de populações inteiras.

O que a modernidade ainda não foi capaz de provar é se essa é a natureza da cientificidade, esse desenvolvimento contraditório, é apenas sua face no capitalismo tardio. Tonet (2013, p.125) fica com a segunda quando afirma que a finalidade do conhecimento científico é “reproduzir a realidade, como ela é, em si mesma, do modo mais fiel possível”. E segue na compreensão de que a ordem se sobrepõe ao caos, de que existe alguma legalidade, regularidade no ordenamento seja do mundo físico-químico seja do social. Seria desse ordenamento que poderíamos afirmar a possibilidade do conhecimento. “Que existam leis que regem a natureza, não parece haver dúvida nenhuma. Que a realidade social também esteja sujeita a leis, embora de caráter daquelas da natureza, pode não óbvio, mas é demonstrável” (TONET, 2013, p.125).

A cientificidade possui nas palavras do professor um lugar de destaque e a superação do estado de coisas pelo capitalismo passa por colocar a ciência a nosso serviço. Além disso, temos uma defesa das leis físico-químicas como um lugar de consenso no debate científico. O que na realidade não se confirma²⁵. Podemos nos questionar de certa posição da cientificidade em geral de colocar as leis da física enquanto duras e as sociais enquanto ‘das subjetividades’ não faz parte da estratégia que nos leva a separá-las do conhecimento em caixas que não dialogam e, o mais importante, não apresentam respostas para os problemas reais da humanidade.

Certa defesa da legalidade da cientificidade pode dar a entender que essa posição é rígida e que o único caminho a seguir dentro dela é o estabelecido. Sendo que na verdade certa legalidade apenas nos apresenta um campo de possibilidades, sempre mais complexo conforme o conhecemos. Não podemos transformar um pedaço de metal (ferro, por exemplo) em água. Suas propriedades físico-químicas são determinadas. Porém o que se pode fazer com ele é um emaranhado de coisas, desde que compreendendo sua legalidade interna. Na compreensão de Marx, e também Lukács, é essa orientação última que nos fará entender se o que se fez foi orientado para a

²⁵ Uma leitura breve sobre as polêmicas em torno da física teórica e mais exatamente sobre a questão dos buracos negros que podem colocar abaixo toda a ‘ordem’ da física moderna: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54462160>. Acessado em 31/05/2023.

emancipação humana ou não (sempre *aposteriori*). Apenas a compreensão da legalidade não nos permite essa orientação.

Quando o homem efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas forças essenciais objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização (Entäusserung), este (ato de) assentar não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais objetivas, cuja ação, por isso, tem também que ser objetiva. O ser objetivo atua objetivamente e não atuaria objetivamente se o objetivo (Gegenständliche) não estivesse posto em sua determinação essencial. Ele cria, assenta apenas objetos, porque ele é assentado mediante esses objetos, por que é, desde a origem, natureza (weil es von Haus aus Natur ist). No ato de assentar não baixa, pois, de sua “pura atividade” a um criar do objeto, mas sim seu produto objetivo apenas confirma sua atividade objetiva, sua atividade enquanto atividade de um ser natural objetivo. (MARX, 2004, p. 128).

Nesse mesmo caminho segue Tonet (2013, p.128) quando trata da espinhosa questão do reflexo. “O conhecimento científico tem que capturar – isto é refletir, traduzir teoricamente – qualidades efetivamente existentes”. Porém o sujeito do conhecimento também deve ser ativo nesse processo “já que as qualidades dos materiais são muito numerosas”. Por isso essa relação contém algum nível de ‘arbitrariedade já que a intencionalidade do sujeito joga um papel central. “É importante observar, também, que o objetivo do conhecimento não é capturar todos os elementos que integram o objeto, mas apenas aqueles que são necessários para atingir o objetivo almejado.” (TONET, 2013. p. 128 e 129).

Aqui temos mais algumas das questões na natureza do objeto ou as dificuldades e limites do ser social ou do próprio ato de conhecer que dificultam tal processo. Porém tais questões não negam o fundamental em uma perspectiva marxiana: da possibilidade do ser social em particular e da classe trabalhadora em geral capturar a realidade tal como ela realmente é e assim agir de maneira correta para a transformação desta (seja no sentido social com o fim das classes, seja no sentido natural com o fim da crise climática que deve levar ao extermínio da vida na terra, seja no sentido físico-químico com as respostas as questões postas pelos buracos negros descobertos) no sentido da emancipação.

Além das questões já postas acerca da possibilidade ou impossibilidade do conhecimento temos também o movimento. O mundo não está parado esperando que seja contemplado e descoberto pelos seres sociais. Ele está em constante movimento. E

esse movimento gera mudança. É por isso que a ciência trabalha com essas questões do conhecimento sempre no caminho de tornar-se sempre mais complexo. Porém nessa questão não escapa a possibilidade do conhecimento verdadeiro. É aqui que podemos retomar o que dissemos umas paginas antes: a centralidade da questão da essência. “Para Marx, o conhecimento só é possível porque a realidade não é apenas aparência, pois é a essência que confere unidade e permanência – mesmo que relativas – à enorme diversidade e heterogeneidade e ao constante fluir dos dados imediatos.” (TONET, 2013, p. 130).

Por isso a posição de classe reflete nessas questões. Não bastará um esforço rigoroso ou desinteressado do pesquisador para que este possa cumprir a tarefa de produzir o mais fiel conhecimento acerca da realidade no sentido de sua transformação. Veja, aqui não estamos, mais uma vez, nos detendo apenas a questão do conhecer. Não defendemos que o conhecimento verdadeiro guarde consigo uma relação moral com a luta dos trabalhadores. Estamos falando que não é correto apresentar uma separação entre possibilidade de conhecer a realidade social e a realidade natural apenas por essa questão. Nos parece que a parcialidade da visão de ciência que inclusive parte do marxismo reverbera e se equivoca nessa questão.

O problema da ciência em nosso tempo está na sua incapacidade de resolver nossos problemas reais. Sejam eles sociais ou naturais. As respostas parciais estão presentes nas ciências sociais e nas naturais. A verdade enquanto impossibilidade (na visão pós-moderna) ou enquanto apenas possível na sua parcialidade (na visão positivista) não é uma exclusividade da ciência humana mas parte da crise total das ciências. Não acreditamos ser mais simples essas questões nas ciências naturais como nos diz Tonet (2013, p.129 e 130): “[...] certamente os obstáculos que se opõem ao conhecimento efetivo da realidade (social) serão muito maiores do que aqueles que surgem na investigação da realidade natural.”

Não pretendemos aqui investigar o quão distante as pesquisas das ciências da natureza estão das questões mais decisivas sobre o fim da vida na terra. Basta constatar que enquanto se chega a um quase consenso científico de que o planeta tem pouco tempo de vida tal qual a entendemos hoje não há qualquer levante sobre como alterar tal estado de coisas. Ao contrário. O que tal ciência propõe quase que hegemonicamente são saídas dentro do sistema²⁶. Mais uma vez vemos aqui que temos

²⁶ Aqui duas matérias que demonstram o nosso buraco no que se refere a questão da realidade social, práxis e solução dentro do capitalismo. Uma defendendo que a solução da crise climática é se alimentar

um acerto decisivo de Marx quando aponta a práxis social enquanto critério decisivo nessas questões. Não nos parece mais possível (se é que um dia foi) essa separação entre sociais e naturais. Ambas estão imbricadas. Se as ciências naturais nos oferecem soluções parciais, sejamos francos, as ciências humanas também.

Assim, seja nas ciências humanas ou naturais, há uma prioridade do objeto sob o sujeito no processo de conhecimento. “Na perspectiva ontológica o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem.” (TONET, 2013, p.131). Mas reafirmamos, juntamente com Marx, Lukács e também Tonet que não basta colocar essa prioridade do mundo frente ao sujeito que investiga e interpreta o mundo. As verdades parciais desse mundo, sejam elas a descoberta de um novo elemento químico, um novo planeta ou um novo aparelho tecnológico, devem servir a toda a humanidade ou serão apenas mantenedoras do estado atual das coisas. “Na perspectiva ontológica marxiana, esta condição (a da centralidade do lugar das classes sociais quando da questão de a quem serve determinado conhecimento) é admitida de modo claro e explícito.” (TONET, 2013, p.132).

O ponto que nos remete a toda problemática do conhecimento em uma perspectiva marxiana, mais uma vez é tanto a relação desse conhecimento parcial com a essência do mundo (laços de continuidade) como também com a condição atual das coisas (laços com a totalidade social). O conhecimento parcial, mesmo que verdadeiro não oferece as condições finais para a possibilidade de transformação radical dessa sociabilidade. “Considerando que o conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade, mesmo que de modo não imediato, não direto e não intencional, no sentido de configurá-la de determinada maneira.” (TONET, 2013, p.132).

Temos então como pontos decisivos para a produção do conhecimento, seja ele vinculado às ciências da natureza, seja às ciências humanas que tanto o empenho e o rigor do pesquisador quanto sua perspectiva de classe são importantes. Um não se faz mais necessário que o outro. Toda a defesa de conhecimento desinteressado serve apenas a classe dominante para manutenção do estado atual de coisa que segue nos levando de um lado para o abismo ecológico e do outro para a suspeição da capacidade da ciência resolver os problemas humanos, da desconfiança em relação a ciência, dando

de insetos. A outra nos diz que a solução seria os fungos: <https://conaq.com.br/fungos-os-alimentos-do-futuro/> ; https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141103_vert_fut_insetos_dg . Acessado em 23/05/2023.

vazão a discursos ‘negacionistas’. Se estão errados negacionistas de esquerda e de direita em situação melhor não está a cientificidade moderna. Por isso o marxismo segue reivindicando o conhecimento correto da realidade, mas não apenas. “Não se pode pretender transformar o mundo radicalmente sem armar-se de um conhecimento que sustente a possibilidade, a necessidade e os caminhos dessa transformação.” (TONET, 2013, p. 134). Vale aqui uma ressalva. Essa posição do conhecimento em relação as classes sociais não precisa, necessariamente, ser posto *apriori*. A história é farta em demonstrações de que um conhecimento produzido em determinado modo de produção sem qualquer interesse deste com a superação daquela ordem contribuiu para pôr abaixo tal mundo. Basta lembrarmos de Copérnico.

Do mesmo modo vale aqui dizermos que não se advoga nesse sentido que inexista objetividade no processo do conhecer. O que não existe é neutralidade. Mesmo que parcial tal conhecimento pode ser de uso tanto da classe dominante quanto da classe trabalhadora. A compreensão marxiana reivindica o conhecimento objetivo “[...] uma vez que sua função é capturar a realidade como ela é em si mesma” (TONET, 2013, p.135). Assim, não importa se o pesquisador é um cientista sem vinculação ideológica, um defensor do conhecimento desinteressado. A verdade última sobre essas questões é que se será do interesse das classes postas em luta suas descobertas. Queira ele ou não.

Assim, tanto a tomada de posição não é um obstáculo, mas também não é garantia de conhecimento correto, verdadeiro. Tanto está equivocada a posição hegemônica na cientificidade moderna que reivindica certa neutralidade, conhecimento desinteressado, como também qualquer perspectiva que coloque no sujeito a centralidade do conhecimento mesmo com a mais revolucionária das intenções. É nessa complexa relação que o conhecimento que pode servir para a emancipação humana poderá ser produzido. “Esta afirmação, quando interpretada em chave subjetivista tem um forte sabor dogmático, pois parece atribuir a Marx e/ou aos marxistas a posse da verdade” (TONET, 2013, p.137). O que seria falso. A perspectiva ontológica nos ensina que o ser existe para além do sujeito que tenta compreendê-lo. A ontologia marxista complementa com a necessidade não apenas de compreender o movimento do real em todas as suas formas, sejam elas naturais ou sociais, mas também fazer dessa compreensão parte do arsenal teórico e prático para a emancipação humana.

4. CONHECIMENTO E JORNALISMO

4.1 É POSSÍVEL ‘PENSAR’ O JORNALISMO? UMA INTRODUÇÃO

No caso do jornalismo temos o desprezo pela teoria no sentido de que apenas a própria ação jornalística cotidiana basta em si. Essa é a regra geral nas redações e na produção noticiosa que se alastrou pela internet e redes sociais. Por outro lado, a teorização sobre o jornalismo, grosso modo está interessada mais nas parcialidades da prática cotidiana, nas novas possibilidades e mudanças postas pelas novas tecnologias ou, mais recentemente com a extinção da função,²⁷ não abarcam a possibilidade posta pelo conhecimento jornalístico em colocar em xeque a sociabilidade capitalista.

Os próximos capítulos serão devedores da contribuição de Adelmo Genro Filho que tentou, ainda nos anos 1980, superar teoricamente a visão de jornalismo até então colocada. Obviamente que passados quase quarenta anos e com as enormes

²⁷ Com o propagandismo dos ChatGpt, uma ferramenta de inteligência artificial que produz respostas a perguntas, a comunidade se alvoroçou a perguntar se seria o fim do jornalismo. Como nessa matéria: <https://www.meioemensagem.com.br/opinioao/chatgpt-sera-que-e-o-fim-de-redatores-jornalistas-e-relacoes-publicas>

mudanças e a centralidade que o conteúdo noticioso assumiu em nossos dias, ao mesmo tempo que há uma crise generalizada tanto de precarização do trabalho jornalístico, quanto de desconfiança da população com a credibilidade de tal função, e as mudanças tecnológicas advindas da internet, fazem dessa reflexão algo que carece de revisão. Mesmo assim compreendemos que a tarefa central do texto de Adelmo segue ainda mais urgente para nossos dias.

Ainda nos anos 1980 o professor Adelmo Genro Filho tentou construir uma teoria marxista do jornalismo. Para tal empreitada ele se inspirou nos escritos introdutórios da estética de Lukács. Aquela época ainda não eram conhecidos por grande parte do público brasileiro os escritos ontológicos do marxista húngaro. Por isso o jornalista recorreu aos escritos da introdução a estética para sua reflexão. Mesmo com esse parco acesso, a nosso ver, acertou no essencial: compreender que o jornalismo tem em sua essência não uma reprodução da lógica dos aparelhos ideológicos do estado, o simples relato cotidiano desinteressado das questões mais amplas da nossa sociabilidade, a busca de audiência sensacionalista ou um tipo de trabalho imaterial precarizado. Sua defesa que a nosso ver vale até hoje é a seguinte: “[...] o jornalismo é caracterizado como uma forma de conhecimento centrada no singular” (FILHO. 1987. p. 14). Tal conhecimento teria sim um ponto de partida ligado aos primórdios do capitalismo, a invenção da prensa por Gutemberg, ou seja, uma origem ligada ao modo de vida burguês e suas necessidades.

Ao nosso ver, tendo Filho como um dos alicerces, essa questão é superada pois tal possibilidade de conhecer o singular, a questão mais intrínseca da cotidianidade permite ao sujeito observador ampliar seu campo de possibilidades e assim compreender as contradições do mundo em questão e se colocar assim um campo de alternativas. Se na ciência em geral esse campo está majoritariamente interditado pelas compreensões gnosiológicas e é preciso retomar a verdadeira ontologia do marxismo para abrir assim as possibilidades de uma ciência verdadeiramente marxista a serviço da classe operária o mesmo pode ser dito do jornalismo claro que com suas especificidades.

Nesse sentido não pretendemos tratar da Comunicação em seu sentido amplo como já abordamos em outros capítulos e sua forma específica no ser social através da linguagem, mas sim de um desdobramento específico, uma das suas determinações históricas, a saber o jornalismo informativo. Quando Genro Filho lidou com esse objeto seu recorte era “[...] jornalismo informativo produzido em qualquer

veículo, especialmente aquele que apresenta uma periodicidade pelo menos diária” (1987, p.23). Hoje esse recorte já não faz sentido tendo em vista a digitalização da profissão e sua precarização. Nesse processo de transformação o jornal escrito perdeu relevância frente ao jornalismo digital. Assim, será no do jornalismo digital que traremos os exemplos para identificar os pontos no qual nossa tese pretende corroborar.

Como tinha por objetivo lidar com a questão do jornalismo enquanto um fenômeno histórico-social Genro Filho escolheu deixar algumas tradições de fora de sua investigação. “Os estudos semiológicos inspirados na linguística estrutural de Saussure, na linguística de Jakobson, na linguística transformacional de Chomsky, na psicanálise de Lacan e na antropologia de Lévi-Strauss não serão discutidos” (FILHO, 1987, p.24). Por mais que se coloque uma justificativa plausível fica evidente que esta escolha empobrece o trabalho. Nesse sentido, mesmo não dialogando diretamente com essas tradições, no capítulo sobre linguagem achamos relevante produzir alguma aproximação com essas questões. Não nos parece possível a compreensão correta do caminho de volta da apreensão teórica no que se refere a essência do conhecimento jornalístico sem passar pela questão da linguagem. Assim não construímos uma tese sobre as querelas acerca da linguagem mas sim sua posição na obra madura de Lukács. Aqui também Genro Filho não teria como fazê-lo já que o mesmo não teve contato com tal obra.

Em artigo intitulado ‘Jornalismo e práxis’ Hauser parte de Genro Filho para construir já em nossos dias o cenário de crise no jornalismo e a centralidade da práxis nessa possibilidade de superação da crise. Mas também aqui o caminho percorrido é o oposto ao de Genro Filho no que se trata do pressuposto teórico. A autora identifica o conceito de práxis que se identifica com o de prática, ou seja, uma ação consciente orientada a um fim. Ao se afastar da leitura de Lukács e colocar uma definição menos radical de tal conceito a solução final da autora também perde radicalidade. Não temos mais então uma compreensão da superação da lógica do capital e apenas uma defesa de uma prática ética da profissão:

[...] uma práxis criadora que possa solucionar os desafios da atividade no contexto das redes digitais. O vazio é, paradoxalmente, um espaço cheio de possibilidades – no qual o jornalismo poderá ser reinventado. Em que parâmetros? Isso, acredita-se, dependerá do investimento da pesquisa em jornalismo para reencontrar possibilidades de diálogo entre a teoria e a prática, formular novas teorias e, além disso, propor alternativas para elaborar o futuro a partir daquilo que a profissão tem de mais enriquecedor: a defesa da diversidade de possibilidades para a autoprodução humana na história. (HAUSER, 2018, p.21).

Não nos parece ter sido esse o caminho proposto por Genro Filho em seus estudos sobre jornalismo. Pensar a prática jornalística não poderia está afastada da sua utilidade na possibilidade de superação da lógica do capital. Nesse sentido, a identificação segue correta: “A dificuldade maior é que inexistente uma tradição teórica integrada e solidamente constituída sobre o jornalismo.” (FILHO, 1987, p.26). O que temos ainda é “[...] uma terra de ninguém, um vácuo atormentado por dúvidas e imprecisões.” (op. cit. p. 26).

Não é que não existam explicações sobre os problemas da prática jornalística. Livros sobre grandes reportagens jornalísticas estão entre os mais bem sucedidos em vendas²⁸ e dão conta da explicação do bastidores do processo de produção noticioso, suas etapas, dificuldades e o êxito quando alcança a opinião pública. Mas na perspectiva que estamos falando aqui os problemas de fundo, que são de ordem teórica, seguem. Se nos tempos do jornalista gaúcho “A ausência de uma teorização axiomática sobre o jornalismo não ocorre por acaso, mas num contexto de reflexões heterogêneas e até paradoxais sobre o problema da comunicação” (FILHO, 1987, p.26) hoje até temos alguma luz sendo jogada no plano teórico sobre o jornalismo²⁹. O problema é que não coincidentemente tais questões ainda estão em diálogo com a visão de Genro Filho, a saber “[...] em geral, os posicionamentos nascidos dessa indigência teórica capitulam diante do empirismo estreito [...] ou assumem o distanciamento de uma crítica supostamente radical que resume tudo no engodo e na manipulação.” (FILHO, 1987, 26).

Mesmo as melhores teorizações sobre a prática jornalística não escapam a certa impossibilidade de fugir da lógica do capital. Seja na centralidade da relação entre jornalismo e democracia como a feita por Eugênio Bucci (2000) que na verdade esconde uma tentativa de enquadrar o jornalismo dentro da lógica liberal. Mesmo Fabiana Moraes (2019) que tem em seus pressupostos um olhar para os oprimidos ainda está na centralidade do direito e da representatividade e não na superação do capital o

²⁸ Os livros ‘Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil’ de Letícia Duarte e ‘A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital’ de Patrícia Campos Mello são exemplo da reflexão sobre a prática jornalística pautado no bastidos do processo de produção noticioso.

²⁹ Temos em Eugênio Bucci e Fabiana Moraes dois dos maiores expoentes nesse sentido. Bucci, em ‘Existe democracia sem verdade factual?’, fala da relação entre verdade factual e democracia a partir de Hannah Arendt. Já Moraes em ‘A pauta é uma arma de combate’ traz à reflexão os invisibilizados e a necessidade de pensar o jornalismo a partir da representação e protagonismo de negras, trans, indígenas e todas as formas de opressão.

esforço para pensar limites e possibilidade do jornalismo. Não será no presente trabalho que iremos desenvolver essa crítica que deve ser parte de uma visão marxista da prática jornalística. Aqui apenas pretendemos apontar que os problemas seguem os mais diversos e mesmo os melhores teóricos nacionais do jornalismo não escapam de tais armadilhas. Assim ainda corroboramos com Filho:

Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo... e a totalidade humana em sua autopromoção... o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe a luz...a notícia é uma mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer. (FILHO, 1987, p.27).

Em diálogo com Adelmo Genro Filho defendemos aqui enquanto parte de nossa construção de objeto que o jornalismo pode exercer uma função dentro da sociabilidade capitalista que seja orientada para a sua superação. Por entendermos que “[...] ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa” (FILHO, 1987, p.27), ou seja, é “[...] um produto cuja potencialidade a ultrapassa e expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constituiu como uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular” (op. cit. p.27). Mais à frente tentaremos exemplificar como se dão essas questões levando em consideração a centralidade da práxis para uma compreensão marxiana da realidade cotidiana e como esse conhecimento pode ser um instrumento incontornável na ampliação no campo de possibilidades das sociedades humanas e assim um dado que nos autoriza a dizer que a função do jornalismo está diretamente ligada a possibilidade de superação dessa sociabilidade.

Porém, antes de seguir no estado atual de coisas se faz necessário um recuo. Uma volta aos primórdios da tentativa de se constituir uma teoria do jornalismo. Nesse sentido seguiremos aqui as pistas deixadas pelo jornalista marxista e sua escolha por traçar três grandes campos: o funcionalista estadunidense, o crítico ligado a Escola de Frankfurt e o marxista soviético.

Remetemos então ao início dos estudos sobre a tentativa de enquadrar o jornalismo como um tipo de produção de conhecimento. Nesse sentido o alemão Otto Groth pode ser descrito como um pioneiro. Ainda nos anos 10 escreve uma enciclopédia

do jornalismo em quatro volumes intitulada *Die zeitung* e já na parte final da sua vida uma obra em sete volumes ainda na defesa da peculiaridade do conhecimento jornalístico. “Seu grande objetivo era obter o reconhecimento da ‘ciência jornalística’ como disciplina independente.” (FILHO, 1987, p.19). A finalidade então seria “[...] comunicar os acontecimentos em todos os ramos da cultura e da vida em geral ao indivíduo e a sociedade em seu conjunto” (op. cit. p.21). Para Groth o jornalismo teria quatro características fundamentais: periodicidade, universalidade, atualidade e difusão.

Essa compreensão é criticada: “Otto Groth permanece num terreno excessivamente genérico e abstrato” (FILHO, 1987, p.21). A crítica do jornalista brasileiro é que o autor alemão não foi capaz de compreender a essência do jornalismo. Nenhum das quatro características apontadas por Groth nos leva a refletir sobre o tipo de conhecimento é produto do fazer jornalístico.

Já não se trata apenas de distinguir a racionalidade de uma comunidade subjetiva de indivíduos que trocam bens simbólicos, mas de compreender como as condições históricas – em primeiro lugar, as condições objetivas – produziram a necessidade dessa reciprocidade subjetiva e, sobretudo, a especificidade dos bens simbólicos que nascem dela. Trata-se de, sob esse prisma, descobrir as ambiguidades e contradições do fenômeno jornalístico diante da dominação e da luta de classes do capitalismo, buscando inclusive perscrutar as potencialidades que se abrem ao futuro. (op. cit. p. 21)

Nesse interim os Estados Unidos vêm se tornando uma potência mundial. Mais que isso: podemos dizer em nossos dias que se trata do maior império da história da humanidade. Ao longo desse um século de domínio uma das características mais decisivas e diferentes dos impérios anteriores foi sua hegemonia cultural. Autores ligados à investigação do papel da hegemonia dos Estados Unidos no campo da Comunicação Social. Não será nesse nosso enfoque. Nesse momento o que pretendemos é demonstrar como se construiu dentro da variação funcionalista da teoria do jornalismo a visão hegemônica até nossos dias da função do jornalismo. “Essa corrente, que pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos.” (FILHO, 1987, p.33).

Essa compreensão de um jornalismo imparcial segue até nossos dias como hegemônica não apenas nos Estados Unidos mas também aqui no Brasil. Porém com o advento das redes sociais e a possibilidade de certa democratização da possibilidade de comunicar sem uma sociedade emancipada e envolta a manipulação e a alienação faz

com que a crítica a imparcialidade do jornalismo seja feita por uma parcela da população entregue ao discurso fascista, ou seja, para essa parcela da população o jornalismo que se diz imparcial na verdade estaria a serviço do ‘globalismo’ e do ‘esquerdismo’³⁰.

Voltando a visão funcionalista ela comete o equívoco, consciente, de investigar o desenvolvimento do jornalismo enquanto independentes do movimento real da totalidade, ou seja, ao desenvolvimento contraditório do capitalismo. “Apartados do movimento histórico em seu conjunto” (FILHO, 1987, p.33). Enquanto insiste em defender o jornalismo enquanto ente indivisível da democracia (burguesa) e essencial para a cidadania (ou seja, nos limites do capital) essa compreensão segue dos tempos de Genro Filho até os nossos abrindo caminho para a ojeriza ao trabalho jornalístico e seu potencial.

Voltando aos Estados Unidos e a visão funcionalista. Dirá Casaus (1972, p.26): “La primera escuela norteamericana que se preocupó preferentemente de los medios de comunicación inicia hacia 1930 con Bernard Berelson, Harold Lasswell y sus colaboradores.” Essa primeira escola tinha como ponto central de sua investigação a análise de conteúdo, ou, nas palavras de Berelson “[...] uma técnica de investigação para la descripción objetiva, sistemática y cuantitativa del contenido manifesto de las comunicaciones.” (CASASÚS, 1972, p.27).

Podemos dizer nessa primeira observação que essa compreensão reflexiva sobre o jornalismo é meramente descritiva, “[...] em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como ‘crítica responsável’ baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma ‘função social’ voltada para ‘o aperfeiçoamento das instituições democráticas’” (FILHO, 1987, p.37). Aqui a crítica dialoga com o que Tonet nos indica em relação a Educação para a cidadania. Não será nesse momento que iremos construir um diálogo entre os autores do campo da Educação e do Jornalismo, mas nos parece decisivo para a correta compreensão desse complexo social os apontamentos feitos por Tonet.

Assim seguimos com a identificação dos pressupostos da visão funcionalista sobre o jornalismo. Onde percebemos a correta posição dele dentro do desenvolvimento capitalista. “O funcionalismo indica o caráter socializante do material impresso e dos

³⁰Sites que se dizem de jornalismo como o Mídia sem máscara diz o seguinte: “Desde agosto de 2002, o MÍDIA SEM MÁSCARA é um website destinado a publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira”. Completo em: <https://midiasemmascara.net/quem-somos/>. Acessado em 20/05/2023.

meios de comunicação em geral” (FILHO, 1987, p.37). Sobre o jornalismo o funcionalismo também corretamente “[...] chega até a situar o jornalismo como ‘forma de conhecimento’ (op. cit. p.37). Porém essa forma de conhecimento estaria limitada a reprodução da sociedade capitalista. E mais: apenas poderia exercer-se plenamente em ‘sociedades democráticas’ que é como se denominam o império estadunidense e seus vassallos na União Europeia.

O grande elefante na sala dessa visão em nossos dias é Julian Assange. O jornalista que divulgou por meio do Wikileaks uma série de crimes do governo estadunidense nas guerras do Afeganistão e do Iraque, por exemplo. Além de documentos vazamos da embaixada dos Estados Unidos pelo mundo que demonstravam como eles tratavam com mão de ferro seus inimigos e aliados em uma enorme rede de espionagem. Suas reportagens foram feitas em parceria com grandes jornais mundo a fora. Parecia que a tese da democracia que se regula e melhora estava viva e de pé. Era a versão jornalística do fim da história de Fukuyama.

Quando o governo dos Estados Unidos viu sua reputação fragilizada começou uma série de ataques difamatórios contra Assange e os mesmos jornais que o publicaram também começaram a fechar as portas. Antes de ser preso Assange pediu asilo político a embaixada do Equador em Londres e em 2019 com a mudança ideológica do governo equatoriano ele foi preso e segue assim. Quando o jornalismo de fato incomoda a democracia burguesa ele é retirado de cena. E nesse momento a visão funcionalista, defendida pelos jornais tradicionais, fecha os olhos e finge que não vê.

A visão funcionalista tem “um curto fôlego teórico” por isso “[...] não consegue equacionar a questão da luta de classes, da hegemonia ideológica das classes dominantes na produção jornalística e das contradições internas desse processo.” (FILHO, 1987, p.38). E nesse sentido como o aspecto da luta de classes fica esvaziado não é possível, para a corrente funcionalista, refletir sobre os limites e possibilidades do jornalismo nesse aspecto. Bem da verdade que esse não é o objetivo da corrente em questão. A negação das contradições da sociedade de classes já é o ponto de partida consciente dessa visão.

Diferente do que afirma Genro Filho não seria por “defasagem de acúmulo teórico” que a corrente funcionalista era e segue sendo a predominante nas redações, na prática jornalista em geral e na teorização. Estamos mais em acordo com sua outra hipótese: “é claro que tais obras, à medida que fornecem indicações com alguma eficácia operacional, contém elementos e intuições importantes” (FILHO, 1987, p.42)

ou seja, é há uma confirmação prática cotidiana desses elementos que alimentam tais teorizações. E como a teorização é colocada para refletir sobre a otimização dessas funções no sentido capitalista e não para a crítica de tal modo de vida ou a emancipação humana tudo está em pleno funcionamento. Esqueceram, por óbvio, de avisar a sociedade manipulada que nesses tempos absolutamente discorda da hegemônica posição defendida pelos grandes jornais e teóricos do jornalismo, a saber, que não existe democracia sem jornalismo. Ao contrário, essa sociedade radicalizada por anos de desserviço de um jornalismo que serviu a manipulação e reprodução da lógica do capital criou seu pior inimigo: uma população que tem certeza que o jornalismo é esquerdista e serve ao globalismo.

Um exemplo dessa escola estadunidense é Jonh Hohenberg e seu ‘Manual do jornalismo’. Nesse livro o autor defende uma visão de jornalismo que pretende “mostrar o jornalismo na prática e não na teoria ou fazer crítica social”. (HOHENBERG, 1962, p.11). Para o autor as características básicas das notícias seriam: precisão, interesse, atualidade e explicação.

Já Frank Fraser Bond (1962) define os deveres da imprensa sendo a independência, a imparcialidade, a exatidão, a honradez, a responsabilidade e a decência. Ainda segundo Bond os fatores que determinam o valor da notícia seriam a oportunidade, a proximidade, o tamanho e a importância. Já as funções principais do jornalismo seriam informar, interpretar, guiar e divertir. O que determinaria o valor da notícia seriam a oportunidade, a proximidade, o tamanho e a importância. Ao observar a amplitude de possibilidades interpretativas de cada uma dessas questões, Genro Filho identifica que:

[...] independência e imparcialidade significam, no fundo, ter como pressuposto que o capitalismo desenvolvido norte-americano e sua hegemonia imperialista é um tipo de sociedade ‘normal’, e deve ser preservada contra todas as ‘patologias’ políticas, sociais e econômicas. A exatidão quer dizer, quase sempre, a submissão do jornalista às fontes oficiais, oficiosas ou institucionais. A honradez não é outra coisa senão uma boa reputação entre as instituições... a responsabilidade é o respeito às leis e preceitos gerais da ordem estabelecida. A decência significa... o reconhecimento da hipocrisia que fundamenta a moral burguesa como um valor digno a ser reverenciado e acatado. (FILHO, 1987, p.43).

Ainda dentro da tradição funcionalista estadunidense temos Robert Ezra Park. Para ele a notícia proporciona um conhecimento sistemático e nem a revelação de

fatos de ordem histórica, mas apenas a alusão a um ‘acontecimento’. Como forma de conhecimento, a notícia cuida do presente. “Essa qualidade transitória e efêmera é da própria essência da notícia e está intimamente ligada a todos os outros caracteres que ela exhibe [...] a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo; isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo.” (PARK, 1976, p.175 e 176).

Assim para Park o conhecimento jornalístico seria um reflexo imediato da sociedade, sem a necessidade da criticidade tendo como objetivo integrar os indivíduos à sociedade vigente, suas regras e condições morais e culturais. O jornalismo teria nessa compreensão uma finalidade otimista em relação ao modo de produção capitalista, tendo esta enquanto visão única.

A informação jornalística tem relação com questões qualitativas e quantitativas, de certo. Dentro dos problemas que se deve responder sobre o que é relevante do ponto de vista jornalístico deve-se levar em consideração o ineditismo, o improvável. Genro Filho usa o seguinte exemplo “[...] um homem que consegue voar sem qualquer tipo de aparelho ou instrumento.” (FILHO, 1987, p.68). Esse é um dos pontos presentes na reflexão funcionalista dado que a crítica da sociabilidade vigente não está no horizonte dessa perspectiva. O jornalista em alguma medida cai no equívoco de concordar com essa posição. Acontece que nenhuma ação humana está deslocada da sociabilidade. Toda questão cotidiana leva a considerações de sociabilidade. Nem sempre caberá ao jornalismo responder essa questão. Seja por motivos de tempo ou de natureza da matéria. Mas isso não significa que não possa ser tratado pelo jornalista.

Voltando a Park (1976) teremos a noção de que caberia ao conteúdo noticioso orientar o homem e a sociedade num mundo real. Assim, sempre que o jornalismo cumpre tal função a preservam-se a idoneidade do indivíduo e da sociedade. Por óbvio que tais permanências e preservações estão em acordo com a sociedade vigente, ou seja, o capitalismo. Trazendo para nossos dias ainda é essa a chave que orienta a maior parte da reflexão jornalística, dos manuais, das formações e das redações. A orientação para a defesa da democracia liberal segue quase unânime.

Pensar os processos jornalísticos a partir das questões de ciências da informação possuem uma diferenciação quando comparadas às visões funcionalistas apresentadas anteriormente. É que essa está em acordo com certa visão de totalidade e também de certo otimismo com o mundo cibernético e o quanto o avanço tecnológico

estaria em acordo com o a possibilidade de melhora de vida da humanidade. O que, para dizer o mínimo, é um ponto de debate em nossos dias. Genro Filho nos dirá que o jornalismo nessa perspectiva teria também uma visão ideológica ligada a classe burguesa. “A finalidade política intrínseca a esse aporte teórico [...] é a manipulação e o controle, a redução das classes dominantes e dos indivíduos em geral a simples elementos derivados das equações.” (FILHO, 1987, p.80). Em nosso tempo poderíamos dizer que seriam apenas parte do jogo algorítmico³¹.

Hoje já sabemos que não há neutralidade na lógica algorítmica. A questão qualitativa e quantitativa, matemática, na realidade está a serviço de uma lógica racista e machista. Além de, por óbvio, classista, de viés. Genro Filho tateia nessa possibilidade. Mas não teria como ser capaz de dar conta da complexidade dessa questão em nossos dias. Já temos conhecimento hoje que a neutralidade matemática é uma falácia. Desenvolveremos mais esse ponto à frente.

Filho se concentra na crítica das questões qualitativas e quantitativas. Usa o famoso exemplo das redações. “Se um cão morde um homem não é notícia, mas se um homem morde um cão então temos uma notícia” (FILHO, 1987, p.80). O faz para demonstrar que nem sempre o quantitativo daria conta do aspecto da relevância. Isso porque, como já dissemos, não consegue fugir da defesa da neutralidade matemática.

Depois de construir um diálogo com a corrente ligada a hegemonia da visão sobre a função do jornalismo, nas mais diversas tendências ligadas a visão liberal, outra corrente bem conhecida dos estudos sobre jornalismo é aquela ligada a assim chamada ‘teoria crítica’³². A partir da compreensão de Adorno de Comunicação de massa, temos:

A idéia de cultura como *manipulação* e do jornalismo como fenômeno redutível a sua forma mercantil, dotado de conteúdo essencialmente alienado e alienador, é uma das conseqüências teóricas dessa suposta unidade em processo de fragmentação radical e irresistível. (FILHO, 1987, p.95).

Tal interpretação parte do conceito adorniano de Indústria Cultural, nas palavras de Genro Filho, grosso modo “Trata-se de uma forma de cultura que deixou de

³¹ Essa questão é aprofundada em ‘Colonialismo digital, racismo e a acumulação primitiva de dados’ de Deivison Faustino e Walter Lippold. O artigo pode ser lido no volume 14 da revista eletrônica Germinal.

³² Em ‘A teoria crítica’ o professor Marcos Nobre faz um belo balanço das três primeiras gerações de pensadores ligados ao Instituto de Pesquisa Social que nasce na Alemanha mas depois de desloca para os Estados Unidos. Nesse livro Nobre defende o uso de autores ligados a teoria crítica ao invés do popular Escola de Frankfurt. Para ele o que liga esses autores tão diferentes entre si é justamente essa tentativa de construir suas teorizações a partir da crítica da sociabilidade vigente e não exatamente a cidade alemã.

ser ‘também mercadoria’, para tornar-se essencialmente mercadoria” (op. cit. p.97). Assim a autonomia da arte e do artista torna-se mais relativa quanto aos ditames da lógica do capital. “Essa cultura é industrial entendido esse conceito mais no sentido das formas alienadas de organização do trabalho” (op. cit. p.97). Assim os meios adquirem centralidade:

Os meios de comunicação de massa reforçam a ordem estabelecida e o *status quo*. Seu efeito de conjunto é uma espécie de antiluminismo. Toda a produção e reprodução da cultura é realizada em função dos meios eletrônicos de comunicação (TV, rádio, cinema, etc.), que passam a orquestrar todo o processo em virtude de sua abrangência e dinamismo. Existe uma tendência crescente à padronização e homogeneização das manifestações culturais e artísticas, sendo superada a espontaneidade da criação e da relação entre o artista e o público. Os temas e estilos folclóricos ou populares são assimilados no contexto da ideologia dominante. Os temas clássicos das grandes obras são reproduzidos como um padrão, às custas de um radical empobrecimento estético e humano, através do *kitsch*. Ao invés de expressar a complexidade que é própria da vida e da grande arte, ela é reduzida a um elementar maniqueísmo ético, ideológico e político. (op. cit. p.97 e 98)

A compreensão adorniana é cética sobre os meios de comunicação de massa e a indústria cultural. No segundo se perde a áurea, aquilo que faz da arte única sendo agora parte de um todo possível de reprodução. Na crítica a TV, por exemplo, o autor alemão afirma que a TV não faz com o telespectador o que bem quer. Porém “[...] as imagens da TV oferecem o brilho que falta ao cotidiano cinzento da alienação” (FILHO, 1987, p.98). Isso não faz de Adorno um pessimista. Como nos lembra o jornalista gaúcho “[...] ele acredita que o potencial das novas tecnologias da comunicação é integralmente apropriado pelos interesses burgueses, na medida em que se torna um aspecto do todo que constituem as relações do capitalismo” (FILHO, 1987, p.99).

Assim a indústria cultural caminha nos dois sentidos. De um lado produz um público alienado e atrofiado às demandas do mundo do capital. Por outro segue uma produção que, enquanto mercadoria, deve se colocar na roda da possibilidade da lucratividade. Ganhando dinheiro de um lado e alienando a população de outro. Mas essa compreensão não passa sem uma análise crítica. Genro Filho enumera cinco pontos que merecem maior destaque: As potencialidades das tecnologias são admitidas apenas vagamente; no mesmo sentido a questão técnica é vista como parte do processo alienante e não com um aspecto posto pelo uso desses aparelhos dentro da lógica

capitalista; a não percepção de brechas no processo de manipulação posto pela Indústria cultural; visão pessimista da cultura produzida pós-revolução industrial. Não apenas pessimista mas tida por esses autores como inferior; a confusão que poder ser gerada pelo uso do termo ‘indústria cultural’ já que poderia levar a conclusão que o problema está na possibilidade posta pela revolução industrial e não sua organização a serviço da lógica do capital.

A conclusão que parece se impor é a seguinte: existe um fenômeno cultural peculiar ao capitalismo avançado que exige uma conceituação teórica, seja em termos de "cultura de massa" ou "indústria cultural". No entanto, essa conceituação não pode pretender abranger a *totalidade* do fenômeno cultural, pois a cultura jamais se deixa submeter integralmente pela categoria mercantil. Se isso pudesse ocorrer, a cultura deixaria de ser uma *práxis* e, portanto, deixaria de ser cultura. (FILHO, 1987, p.104)

Dessa crítica segue com três sugestões para pensar a cultura de massa: que ela é uma tendência intrínseca do capitalismo avançado; cumpre o papel de reprodução do status quo; é um dos polos não homogêneo das contradições da cultura burguesa. E segue apontando dois fenômenos que surgem dessas contradições: o potencial democratizante e socializante desenvolvido pelas novas tecnologias e mesmo na lógica mercantil seguem sendo produzidas obras de arte e produtos culturais críticos e com viés transformador. É nesse cenário que a reflexão sobre o jornalismo a partir dessa tendência:

No âmbito dessa discussão é que aparecem as duas perspectivas de análise do jornalismo. Aceitas globalmente as premissas teóricas da Escola de Frankfurt sobre a "indústria cultural" não há como propor um futuro melhor para o jornalismo. Ou ele permanece na mesquinha que o caracteriza atualmente, enquanto instrumento de dominação, ou será extinto juntamente com o capitalismo. (op. cit. p.105).

Se essa compreensão é apenas perceptível em Adorno enquanto suposição, em Habermas terá mais concretude. A questão da esfera pública em geral e do jornalismo em particular estão mais presentes na obra do autor. O autor da segunda geração da teoria crítica expõe três fases do desenvolvimento do jornalismo: A primeira na forma de pequenas empresas artesanais, com lucros modestos “[...] o interesse do editor por sua empresa era puramente comercial.” (FILHO, 1987, p.105).

Na segunda a informação passa a dar lugar a opinião fazendo dos jornais espaços de luta política e ideológica “[...] empenhados na conquista e legitimação de uma esfera pública burguesa em oposição à velha sociedade feudal.” (op. cit. p.106), fazendo com que a questão financeira estivesse a serviço da política, ou seja, o lucro era menos importante (com essas empresas sendo muitas vezes deficitárias) que o ganho de corações e mentes. A terceira seria a nossa. Onde o espírito comercial se junta a racionalização tecnológica. “Na terceira etapa a imprensa será a expressão pública de proprietários privados.” (op. cit. p.107).

Para Habermas a contradição que se pode notar no que se refere ao jornalismo seria entre o jornalismo crítico e a publicidade jornalística. “A forma moderna do jornalismo, cujo estilo e natureza foram cunhados pela estrutura empresarial mais desenvolvida aparece na reflexão de Habermas indissolavelmente ligada ao aspecto publicitário-comercial.” (op. cit. p.107). Porém, como bem percebe Genro Filho, falta a Habermas a compreensão do movimento dialético da realidade e as condições postas para a possibilidade de novas necessidades. “Não se trata mais de uma questão estritamente econômica ou estritamente política, mas de uma sociedade cujas relações sociais... carecem de informações de natureza jornalística.” (op. cit. p.110).

Assim, Filho argumenta que “[...] os dois primeiros momentos são etapas constitutivas do jornalismo [...] pois nestas duas primeiras fases o jornalismo responde fundamentalmente às necessidades de classe da burguesia [...] e não a uma carência ontológica da complexidade e integração universal que se constitui a partir do capitalismo.” (FILHO, 1987, p.110).

Já em Walter Benjamin o jornalismo seria “[...] a expressão da mudança da linguagem no capitalismo tardio” (FILHO, 1987, p.177). Dessa constatação o autor alemão compreende que se abre a possibilidade para a partir da cópia, e no caso do jornalismo da produção noticiosa em massa, a socialização do acesso aos bens culturais. Para o autor alemão a informação jornalística se caracteriza por: novidade, concisão, comunicabilidade e não relacionamento das informações isoladas.

Outro importante pensador das questões da comunicação de massa foi o belga Armand Mattelart que fez sua trajetória intelectual no Chile. Mesmo não se ligando a nenhuma escola específica, Genro Filho enxerga enquanto devedor dos teóricos críticos e teria como temas centrais de sua teoria: crítica à dominação ideológica e cultural através dos meios de comunicação de massa, considerada em oposição à espontaneidade da cultura popular, no caso, as culturas nacionais; crítica ao

sistema industrial e financeiro do capitalismo avançado. Além disso, o pensador belga trata do “[...] distanciamento entre emissor e receptor (que seria a mesma entre produtor e consumidor), da linguagem repressiva e publicitária que veicula essa ideologia, e do universo fragmentado que reproduz como um reforço da ordem burguesa e dos seus mitos.” (FILHO, 1987, p.116).

Quando trata especificamente das questões do jornalismo as questões levantadas seriam as seguintes:

La realidad que captará el periodista, fiel observante de la norma burguesa, no será sino la ilusión objetiva, la apariencia empírica o el mundo de la superficie, vale decir, el mundo de la falsa conciencia, el universo de la falsa armonía social y de la ilusoria coherencia del aparato de dominio [...] En estos términos, la descripción de la realidad - verdadera yuxtaposición atomística - alimentará el conocimiento de la racionalidad dominante y finalmente perpetua su legitimidad y necesidad. (MATTELART, 1981, p.67-68)

No mesmo sentido a alternativa seria:

Si el periodista no quiere ser cómplice de la reactualización cotidiana de la opresión y explotación, precisa superar esta noción de realidad cotidiana de la opresión y explotación, precisa superar esta noción de realidad manifiesta y vincular la noticia con el acontecer histórico, vale decir, reconstruirla con la realidad contradictoria y conflictual donde precisamente estas contradicciones y conflictos niegan la imagen armónica de la sociedad que subtienden la verdad y la veracidad que impone una clase. No existen hechos inteligibles si no se los ubica previamente en una situación y en el período en el que se desarrollan. Limitarse a 'describir' los hechos significa prescribir el comportamiento que predica el sistema, dejar a la institucionalidad represiva y al marco valorativo de la dominación la dinámica de la decodificación. (MATTELART, 1981, p.68)

Tal visão do jornalismo decai em dois erros já presentes em visões anteriores. Desconsidera as mediações específicas do jornalismo que foram desenvolvidas ao longo do processo de modernização da sociedade. A outra questão é a ausência de avaliação do alto desenvolvimento técnico que serve ao jornalismo contemporâneo. “É verdade que Mattelart, às vezes, se refere a mediações técnicas no sentido jornalístico e reivindica a sua apropriação pelas massas. No entanto, trata a questão como se tais técnicas fossem elementares e pudessem ser rapidamente assimiladas por milhões de operários e camponeses.” (FILHO, 1987, p.121).

Assim Mattelart não leva em consideração as contradições inerentes ao capitalismo. Ao ficar no limite da crítica em relação a manipulação, especialmente a imperialista, o pensador belga demonstra seus limites. Fora isso, seu otimismo romântico acerca da possibilidade de assimilação técnica da de toda a classe trabalhadora e principalmente ao notar as potencialidades abertas pela revolução industrial e a elevação das técnicas na contemporaneidade não foi possível chegar as questões essenciais do problema.

Se as correntes críticas tinham seus limites na reflexão sobre as possibilidades e limites o mesmo podemos dizer da tradição mais diretamente ligada às revoluções comunistas de inspiração marxista o problema persiste. Não iremos aqui construir uma cartografia de como os países ditos socialistas trataram a questão do jornalismo. Muito menos entrar na querela de se essas experiências eram ou não socialistas. Nosso ponto é apenas demonstrar como em linhas gerais os problemas nesse campo seguem muito próximos aos da compreensão liberal que apontamos anteriormente. Um exemplo são as Normas operativas e de redação da imprensa latina feito em Havana em 1975: “A redação de uma notícia consiste em assinalar no primeiro parágrafo o acontecimento que queremos narrar e organizar logo o relato com precisão, em ordem descendente, dos elementos que o seguem em importância.” (RANGEL, 1981, p. 101).

Outro cubano, Ricardo Cadert (1980), confirma que as proposições socialistas seriam idênticas as ditas ‘ocidentais’. Elogio à imparcialidade, a objetividade e a glorificação do *lead* enquanto uma descoberta essencial para a prática jornalística. Vale lembrar que a tese central de Genro Filho é uma crítica ao *lead*. Para ele uma teoria do jornalismo deve refazer o método de exposição. Não trataremos disso nesse momento. Porém nos parece deixar em evidência que a crítica ao *lead* se encontra nesses termos.

Voltando a Cardet ele defende que “[...] a principal condição da informação jornalística não é nem a brevidade, nem a clareza, nem a simplicidade da linguagem, mas sim a veracidade dos dados.” (CARDET, 1980, p.47). Dessa definição de jornalismo que não leva em consideração uma série de problemas anteriores como a sociabilidade que produz tal verdade factual, seus desdobramentos e sua articulação com a possibilidade de emancipação humana, por exemplo. Em outras palavras: “[...] a discussão ética sobre o jornalismo transforma-se numa deontologia vulgar,

perfeitamente identificada com a tradição do jornalismo norte-americano, que exige dos profissionais apenas o relato neutro dos fatos.” (FILHO, 1987, p.141).

No caminho inverso segue Hudec (1980) onde a síntese do jornalismo estaria na sua posição ideológica à serviço da classe trabalhadora. Assim se na sociedade burguesa o jornalismo serve aos interesses da burguesia, em uma sociedade socialista ou comunista serviria aos interesses proletários. Então o que fazer enquanto se vive no mundo capitalista? Abre-se mão de noticiar o cotidiano? Hudec explica: “O jornalismo não existe numa forma abstrata. É somente concreto, ligado a uma certa classe social cujos interesses expressa, defende e apoia de um modo mais ou menos preciso.” (HUDEC, 1980, p.25 e 26).

Ao não considerar as questões técnicas internas da produção jornalística Hudec não cai em um beco sem saída. Por um lado, como produzir conteúdo noticioso no capitalismo? É impossível? A própria realidade prova que é possível e em nossos dias essencial. Por outro lado, não adentras as questões mais específicas do jornalismo para, aí sim, pontuar onde na prática cotidiana se produz alienação e manipulação e onde se efetua práxis orientada à emancipação. Ao defender uma correlação entre jornalismo e cientificismo socialista o autor produz tal definição: “Quanto ao jornalismo socialista, a visão científica do mundo que constitui sua espinha dorsal imprime-lhe a marca da veracidade e do otimismo histórico decorrentes do objetivo realista e cientificamente fundamentado de criar uma sociedade sem classes”. (HUDEC, 1980, p.34).

O mesmo serve para quem tentar extrair diretamente dos autores clássicos do marxismo uma resposta pronta para as questões do jornalismo moderno. Atentemos que essa observação já presente nos escritos do jornalista gaúcho nos anos 1980 ainda não dava conta da centralidade da informação nos dias de hoje. Nos anos 1980 o autor ainda está falando sob a ótica TV enquanto último meio de comunicação de massas. A cibernética, a informática e a robótica estavam presentes no debate sobre modificações nas relações de trabalho fabril e não na inserção desses meios no dia a dia de nosso processo comunicativo e informativo. O grande debate sobre mídia era a problematização sobre o produtor de conteúdo, a grande mídia tinha o monopólio da informação. Hoje com um celular na mão todos somos proliferadores de notícias.

Como podemos observar o gigante avanço tecnológico a serviço da lógica do capital não melhorou nossas vidas nem produziu uma sociedade mais organizada e bem informada. Ao contrário. Sem a construção de uma sociedade crítica seguira sendo

nesses termos imbecilizantes que as transformações tecnológicas serão colocadas em prática para a maioria das pessoas. Voltando a perspectiva de qual o olhar sob os clássicos do marxismo quando o assunto é jornalismo. Aqui temos uma percepção do que nos parece apontar para um caminho correto:

Ao tempo de Marx, o objeto a que estamos nos referindo (o "jornalismo informativo") mal estava nascendo, a rigor, era ainda "invisível" para a teoria. Pretender que ele possa ter desvendado o fenômeno seria a mesma coisa que imaginar o nascimento da economia política, como ciência autônoma, antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, antes que o seu objeto existisse autonomamente. (FILHO, 1987, p.217).

O mesmo serve para a reflexão sobre o jornalismo dentro da experiência soviética. É preciso compreender que o jornalismo informativo dos primeiros anos da revolução serviu a um Estado de Guerra. Tinha como foco central a agitação e a propaganda. “O problema do jornalismo informativo só vai surgir depois da revolução. E, mesmo assim, ele é apenas percebido precariamente por Lenin e Trotsky” (FILHO, 1987, P.217). “As opiniões de Lenin sobre a imprensa, antes da tomada do poder oscilavam segundo as necessidade políticas de organização, discussão teórico-ideológica ou propaganda e agitação de massas.” (op. cit. p.217).

Assim os fatos estariam a serviço da análise política ou como parte da denúncia dos problemas da sociedade soviética. “Nesse período, ele captou o grande potencial revolucionário da imprensa, enquanto instrumento de organização da vanguarda e como ligação desta com os segmentos das massas.” (op. cit. p.218). Porém, após a revolução a posição de Lenin se altera:

Por qué no decir en 20 ó 10 renglones lo que ocupa 200 ó 400; cosas tan simples, notorias, claras, suficientemente conocidas ya por la masa como la ruin traición de los mencheviques lacayos de la burguesia, como la invasión de los ingleses y japoneses para restablecer los sagrados derechos del capital, como las amenazas de los multimillonarios norteamericanos que muestran los dientels e los alemanes, etc., etc.? Es necesario hablar de elo, señalar cada hecho nuevo, pero no se trata de escribir artículos, repetir argumentos, sino de destacar en unos pocos renglones, 'en estilo telegráfico', las nuevas manifestaciones de esa vieja política, ya conocida y caracterizada. (LENIN. 1976, p.157).

O revolucionário bolchevique destaca questões do cotidiano: "Prestamos poca atención a lo cotidiano en la vida interna de las fábricas, en el campo y el ejército,

y allí es donde se construye en mayor medida lo nuevo.” (LENIN, 1976, p.159). Mas foi Trotsky aquele que dedicou mais tempo a apontar questões referentes ao jornalismo. Em texto escrito logo após a revolução de outubro ele diz:

Caros colegas jornalistas, o leitor suplica-vos que evitem dar-lhes lições, fazer-lhes sermões, dirigir-lhes apóstrofes ou ser agressivos, mas antes que lhes descrevam e expliquem clara e inteligentemente o que se passou, onde e como se passou. As lições e exortações ressaltarão por si mesmas [...] Um jornal não tem o direito de não se interessar pelo que interessa às massas, à multidão operária [...] é indubitável que, por exemplo, os processos e o que se chama os *faits divers* - desgraças, suicídios, crimes, dramas passionais, etc. - sensibilizam grandemente largas camadas da população. E isso por uma razão muito simples: são exemplos expressivos da vida que se faz. (TROTSKY, 1979, p.03)

Os revolucionários tentaram a quente resolver questões do jornalismo de seu tempo enquanto tocavam a mais importante revolução da humanidade. Vale lembrar que ainda aqui, início do século XX, toda uma gama de novos problemas postos ao jornalismo ainda não eram decisivos. O jornalismo factual, noticioso, não era central. Aqui o jornalismo opinativo, de agitação e propaganda, era o observado pelos bolcheviques que trouxemos aqui. Mas não foram apenas os revolucionários que usaram dos jornais para divulgar suas ideias. Durante mais de 30 anos Marx foi um exímio jornalista.

Nos dirá Teixeira (2019, p.940) que “[...] de forma não intencional, jornalismo e teoria se imbricam-na trajetória intelectual de Marx”. Isso porque nos momentos em que o filósofo alemão se dividia entre a escrita sistemática de vertente teórica e a disputa de ideias na opinião pública. Assim a atividade jornalística alimentava a teoria, dando mais subsídios para sua argumentação e, por certo, seu elevado grau de compreensão da realidade objetiva e das contradições do capitalismo faziam seus artigos ricos em análise.

Já Arnold Ruge que, com Marx, fundou em 1844, os Anais Franco-Alemães, tem uma visão peculiar da atividade jornalística do filósofo alemão: “[...] perfeito como erudito e escritor, mas um completo desastre como jornalista [...] tem um talento crítico que de vez em quando degenera numa dialética temerária [...] é irritado e exaltado, particularmente quando trabalha até adoecer.” (RUGE, 1981, p.08).

Engels também olhava com certa crítica a atividade jornalística de Marx. O amigo e colaborador de longa data, tido como ‘segundo violino’, diz que “Ele não é e

nunca será um jornalista.” (BORN, 1981, p.19). Isso por conta de sua quase doentia relação com a profundidade da crítica e completo desprezo pelos prazos de uma atividade que se faz diariamente. Nas palavras de Engels: “Passa o dia inteiro estudando minuciosamente um artigo de fundo que outra pessoa levaria umas duas horas para fazer [...] altera e aprimora, e depois modifica as alterações, e, graças a seu rigor incansável, nunca consegue terminar na hora certa.” (op. cit. p.19).

No Brasil duas coleções foram lançadas com o trabalho de Marx como jornalista. Um está no livro ‘Liberdade de imprensa’. Dividido em duas partes o livro traz artigos da fase jovem do autor alemão, ainda na Gazeta Renana, e também já na sua maturidade quando residia em Londres e escrevia para o jornal estadunidense New York Tribune. Como nos diz Onofre (2016, p.08): “revelava a minuciosa leitura de Marx, seu alto grau de informação não apenas sobre os fatos e conflitos contemporâneos, como também sobre os atores individuais e a própria imprensa, nele, a análise e a opinião andavam juntas.”

A outra coleção contém apenas artigos escritos na Nova Gazeta Renana e foi reunido por Livia Cotrim. Dirá a autora que tal trabalho de Marx “[...] tem relação com a necessidade de contribuir com a luta revolucionária. Ao lado da intensa produção teórica, Marx dedica-se a buscar novas formas de atuação prática.” (COTRIM, 2010, p.36). Assim podemos ver que diferente do que nos apresenta Teixeira (2019) onde a produção teórica se alimenta em certa medida da análise factual que Marx faz da realidade em seu trabalho jornalístico, em Cotrim há uma separação entre a apresentação da luta concreta e das contradições cotidianas que Marx apresenta em seu trabalho jornalístico e sua produção intelectual.

Tal compreensão se justifica pela própria afirmação de Marx em algumas de suas correspondências de que o jornalismo atrapalharia seu trabalho intelectual de maior peso. “Apesar de, já na década de 60, ver o jornalismo como uma tarefa pesada a lhe exigir o tempo que devia dedicar a seu trabalho principal, Karl Marx produziu um vasto material jornalístico”. (ONOFRE, 2016, p.08).

Por um caminho diferente e nos parece mais correto temos os apontamentos de Teixeira (2019, p.940) “De forma não intencional, jornalismo e teoria se imbricaram na trajetória intelectual de Marx, num processo de retroalimentação constante” e em certa medida também em Onofre (2010, p.09) pois segundo ele em Marx “[...] há uma preocupação com o exame e a análise para substanciar uma opinião que nunca se oculta, mas tampouco sufoca o texto.”

Um dos biógrafos de Marx, Michael Heinrich, também advoga pela relação dialética entre ‘ideias científicas’ e ‘atividade jornalística’: “essas atividades muitas vezes exigiam uma interrupção nos trabalhos científicos, levando novos temas e problemáticas, levando à formação de novos conceitos e, assim, influenciando a própria pesquisa científica” (HEINRICH, 2018, p.32).

Tanto em Lenin (2006) quanto em Netto (2011) iremos verificar uma defesa de três pilares do pensamento de Marx: a dialética hegeliana, a economia política inglesa de Ricardo e Smith e a filosofia política dos socialistas franceses. Teixeira (2019) acrescenta a esse pacote o jornalismo já que sem uma análise da realidade concreta não é possível produzir a abstração correta e o retorno mais rico a mesma realidade.

Se cabe a Ciência essa avaliação e retorno, e nesse sentido a defesa do método em Marx passa por essas questões, a análise correta do concreto, o ponto de partida no recorte da realidade em movimento é tarefa do jornalismo e Marx como um ator desse campo o fez de maneira genial. Vale lembrar que no tempo de Marx o jornalismo ainda não tinha passado pelas duas revoluções que foram acontecer apenas no século XX com a produção em série de conteúdo noticioso e depois a revolução posta pela internet onde emissor e receptor se misturam, onde todos produzem conteúdo (seja ele noticioso ou não) e a verdade já não importa.

Se a atividade jornalística afastava Marx de seus escritos teóricos ela o aproximava “[...] dos fatos econômicos do dia a dia, uma prática que atenderia aos seus propósitos de dar à economia política uma base científica, que significava a recusa às leis abstratas como ponto de partida.” (TEIXEIRA, 2019, p.943). Assim enquanto Cotrim defende que os textos de Marx na Nova Gazeta Renana tinham objetivo puramente de agitação e propaganda, estamos com Teixeira na sua percepção de relação dialética entre os dois movimentos: o político e o teórico. A atividade jornalística poderia até ter na compreensão de Marx uma finalidade porém o que se pode observar da própria natureza do trabalho jornalístico e sua execução em sujeito tão brilhante quanto Marx nos parece nada razoável desconsiderar seu processo para aquilo que defendemos aqui como o patamar mais elevado da produção jornalística: a ampliação do campo de possibilidades.

Para tal função Marx se cercou de todas as boas qualidades de um trabalho jornalístico exceto aquele criticado por Engels e já exposto aqui: não era muito efeito a cumprir prazos. Mesmo que se justifique tal ponto com a profundidade de seus escritos

o jornal impresso, hegemônico no tempo de Marx, necessita de prazos. Se um jornal é diário não pode ter o artigo entregue em duas semanas. Essa especificidade do jornalismo deve ser levada em consideração. Mas por outro lado o filósofo tinha todas as outras qualidades necessárias: “O uso de suas fontes, relacionamento pessoal e de todos os recursos disponíveis que viabilizasse o acesso a dados de variados tipos, desde relatórios a livros de tiragem limitada, era prática típica do jornalismo que desautoriza uma construção caricata de Marx como teórico de gabinete.” (TEIXEIRA, 2019, p.952).

É nesse sentido que Teixeira defende, corretamente, que Marx não apenas executou a dialética para o descobrimento da essência do capitalismo a partir da economia política e com isso se colocar a serviço da classe trabalhadora, juntando assim seus pressupostos filosóficos, econômicos e políticos. Ele também o fez enquanto jornalista. “O conhecimento fornecido pelos trabalhos jornalísticos seria fundamental para que Marx evidenciasse as determinações próprias e contraditórias do modo de produção capitalista.” (op. cit. p.953).

Assim para Cotrim (2010) os escritos jornalísticos de Marx estariam no campo dos ideólogos, da agitação e da propaganda. Esse ponto dialoga com a separação do Marx jovem e adulto na questão do jornalismo. Aqui temos um Marx mais interessado em guiar o operário a revolução que demonstrar as contradições internas cotidianas do dia a dia da classe trabalhadora. Seria um momento de eclosão das revoltas e a agitação e a propaganda estavam na ordem do dia para levar a classe trabalhadora a tomar as decisões corretas. “Marx entende que “O primeiro dever da imprensa é agora solapar todos os fundamentos da situação política existente” (COTRIM, 2010, p.40).

Já ao final de sua vida quando o ideal revolucionário e a organização dos trabalhadores sofrem um abalo sensível, o papel desempenhado por Marx seria o de intelectual. Mas aqui o diálogo com Teixeira (2019) se faz presente. Mesmo que o filósofo alemão tenha na ação cotidiana da produção de sua coluna um tempo retirado de sua formação científica, o fato é que essa investigação dos dados, situações concretas que ele precisava levar a cabo para suas colunas evidentemente contribuíram para sua compreensão teórica.

O próprio Marx também em alguns trechos de seus artigos discutiu e construiu reflexões importantes sobre a prática jornalística. “Nos anos de 1842/43, como redator da Gazeta Renana, vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais.” (MARX, 1999, p. 50). Os

interesses matérias de que trata são os pontos mais factuais da realidade concreta. Assim a prática jornalística lhe oferece instrumentos para produzir um arsenal teórico ainda mais rico.

Ao entrar em um debate sobre a liberdade de imprensa o pensador traz pontos importantes para pensar a prática jornalística até hoje: “A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais.” (MARX, 2006, p.60). Já sobre a imprensa podemos ler sua função “[...] é ser o cão de guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo, que guarda com ciúme sua liberdade.” (op. cit. p. 103).

A defesa da imprensa livre está em acordo com o tempo histórico de seu escrito. Defender a liberdade de imprensa era defender a liberdade de opinião em tempos revolucionários. Era propagar as contradições do capitalismo em solo alemão em tempos de Gazeta Renana. Estamos falando de um momento onde a produção jornalística ainda era em certo sentido artesanal. O escritor do texto e o trabalhador da prensa que iria ‘rodar’ o jornal estavam na mesma cidade, muitas vezes no mesmo espaço. Hoje não se sabe onde fica a sede da *big tech* que irá entregar suas matérias pelas suas redes sociais. Isso para não falar da crise do movimento comunista e a absoluta ausência da possibilidade da revolução no debate público de nossos tempos³³.

4.2 O CONHECIMENTO CENTRADO NO SINGULAR: ADELMO GENRO FILHO E SUA TEORIA DO JORNALISMO

A percepção de Adelmo Genro Filho ao final dos anos 80 quanto a questão do conhecimento jornalístico era de que as diversas escolas que tentaram incorreram em dois erros comuns: ou ligaram o surgimento do jornalismo com o desenvolvimento industrial e em consequência uma ligação indivisível com a lógica do capitalismo (o jornalismo enquanto agente de manipulação) ou operaram na construção do jornalismo enquanto produtor de conteúdo ideológico, seja de agitação de propaganda revolucionária, seja de manutenção do sistema. Por isso pensar o jornalismo não apenas descritivamente, não apenas criticamente mas que leve em consideração seus limites e

³³ Lessa (2014) trata das questões sobre a crise do movimento comunista em cenário brasileiro.

possibilidades para a emancipação humana o que se deve levar em consideração seria que “[...] uma teoria capaz de abrangê-lo deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social.” (FILHO, 1987, p.156).

Não nos esqueçamos, apenas como o desenvolvimento dos meios de produção é possível ampliar o campo de possibilidades e se inaugurar uma era onde a superação da exploração do ser social pode ser realmente posta como parte de um programa calcado na realidade e não em utopias e subjetivismos. Por isso é importante sempre ressaltar que foi apenas na segunda metade do Séc. XIX que vislumbramos as transformações na imprensa que possibilitam o cenário que temos hoje, com as inovações tecnológicas que ampliaram a quantidade e a velocidade na circulação de informações.

Alguns inventos e inovações tecnológicas, como o telégrafo (1840), a rotativa (1864), o cabo submarino (1850), a expansão das linhas férreas (1828-1850), a linotipo (1886), o aperfeiçoamento da fotografia (1839), permitiram melhorar o jornalismo e produzi-lo em menos tempo. O crescimento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento do correio contribuíram para aumentar o número de leitores. A utilização dos avanços técnicos e o aumento da circulação, que foi impulsionado com a baixa do preço do exemplar, aumentaram sensivelmente os gastos. O próprio desenvolvimento do capitalismo mostrou a solução através da publicidade. Os anunciantes se encarregariam de financiar os custos. (RANGEL, 1981, p.92).

Mesmo antes das invenções que ajudaram a desenvolver mais diretamente o jornalismo, outras foram decisivas. A exemplo do papel que o Ocidente faz uso desde o século XII e a grande invenção de Gutemberg, a prensa de tipos móveis inventada no Século XV que garantiram que os primeiros jornais já circulassem pela Europa no século seguinte. Não podemos retirar o protagonismo da nova classe em ascensão desse estupendo desenvolvimento. “Naturalmente foram os banqueiros e os mercadores os primeiros interessados em receber e utilizar os jornais.” (FILHO, 1987, p.170). Já as gazetas semanais datam do início do século XVII na Itália e Alemanha.

Com o avanço das relações mercantis e a constante necessidade de troca de informações o jornalismo vai ganhando sucesso. Embora com origem nas camadas mais abastadas da nova classe em ascensão, o interesse pelas notícias tomava tudo e todos. “É que esse público, com a universalização progressiva das relações mercantis e

capitalistas, está cada vez mais ligado, efetivamente, a uma multiplicidade de fenômenos que ocorrem em todos os lugares.” (FILHO, 1987, p.170).

Já quando chegamos ao século XIX o jornalismo se apresenta maduro e suas bases defendidas majoritariamente até hoje tem aqui seus fundamentos, a saber: o jornalismo é parte da igualdade formal que ordena juridicamente o mundo social. O direito à livre expressão dentro das regras da lei juntamente com o direito a propriedade fazem da igualdade formal, da concepção cidadã de sujeito. “[...] o sentido individual da leitura jornalística se situa, assim, ao nível da cidadania condição imaginária do indivíduo na sociedade.” (FILHO, 1987, p.171).

Todo esse desenvolvimento técnico está ligado ao processo de desenvolvimento mercantil e com ele a necessidade de um conhecimento que ganhou o nome de jornalístico, ou seja, “[...] uma forma social de percepção e apropriação da realidade, correspondendo a um aspecto determinado da *práxis* humana” (FILHO, 1987, p.180). Essa ligação do nascimento do jornalismo com o desenvolvimento dos meios de produção não o liga em permanente com nenhum veículo. Mesmo que ele tenha atingido sua maturidade em meios impressos não terá qualquer ligação de dependência a este, podendo ser reproduzido em meios como rádio e TV e mais recentemente na internet. “À medida que vão surgindo outros veículos adequados ao jornalismo, vai se configurando uma totalidade articulada e em constante desenvolvimento, na qual cada veículo vai ocupando um determinado papel.” (FILHO, 1987, p.206).

Vale ainda ressaltar nesse primeiro momento a distinção entre jornalismo e imprensa: “[...] a imprensa é o corpo material do jornalismo, o processo técnico do jornal” (FILHO, 1987, p.175), então estamos falando da TV, rádio e internet. Lembremos: não se trata aqui dos aparelhos de recepção e sim do modo de transmissão. Podemos acompanhar um programa apenas em áudio na TV e na internet. As ondas via satélite que geram imagens em nossos aparelhos não são compatíveis com celulares e rádios. Assim como as novas televisões permitem que vejamos conteúdo via internet, ou seja, que chegam a nossa casa via cabo submarino onde a sede das empresas transmissoras fica em sua maioria no Vale do Silício. A imprensa então é o meio. O jornalismo é um dos vários tipos de mensagem que esse meio transmite. “O jornalismo é a modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais que expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social.” (FILHO, 1987, p.175).

Se foi possível nessas breves linhas esclarecer os diversos desenvolvimentos históricos e sociais que levaram ao surgimento do jornalismo e também deixar evidente a diferenciação de jornalismo e outras formas de comunicação, cabe então seguir para mais uma especificidade: o jornalismo que aqui será tratado será o jornalismo informativo. Ao definir o objeto enquanto o jornalismo informativo Adelmo Genro Filho também inclui um jornalismo de periodicidade diária enquanto seu lugar adequado já que seria esse tipo de conteúdo noticioso que estaria mais ligado ao dia a dia da realidade concreta. Nesse sentido, ele ainda segue olhando para o jornal impresso e não para as manifestações radiofônicas ou televisivas. Entende-se essa postura tendo em vista uma visão tradicional acerca da prioridade do impresso enquanto lugar natural da produção jornalística tal qual o mundo burguês. Mas vindo de um autor marxista que inclusive critica essas duas questões e mais, prevê a centralidade das teorias informáticas e dos sistemas como parte da necessária apreensão jornalística temos aqui um equívoco.

Ao observar o cenário do debate teórico acerca do jornalismo Genro Filho observa a inexistência ‘um vácuo teórico’. Teríamos então na teoria do jornalismo uma enorme imprecisão e ausência de amplo debate teórico sobre suas finalidades e bases teóricas. Em nosso tempo a situação segue ainda mais dramática. Se nos anos 1980 a faculdade de jornalismo era caminho de entrada para os filhos das classes médias exercitarem suas ‘pseudointelectualidade’ e a formação prática era a regra de uma tradição onde se aprendia na redação e não na Faculdade, onde se vendia a profissão enquanto vizinha da arte com o jornalismo literário, perseguidora dos poderosos com o famoso caso *Watergate*, hoje temos a precarização completa da profissão passaralho em redações cada vez com menos pessoas fazendo mais funções. Fora uma enorme crise de confiança da sociedade no trabalho jornalístico e a mais recente possibilidade de sua função ser substituída por inteligências artificiais.

Voltando as constatações de Filho (1987):

[...] não é de se admirar que o jornalismo [...] seja tão carente de explicações teóricas e tão farto em considerações empiristas e moralizantes. O que tem acontecido é que as abordagens sociológicas ou filosóficas contornam, ou simplesmente ignoram, as questões formais propostas pela Teoria da Informação. Esta, por seu lado, tende a exercer uma espécie de ‘redução ontológica’ da sociedade para inseri-la em seus modelos. (p. 26)

É confusa a compreensão que autor oferece para o termo ‘ontológico’. Vale ressaltar que as bases lucaksianas que Filho usa para defender sua compreensão de jornalismo estão presentes em sua leitura da estética. O jornalista gaúcho não chegou a ter em mãos os escritos ontológicos de Lukács. Não que tenhamos problemas nesse sentido para sua compreensão de jornalismo já que as questões ligadas a arte e ciência estão bem colocadas pelo filósofo de Budapeste justamente nesses escritos. Assim como a correta relação entre particular, singular e universal. Mesmo que aqui tenhamos discordâncias com o jornalista gaúcho da qual iremos tratar mais à frente. Por hora, sigamos no raciocínio do marxista brasileiro.

O autor segue defendendo que a ausência de uma profunda compreensão teórica sobre a finalidade do jornalismo tem levado a enormes enganos. De um lado os empiristas que lidam com a prática jornalística sempre atrelada a dinâmica do capitalismo e sua manutenção. De outro os críticos que não ultrapassam esse limiar e denunciam o jornalismo enquanto produto da necessária manipulação do capital e um terceiro que Filho chama de ideológico, ou seja, que entende a finalidade do jornalismo enquanto parte de um projeto de disputa ideológica, de agitação e propaganda. Filho concorda que a ideologia burguesa domina hegemonicamente o fazer jornalístico, tal qual em nossos dias, mas nada diz respeito a uma subserviência técnica. Ele conclui que “[...] essa conclusão não é legítima nem do ponto de vista lógico nem histórico” (FILHO, 1987, p. 27).

O que podemos dizer é que a existência de uma relação de origem do jornalismo com o desenvolvimento capitalista não o impede de, para usarmos termos marxistas, de o mesmo assumir certa autonomia em relação ao mesmo. A autonomia, sempre relativa, é que possibilita um campo de possibilidades, um raio de ação de certa prática. Tal autonomia deve sempre ser conferida em relação a centralidade do trabalho já que em relação a este todo complexo social possui determinação absoluta. Apenas apreendendo essa correta relação poderemos então admitir o grau de autonomia e o raio de ação de tal finalidade na perspectiva da emancipação humana, já que em termos marxistas estamos falando não de direito para todos ou igualdade racial ou melhoria nas condições de trabalho mas sim na radical transformação da produção baseada na propriedade privada pela produção dos sujeitos associados racionalmente orientados para produzir o necessário para a existência humana. Desenvolveremos no próximo

capítulo em diálogo com Tonet essa questão da relação entre complexos sociais, finalidades, limites e possibilidades da prática orientada para a emancipação humana.

Em sentido similar Genro Filho falando sobre o jornalismo nos dirá que deve-se buscar para a compreensão correta de tal fenômeno “[...] a concreticidade histórica” (FILHO, 1987, p. 27). Para que nesse movimento de apreensão compreendamos tanto sua especificidade quanto sua relação com generalidade humana. Mais uma vez o autor faz uso do termo ‘ontológico’ em desacordo com o referencial lukacsiano ao dividir o fenômenos em aspectos histórico-transitório e histórico-ontológico. Se ontológico diz respeito ao estudo do ser, o que seria histórico-ontológico? Mais uma vez nos parece que o autor ao não ter a maturidade com o conceito por ter acesso a obra de maturidade de Lukacs usa-o como sinônimo de social. Sobre a questão do conhecimento jornalístico temos ainda que o mesmo “[...] não pode ser reduzido as condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe a luz.” (op. cit. p.27).

A hipótese de Filho é que o jornalismo tem seu nascimento ligado ao da sociabilidade burguesa mas na sua própria essência produz um conhecimento que tende a ultrapassá-la. “A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa.” (op. cit. p. 27). Ao ultrapassar essa sua relação de origem ele poderia, segundo Filho, ser visto enquanto “[...] um produto cuja potencialidade a ultrapassa e expressa desde agora de forma contraditória [...] como momento da práxis, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade” (op. cit. p.27). Vale ressaltar que aqui ‘Homem’ está sendo usado no sentido de gênero humano ao mesmo tempo que criticar ao nosso tempo essa postura de ter o sujeito masculino enquanto modelo de universal quando facilmente poderia usar humanidade ou ser social.

Voltando ao jornal e ao jornalismo Filho aponta uma dessas brechas. Porém ainda apegado ao papel, literalmente, do impresso diário, seu grande ofício de uma vida. “Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa.” (op. cit. p. 28).

Quando fala de jornais entendamos aqui o jornalismo que tem como prática central o conteúdo noticioso e não a polêmica ou a propaganda. Não que nesses espaços não se pratique jornalismo. A definição de jornalismo é abrangente e pode sim abranger todos esses aspectos do debate midiático. Porém compreendemos junto com Adelmo

Genro Filho que a essência do fazer jornalístico e o que faz dessa prática algo que podemos refletir sobre suas possibilidades no campo da compreensão da realidade e a superação da lógica do capital é seu aspecto noticioso. Assim o jornal de um partido, sindicato ou movimento social tem a importante tarefa da agitação e propaganda tal qual posta nos escritos de Lenin e lembrada por Filho: “A tese de Lênin sobre a necessidade do jornal partidário enquanto "organizador coletivo", com funções de análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação é, ainda presentemente, insuperada em seus fundamentos.” (op. cit. p.46).

Durante todo o seu livro enquanto vai debatendo com as mais diversas correntes que tentaram construir uma teoria do jornalismo Filho vai defendendo sua tese: a de que o bom jornalismo produz um tipo de conhecimento essencial para a compreensão do mundo que vivemos e assim desvelar suas contradições mais imediatas, nos oferecer respostas cotidianas dos problemas da nossa sociabilidade.

A ligação desses problemas mais cotidianos com a lógica do capital não é tarefa do jornalismo. Não que ele esteja impossibilitado de fazê-lo mas ao produzir exemplos concretos das falhas e fissuras do modo de produção existente já terá o jornalista feito sua parte. É nesse sentido que escapa da concepção ideológica de mundo o conteúdo produzido pelo jornalismo noticioso.

Não importa se o jornalista em questão é liberal ou conservador. Ao descrever em uma matéria que um Juiz e o um Promotor trabalhavam juntos pela prisão de um ex-presidente que era o líder nas pesquisas de intenção de votos a conjuntura desse país se altera. Tais elementos atravessam todas as dimensões da produção simbólica. Desta surge o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominadas e a possibilidade de expansão da possibilidade de transformação radical da realidade social. Nesse caso hipotético o jornalismo cumpriu uma função que ultrapassa a mera reprodução de valores capitalistas.

[...] captar a essência implica, necessariamente, um grau de adesão ou solidariedade em relação a uma possibilidade determinada, tanto da totalidade histórica quanto do fenômeno que inserido nela vai adquirir seu sentido e significado. Mesmo nos fatos mais simples... o relato exige uma forma de *conhecimento* que, em alguma medida, implica a revelação de sua essência. Ou seja, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado. Para evitar mal-entendidos, vale prevenir que não se trata de propor que o jornalista faça um ensaio sociológico para noticiar um atropelamento. O que estamos afirmando é que existem diferentes formas, igualmente jornalísticas, de se tratar assuntos dessa

natureza, desde a coleta dos dados, o enfoque a ser escolhido até a linguagem e a edição, e que tais formas não são inocentes ou neutras em termos político-ideológicos. (FILHO, 1987, p.49 e 50)

O ponto de referência onde podemos localizar o conhecimento produzido pelo jornalístico noticioso constitui-se assim enquanto ‘gênero’ e não mero ‘grau’ de abstração. Nesse sentido, o aspecto decisivo aqui é a apropriação do real pela *singularidade*, na visão de Filho, “[...] pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica.” (op. cit. p.58). Do ponto de vista individual o real em seu imediato é o ponto de partida. No jornalismo seria tal imediatricidade já o ponto de chegada, “[...] o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica” (op. cit. p.58). Assim as questões fenomênicas seria postas ao público pelas possibilidades da linguagem jornalística em suas variáveis técnicas a depender do tipo de veículo. Assim “[...] não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma simulação dessa correspondência”. (FILHO, 1987, p.58) Para o jornalista gaúcho é dessa relação que o jornalismo produz um tipo de conhecimento “[...] enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve.” (FILHO, 1987, p.58).

Assim defende Filho que o jornalismo é uma das modalidades produtoras de conhecimento. Mas não sei está imerso em contradição posto que se faz e refaz em eio ao capitalismo e não em um mundo onde o mesmo tenha sido superado.

Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferirmos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo. (FILHO, 1987, p.60).

É nesse sentido que teremos o jornalismo enquanto possibilidade dos indivíduos se colocarem em relação a imediatricidade do mundo em seu dinamismo a partir do singular, sempre incompleto “[...] atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivessem vivendo na imediatricidade de sua aldeia.” (op. cit. p.64).

Ao lidar com tal imediatividade já fica posta a diferença com o conhecimento científico e o papel da arte:

Nas ciências, os fatos ou eventos são relevantes à medida que vão constituindo a universalidade. Quanto à arte, os fenômenos que a compõem são significativos na exata proporção de sua ambigüidade enquanto realidades irrepetíveis (singulares) e, ao mesmo tempo, enquanto representação "sensível" da universalidade social onde historicamente estão situados e com a qual estão inevitavelmente comprometidos. (op. cit. p.64 e 65).

O jornalismo reconstitui a singularidade. Não importa se consciente ou não. Em Filho temos que o conhecimento jornalístico está entre as seguintes variáveis “[...] as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; as relações e significações que são *constituídas* no ato de sua produção e comunicação.” (FILHO, 1987, p.65). Seria então certa dimensão objetiva que faz do jornalismo noticioso uma coisa e arte outra. Aqui temos dois problemas graves. Um é uma visão mecânica das categorias particular e singular. Particular, singular e totalidade são sempre em relação a um outro, nunca em si mesmo. Um ser social é uma singularidade diante da totalidade da humanidade mas também é uma totalidade diante de seus órgãos internos. O outro problema aqui é uma separação entre arte e jornalismo que segue imprecisa. O jornalismo literário não precisa fugir de seu fundamento noticioso para produzir sua finalidade tanto estética quanto jornalística. Ao jogar para debaixo do tapete essa relação para garantir a pureza de sua tese, Adelmo Genro Filho cai na armadilha da falsa objetividade jornalística que ele mesmo critica durante todo o texto.

O autor segue no processo comparativo entre arte, ciência e jornalismo a nosso ver de maneira mecânica porém com diversos acertos que o elevem ao patar mais alto das reflexões sobre o jornalismo e sua prática cotidiana. Assim ele defende que jornalismo não é ciência, não produz ciência, ou seja, não está orientado para a totalidade social. Do mesmo modo jornalismo não tem como seu compromisso inicial a catarse estética e nesse sentido não é arte. Assim não é exatamente nessa falsa compreensão de totalidade, particularidade e singularidade que está o diferencial e a essência do jornalismo mas na sua finalidade mesma a saber sua possibilidade de desvelar as contradições cotidianas do mundo tal qual ele se apresenta e nesse sentido ser um instrumento tanto para a arte quanto para a ciência e no que mais nos interessa

para o arsenal da classe trabalhadora em luta pela emancipação humana. Assim acerta Filho quando pontua: “[...] a qualidade de uma informação envolve exatamente a totalidade do social... por isso, a noção de sistema é reducionista quando aplicada à sociedade. Retira a historicidade do processo social a partir de premissas objetivistas.” (FILHO, 1987, p.67). A qualidade da informação decorrente da subjetividade e da liberdade que a história encerra cria a possibilidade de se ligar a totalidade social, as contradições mais essenciais do mundo e conseqüentemente ampliar o campo de possibilidade dos sujeitos.

Na compreensão do marxismo ontológico a teleologia é posta em dois movimentos: o pôr do fim e o pôr dos meios. Aqui temos uma outra compreensão apresentada:

Considera que os fins da sociedade não decorrem das propriedades universais dos sistemas, mas são produzidos *na própria história...* Para Marx, como resultado da práxis, através de homens concretos e reais, em consonância com as tendências que nascem da vida material e de sua necessária reprodução. (op. cit. p.73).

Filho segue em sua defesa das finalidades do jornalismo e corretamente afirma que a explicação da realidade é um dado da realidade concreta. Não iremos aqui repor as nuances do método de apreensão de Marx já explicitados por diversos autores e que em certa medida serve para esse ponto da compreensão do papel do jornalismo. Aqui o que nos parece mais relevante é a posição de Filho em defesa da práxis. “A *práxis* expressa a síntese mais profunda da relação entre o homem e o universo, na medida em que capta tanto a diversidade como a unidade, de um ângulo ontologicamente superior.” (FILHO, 1987, p.79). Deixando de lado o uso excessivo do termo ontológico e mais uma vez posto não da forma apresentada por Lukacs e sim em certa voz de autoridade de posição superior do processo de abstração. Retirando isso o autor nos parece observar corretamente o ponto.

Assim temos essa compreensão do papel do singular para a finalidade jornalística em sentido informativo mas também que esta se situa em relação com a realidade concreta mais ampla, com o todo social, com a totalidade, aqui sempre lembrando que posta em relação a um particular e um singular e não mecanicamente. Assim Filho nos parece acertar mais uma vez: “[...] o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo.” (FILHO, 1987, p.81).

Para o jornalista gaúcho a natureza da informação tem dois aspectos: a indeterminação dos processos sociais e o grau das possibilidades reais de escolhas entre alternativas a partir de tais premissas, a discussão sobre o conteúdo das informações deixa de ter importância: a circulação das informações jornalísticas, num Estado socialista, deverá ser condicionada estritamente às finalidades políticas de direção e aos possíveis efeitos que possam acarretar. De acordo com esse enfoque, esconder a verdade, distorcer os fatos, divulgar falsidades e calúnias - desde que isso corresponda às necessidades de direção do "sistema social no suposto interesse das classes revolucionárias - podem tornar-se alternativas tão aceitáveis quanto quaisquer outras." (FILHO, 1987, p.87). Nesse sentido o jornalismo não deve ser avaliado a partir de pressupostos que não levem em consideração a questão da verdade, ou seja, lidando apenas com aspectos de controle, organização e domesticação movidos pela ordem social vigente. Ainda aqui temos apontado para outra questão que segue essencial até nossos dias. Pena que a imaginação política de nosso tempo nos coloque o limite dentro da ordem liberal do direito e assim a regulação das redes sociais é o máximo que nossa imaginação política coletiva postula. Mas voltemos:

A questão essencial é o domínio *político* dos meios de comunicação pelas organizações das massas revolucionárias, como condição para que a *qualidade* das informações produzidas pelos centros emissores, em termos políticos, ideológicos e culturais sejam coincidentes com determinadas metas históricas definidas coletivamente. Não se trata, neste caso, de objetivos específicos, táticos ou mesmo estratégicos - que podem constituir aspectos do problema -, mas de objetivos históricos, definidos em termos de possibilidades concretas e valores revolucionários e humanistas. (FILHO, 1987, p.88 e 89).

Evidente que aqui ainda se evidencia um otimismo em relação aos meios de massa. Como na passagem “através dos modernos meios de comunicação radicaliza-se a possibilidade das transformações na consciência e na cultura. Portanto, aumenta a possibilidade do sujeito coletivo agir diretamente sobre si mesmo”. Hoje já temos evidências de que o colonialismo digital avança sob nossas consciências não de maneira desinteressada mas ao contrário. A tecnologia não está aí e caberia apenas a classe dominante de sem tempo fazer o uso correto desta. Não é mais correto observar tal fenômeno dessa maneira³⁴.

³⁴Alguns especialistas como Morozov (2018) e Shoshana (2019) já ofereceram uma série de exemplos do quão complexo esse aspecto, para dizer o mínimo.

Assim se nos anos 80 dizer que “as possibilidades de manipulação, proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, são tão significativas quanto as potencialidades de desalienação e de autoconstrução consciente se tais meios forem pensados numa perspectiva revolucionária e efetivamente socialista.” (p.89) era a posição otimista vigente hoje é necessário colocar a questão do desenvolvimento tecnológico a serviço dos meios de comunicação de massa em outros termos. Como já pontuamos com a hegemonia dos meios digitais e cibernéticos frente aos analógicos faz-se necessário um amplo questionamento a cerca da lógica do algoritmo, fundamento último da constituição programática das redes sociais. Por outro lado cabe a interrogação acerca da ausência de imaginação política e da crítica radical da sociabilidade burguesa que oferece apenas como horizonte possível a regulação desses meios.

O jornalismo de nosso tempo é produzido nessa conjuntura e tendo essas questões como parte de sua reflexão em nosso tempo. Trataremos mais desses pontos no momento seguinte. Por hora, ainda em diálogo com Filho, o que nos parece relevante é não seguir a linha otimista acerca do desenvolvimento tecnológico ao menos no campo midiático. O barateamento da produção permite que todos possamos ser nossa própria emissora de rádio e de televisão. Basta um celular e uma conexão com a internet. Essa descrição que provavelmente agradaria Filho se estivesse vivo não leva em consideração o preço a pagar. A saber, os donos das Big Techs que permitem esse estado de coisas são os seres humanos mais ricos da história da humanidade. Assim eles podem permitir que você faça seu vídeo de gatinho e filme seu cotidiano, que novas celebridades surjam todos os dias ao mesmo tempo em que a sociedade vive uma epidemia de notícias falsas e de desconfiança com fontes oficiais e trabalho jornalístico profissional. O preço a pagar é precarização do trabalho jornalístico por um lado e por outro o melhor jornalismo feito para uns poucos bem informados.

Nesse sentido que dar palavra ao povo significa toda uma reestruturação das relações de produção e de transformação desses meios em outra coisa que ainda sequer podemos imaginar como Filho mesmo nos pontua no debate com Mattelart acerca dos limites de uma visão romântica de tomada dos meios de produção sem levar em consideração o saber especializado:

[...] muito mais do que oferecer o microfone ou a máquina de escrever aos populares, pois isso já é feito hoje, em certa medida, pelos jornais

(cartas à redação), rádios e TVs (entrevistas, pesquisas, etc.). Trata-se, fundamentalmente, de criar as mediações e os canais adequados para que os conteúdos sociais (o plural aqui é indispensável) que, antes eram desprezados na comunicação, passem a ter hegemonia no processo. (FILHO, 1987, p.122).

Essas questões que estão longe de aparecer nas reflexões em nossos tempos seguem atuais. A crítica radical a lógica algorítmica não significa a negação da apropriação técnica dos sujeitos emancipados do máximo desenvolvimento tecnológico de nosso tempo. Nosso patrimônio técnico-científico não está nas máquinas postas mas sim em desvelar para todos seus segredos e aí sim produzir uma reflexão coerente sobre sua superação no sentido de fabricar aquilo que estará a serviço da humanidade emancipada e não da lógica do lucro. Mas esse é um ponto absolutamente distante da realidade posta para nós hoje. Aqui nos limites das questões sobre o jornalismo noticioso cabe a compreensão do cenário atual.

Vale assinalar, também, outro aspecto da concepção de Mattelart. Ele acredita que limitar-se a "descrever" os fatos tal como ocorre com o jornalismo burguês, significa deixar à institucionalidade repressiva e ao marco valorativo da dominação a dinâmica da decodificação. Na verdade, essa descrição já contém, internamente, sua própria valoração coincidente com os marcos do sistema. Intrinsecamente, o relato jornalístico de um fato singular já contém uma dimensão de particularidades e universalidade, sob a forma viva do acontecimento.

Não se trata de um simples "fragmento", um "átomo", descrito positivamente como algo isolado e, por isso, recebendo a valoração como um influxo externo da ideologia dominante. Todo o relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será, sempre, aquilo que podemos chamar de *singular significativo*, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito.

Assim Adelmo Genro Filho segue em seu diálogo com a possibilidade de futuro fora das amarras do capitalismo. Tanto para o jornalismo quanto para o avanço tecnológico. “A questão fundamental [...] é a definição e o controle, pelas massas revolucionárias organizadas, da política cultural que vai se expressar pelos meios de

comunicação avançados” (FILHO, 1987, p. 125). Assim nessa questão mais ligada ao desenvolvimento tecnológico defende Filho que o que devemos fazer é ter sob o comando da classe trabalhadora organizada o melhor desenvolvimento possível.

No caso específico do jornalismo o que a lógica do algoritmo afeta não é a possibilidade de sua produção mas sim o peso decisivo de sua circulação. Ao ter sob o comando de alguns homens brancos a decisão de o que vai chegar a milhares de pessoas e o que ficará restrito a um grupo pequeno estamos entregando para esses o futuro. Já que conhecimento, liberdade e possibilidade são questões que caminham juntas em uma perspectiva revolucionária e emancipatória.

A linguagem jornalística, concordamos com Filho, é adaptável a todos os modernos meios de comunicação. Todos os melhores trabalhos jornalísticos de nosso tempo foram produzidos em meios tidos como nativos digitais, basta ver o exemplo da Vaza Jato no Brasil, tocada por um veículo pequeno como o The Intercept. Porém sem não deixar de contar com parcerias com veículos tradicionais como a Folha de São Paulo e o Grupo Bandeirantes.

No rápido exemplo que tratamos podemos observar com clareza que a observação de um fato colocou a uma parte da humanidade uma nova questão em relação ao campo de possibilidades. Neste caso o retorno de Lula a vida política e consequentemente sua eleição para um terceiro mandato em 2022. Nada disso seria possível sem um primeiro estalar dos fatos a partir do jornalismo que executa sua finalidade. “Isso quer dizer que o imediato e o mediato são duas faces de uma mesma moeda, momentos inseparáveis de uma mesma relação humana.” (FILHO, 1987, p.128 e 129).

O que produz o jornalismo seria uma singularidade executava através de um sistema de transmissão e reprodução cuja técnica inclusive escapa a boa parte dos produtores do conteúdo noticioso. O que cabe ao jornalista é “[...] a linguagem jornalística tanto no sentido amplo como no sentido restrito, referente a cada meio em particular.” (FILHO, 1987, p.130). Assim seria o jornalismo o produtor de uma forma de conhecimento tendo em vista dele abstraímos “[...] um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho e - por consequência - um fazer e um saber específico.” (FILHO, 1987, p.130).

A posição do campo da necessidade quando nos referimos ao conteúdo noticioso tem sim uma relação umbilical com o desenvolvimento capitalista. Concordamos com Filho quando o mesmo nos diz que “[...] com a emergência do

capitalismo, todas as necessidades sociais aparecem como mercado consumidor e todos os valores de uso na forma de mercadorias”. (op. cit. p.131). Mas seguimos com ele quando o mesmo nos relembra que tal relação não produz uma identidade entre os dois pontos.

O jornalismo assim ultrapassa essa posição de seu nascimento tal qual a arte e a ciência. Está ligado a uma necessidade humana que sim nasce com o capitalismo mas que segue para além dele. Essa postulação de Filho recai em um amalgama teleológico. Ao afirmar qualquer complexo social que não o trabalho como linha de continuidade para além do mundo do capital o autor recai nesse erro.

O que podemos afirmar com Marx e Lucaks é que a relação ineliminável do ser social com a natureza é o ponto de partida e ponto de chegada de qualquer compreensão social que se pretenda emancipatória em sentido marxista. É no trabalho assalariado que está o essencial do modo de produção capitalista, será no trabalho associado que uma nova formação social poderá surgir. O jornalismo assim não deve ser parte da questão de presença na superação da lógica do capital mas sim postulado sua relevância para a ampliação do campo de possibilidades posto ainda no capitalismo.

Essa forma de conhecimento que postula Adelmo Genro Filho para o jornalismo abre espaço para um duplo aspecto revolucionário:

[...] 1) a possibilidade da crítica radical sobre essa manipulação que se exteriorizou; 2) e o caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade de conhecimento; por mais que ela pressuponha e direcione um determinado ponto de vista político, ideológico, moral e filosófico, o singular convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentido e valores. A essência, de qualquer modo, não é oferecida como uma substância pronta, ela admite uma certa pluralidade de desdobramentos de parte da subjetividade. (FILHO, 1987, p.134).

Para Genro Filho o jornalismo é capaz de assim como a arte projetar possibilidades. Ele defende que de pontos diferentes. A arte a partir do particular e o jornalismo informativo a partir do singular. Ambos em relação a dada realidade, a totalidade concreta projeta um certo processo de tomada de consciência: “A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que ela tende a projetar” (p.140). Na construção de Genro Filho temos uma relação mecânica entre particular, singular e universal. Algo que o cerne de seu pensamento sobre o conhecimento jornalístico. O que nos parece essencial na verdade ele apenas tangencia: uma posição sobre a

finalidade do conhecimento jornalístico, seu local apropriado de produção em convergência com o desenvolvimento tecnológico, sua umbilical relação com a práxis em sentido marxista, ou seja, a prática orientada para a emancipação humana e sua relação com a liberdade em perspectiva também marxista, ou seja, a ampliação do campo de possibilidades posto a partir da elevação da consciência com o desvelar da realidade. Vejamos o exemplo do lead:

O lead permite que através da natureza lógica e abstrata da linguagem, constituída pela generalidade intrínseca dos conceitos, seja retomado o percurso que vai do abstrato ao concreto, não pela via da ciência, mas pela reprodução do real como singular-significativo. O real aparece, então, não por meio da teoria, que vai apanhar o concreto pela sua reprodução lógica, mas *recomposto* pela abstração e pelas técnicas adequadas numa cristalização singular e fenomênica plena de significação, para então ser percebido como experiência vivida. (FILHO, 1987, p.140).

Cabe ao jornalista não apenas a produção do conteúdo noticioso da melhor qualidade possível mas também a ocupação estratégica dos postos nas redações do ‘moderno jornalismo burguês’. Ele defende essa postura para pontuar uma defesa da essência do jornalismo ligado ao que já dissemos: a ampliação do campo de possibilidades ao produzir um conhecimento da realidade cotidiana sempre em diálogo com certa totalidade social e seu potencial de reverberar para além da própria notícia, ou seja, se transformar em combustível de ação social pela emancipação humana.

Esse tipo de conteúdo informativo Filho contrapõe, como já demonstramos anteriormente, a visão de um jornalismo de agitação e propaganda, ligado a luta puramente ideológica. Filho avança para uma defesa do jornalismo para além do capitalismo o que nos parece, como também já afirmamos uma queda teleológica que mais atrapalha que contribui para o devido local do jornalismo noticioso na sociedade de classes que é existente em nosso tempo.

Voltando ao aspecto acertado da reflexão de Filho temos a compreensão de que não será apenas na batalha das ideias que se dará a verdadeira questão mais sim na tomada dos meios de produção. Se o autor dialoga aqui com certo reformismo ao aceitar uma improvável ação por dentro das redações burguesas como parte dessa luta sem pontuar os limites postos diante da relação patrão-empregado, ou seja, basta ver os demitidos nas diversas crises do jornalismo.

Um exemplo recente foi a greve dos jornalistas de Alagoas que paralisou a categoria em 2019. Ao final da greve não apenas a categoria não conseguir o ganho salarial que pretendia como boa parte dos grevista foi demitido. Outro exemplo alagoano foi a tomada pelos trabalhadores do atual jornal Tribuna Independente. Quando o antigo dono pretendeu fechar o jornal os trabalhadores montaram uma cooperativa e tomaram a administração do veículo que é hoje o único jornal diário do Estado.

Veja, aqui, por óbvio, não estamos falando de soluções finais. O jornal citado segue imerso nas contradições postas pela lógica de mercado para sobreviver. A tomada pura e simples de uma redação não fará o salto em direção a emancipação tendo em vista que essa é fruto da luta concreta da classe trabalhadora.

[...] é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que existe a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo moderno, que não seja meramente propagandístico ou formalmente opinativo. Isto é, reconhecer a possibilidade e a necessidade de um jornalismo informativo com outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos. Em segundo lugar, é preciso saber fazê-lo, sendo que, para tanto, antes de mais nada é imprescindível compreendê-lo do ponto de vista teórico. (FILHO, 1987, p.143).

A contradição inerente a sociedade não escapa ao jornalismo noticioso. Por isso a abertura de um campo de possibilidades posto pelo conhecimento novo da realidade factual não garante que levará a superação do estado atual das coisas. O que não nos impede de em acordo com Filho projetar um jornalismo informativo que sirva a emancipação humana no duplo aspecto defendido pelo autor: “[...] jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes.” (FILHO, 1987, p.173). Desse duplo aspecto se sobressai a decisiva tomada dos meios de produção. Não em um sentido abstrato mas levando em consideração os sujeitos capacitados para a execução de tão complexo processo.

Em nossos dias o projeto ‘utópico’ é o Estado (burguês) regulamentar as big techs. Não aparece em nenhum lugar da nossa imaginação política a razoável posição da tomada dos meios de produção pelos trabalhadores ou, imaginemos, a completa reorganização tecnológica no campo da comunicação digital orientada não para a

violência e o ódio contra minorias mais sim pela colaboração e disseminação de cultura. Imagine em nosso tempo a possibilidade posta por Filho quando trata desses problemas e sua solução: “uma dupla relação de forças: a luta política interna na redação e a luta mais ampla - e fundamental - pela influência e o controle sobre os meios de comunicação”. (FILHO, 1987, p. 173). Já não se fala mais em controle dos meios de comunicação mas apenas em regulação. E mesmo essa posição tão recuada é ainda minoritária.

Assim o jornalismo informativo possui uma capacidade não apenas de ampliar a compreensão crítica de dada sociedade no sentido da emancipação humana especialmente uma capacidade, aqui em diálogo com a Educação em sentido amplo, de produzir processos de ‘desalienação’ naquele sentido da defendido de ampliação do campo de possibilidades. “Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social.”(FILHO, 1987, p.179).

Como tem por finalidade expressar a imediatez factual de dado ponto da realidade a realidade o jornalismo também expressará as contradições do modo de produção existente. Nas palavras de Filho “[...] enquanto se aprofundam as contradições do capitalismo, o jornalismo tende a refletir espontaneamente aspectos críticos da própria objetividade que reproduz.” (FILHO, 1987, p.180). Não por acaso o controle da informação se dá no capitalismo avançado não pela supressão de informações mais sim pela proliferação de todo tipo de informação. O controle não se deu como pensou Filho: “[...] a solução é o controle mais estrito e ideologicamente mais cuidadoso dos meios de comunicação e das informações elaboradas.” (op. cit. p.180). Por outro lado o autor parecia antecipar um movimento que temos como regra em nossos dias:

[...] o caráter objetivo das contradições que se avolumam no capitalismo, lança sementes de crise na própria objetividade burguesa [...] aliás, a utilização da informática, cada vez mais intensa, amplia essas possibilidades de controle e hierarquização do processo informativo. (FILHO, 1987, p.180)

O jornalismo informativo não escapa de certas premissas do bom jornalismo. Deve buscar “[...] ao mesmo tempo obter o máximo de informação em menor espaço, através de um estilo conciso, claro e preciso.” (FILHO, 1987, p.181). Como bem nos lembra Filho, essas exigências não são exclusivas do jornalismo

informativo. “[...] a concisão, a clareza e a precisão são importantes em muitas outras formas de comunicação.” (op. cit. p.181).

O jornalismo demonstra a realidade pelo motivo já visto antes quando tratamos da questão do conhecimento de que a realidade não se oferece imediatamente, não existe uma relação de identidade entre a aparência e a essência. A captura desse movimento é uma das tarefas da apropriação da realidade que tenha no marxismo sua vertente teórica. Teremos então que “[...] é no processo do conhecimento que a realidade vai sendo integrada, já que ela se mostra primeiro como caos, como algo desconhecido e imprevisível” (op. cit. p.211). Assim o jornalismo informativo estará sempre em relação dialética com a totalidade social. Nesse sentido o desvelamento da realidade posta pelo melhor jornalismo informativo só poderá surtir efeito transformador (lembrando que esse não é seu objetivo) caso em acordo com as posições que estão para além do próprio conteúdo informativo. “Na sociedade, a notícia, assim como a percepção individual de um fenômeno singular, vai se inserir em determinadas cosmovisões pré-existentes. Há, como sabemos, uma cosmovisão dominante. Mas ela não é destituída de contradições.” (op. cit. p.212). E segue o jornalista:

[...] de um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas *na perspectiva* de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária. (op. cit. p.212).

Não se pode negar que o melhor jornalismo informativo contribui com um grande instrumental para a compreensão das contradições do capitalismo. Filho identificará isso como parte da produção do novo: “[...] a abordagem jornalística tende a apanhar a realidade pelo movimento e este como produção do novo. Contra essa potencialidade da abordagem jornalística, procurando neutralizá-la e submetê-la, volta-se a ideologia burguesa, patrocinando formas cada vez mais intensas e sofisticadas de controle e manipulação do processo informativo.” (op. cit. p.212). Nada mais atual.

Assim nessa possibilidade aberta pelo conteúdo noticioso produzido pelo jornalismo abre, na apreensão de Filho uma possibilidade de elevação da consciência. O autor enumera alguns pontos que podem contribuir para tal questão:

[...] a) A participação mais ou menos consciente na luta de classes possibilita identificar os interesses em jogo, bem como a origem dos

discursos e das diversas abordagens da realidade; b) Através da diversidade ou pluralidade que sempre existe, pelo menos minimamente, é possível confrontar e comparar as abordagens dos meios para que revelem os sujeitos políticos e sociais que estão por trás da suposta imparcialidade. Assinale-se que essa diversidade é, em certa medida, criada conscientemente pelos setores anti-burgueses ou de oposição ao *status quo*, seja através de veículos sob o controle desses segmentos ou das informações que "passam" nos meios de propriedade burguesa; c) Na explicitação editorial dos próprios veículos, mesmo que procurem demonstrar que suas opiniões em nada alteram os "fatos imparcialmente relatados", surge a possibilidade do público relacionar aquelas posições abertas com o enfoque velado que preside as demais matérias; d) Finalmente, pela criação de uma consciência política e teórica de que a informação jornalística não é nem puramente objetiva, nem imparcial ou neutra. (op. cit. p. 215).

Para compreendermos o jornalismo informativo levando em consideração esses pontos significa entender qual a correta posição do conteúdo produzido nesse aspecto. A posição sujeito-objeto é decisiva nesse sentido, assim como ter como parte da análise a possibilidade da emancipação humana, ou nas palavras de Filho (1987, p. 217): “[...] exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária.” Aqui nos parece um acerto: o jornalismo não vai fazer nenhuma revolução. O sujeito ‘bem informado também não. O que temos é apenas a abertura de um campo de possibilidades. Onde dará isso apenas o processo histórico dirá. Nos cabendo apenas agir corretamente no momento histórico.

Para que se possa compreender as potencialidades que são liberadas pelo jornalismo, as carências que ele vem suprir no processo histórico global, é preciso perceber que está em jogo uma nova dimensão do relacionamento entre o indivíduo e o gênero humano. Uma dimensão que foi inaugurada pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, mas equacionada segundo os interesses particulares da classe dominante. Assim, sob a capa da ideologia e da manipulação que ela procura imprimir ao processo, surge uma modalidade de conhecimento - uma forma de conhecimento e uma estrutura de comunicação -, que deve ser compreendida e recuperada na perspectiva revolucionária e no sentido humanizador. (FILHO, 1987, p.219).

O projeto de sociedade defendido por Genro Filho não pode ser minimizado frente a sua compreensão de jornalismo. É advogando pela superação da sociedade do capital que o jornalista gaúcho reflete sobre a essência do jornalismo. Mesmo que parte de sua compreensão pareça equivocada para nossos dias não é na sua radical

compreensão da possibilidade comunista que isso se encontra. Em diálogo com a defesa de uma vida humana plena de sentido ou “[...] para tornar-se uma ‘pessoa’, na acepção dada por Lukacs o homem precisa viver amplamente.” (FILHO, p.221). Isso porque “A realização do comunismo, portanto, não pode ser pensada sem o pleno desenvolvimento dessa forma social de apropriação da realidade a que chamamos jornalismo informativo.” (op. cit. p.221).

Assim a relação jornalismo e possibilidade de emancipação humana encontra em Filho um lugar central. Não se trata de lidar com a prática do jornalismo para melhorar as condições de trabalho ou da prática jornalística como parte essencial da construção da cidadania e da democracia (burguesas). Ou da crítica ao jornalismo como parte de uma estrutura ideológica que leva a alienação e a manipulação. Estamos falando do jornalismo capaz de mexer com as placas tectônicas do mundo e fazê-lo mover-se para um lado ou para outro a depender da sua articulação com o nível de consciência da classe trabalhadora de determinado período.

[...] cada fato tomado em sua singularidade e particularidade expressa a realidade em, pelo menos, três níveis: 1) As possibilidades concretas encarnadas pela totalidade histórico-social na qual o fato está inserido. E uma escolha necessária entre os valores de tais possibilidades. 2) A tendência específica da particularidade que este fato expressa de modo predominante. 3) A contradição que, necessariamente, ele contém dentro de si, ainda que expresse uma tendência dominante da particularidade e seja reproduzido conforme uma escolha ao nível da totalidade. (FILHO, 1987, p. 150).

No nível um pode-se dizer que existe mais de uma possibilidade quando se observa o futuro. Essa compreensão ultrapassa uma percepção teleológica que fecha o campo de possibilidades e de imaginação política apenas a vitória do capitalismo. Nos outros dois pontos temos uma apreensão que deve levar em consideração indutiva.

Voltando a compreensão de Filho para sua teoria do jornalismo ele vai se debruçar nos textos introdutórios da estética de Lukács. “[...] o que nos interessa, acima de tudo, na teoria lukacsiana da arte, é a transposição das categorias utilizadas para a elaboração de uma teoria do jornalismo.” (FILHO, 1987, p.159). Assim o jornalista gaúcho pega emprestado os conceitos de singular, particular e universal. Dando ao último o lugar da cientificidade, do particular o lugar da arte e do singular para o jornalismo. “[...] Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do

pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de modalidades históricas do conhecimento.” (op. cit. p. 160).

Para identificar o conhecimento jornalístico como ativo em uma posição diferente do conhecimento científico temos a reafirmação de Filho da posição de tal conhecimento ligado a um singular. “[...] a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade.” (FILHO, 1987, p.160).

Para Filho essas categorias fornecem as bases para uma teoria do jornalismo. “É nessa direção que pode ser formulada uma fecunda teoria marxista do jornalismo, capaz de dar conta dos diversos aspectos implicados no fenômeno.” (FILHO, 1987, p.162). Porém para uma compreensão correta nesses termos “[...] é preciso estabelecer as relações desse conceito com os demais que a ele estão indissoluvelmente ligados” (FILHO, 1987, p.162).

Isso significa que o singular, o particular e o universal possuem uma relação dialética. Porém o autor não desenvolve esse ponto para chegar até questões centrais da teoria lukacsiana como autonomia relativa e dependência absoluta além de uma investigação mais profunda entre o conhecimento jornalístico e a centralidade do trabalho. Muito disso porque, como já dissemos, não é na Ontologia do Ser Social que Filho buscará as bases lukacsianas de sua reflexão. Por isso mesmo tentando fugir de uma relação mecânica o autor sempre volta a ela como na passagem “o particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva.” (FILHO, 1987, p.162).

Aquilo que Genro Filho chama mecanicamente de articulação entre singular, particular e universal nos parece mais correto enxergar enquanto abertura para a ampliação do campo de possibilidades posta pelo conhecimento novo da realidade factual. “Como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história.” (FILHO, 1987, p.163).

Quando foge do mecanicismo Filho nos presenteia com uma definição primorosa que nos parece resistir ao tempo:

[...] a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo. São os fatos jornalísticos, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir "seus fatos". Sabemos que os fatos não existem

previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. (FILHO, 1987, p. 186).

Genro Filho irá pontuar 5 questões para pensar o jornalismo em perspectiva marxista: primeiro a constatação de que a realidade social é uma totalidade concreta e que a centralidade do trabalho entre outras coisas dialoga com a ampliação do campo de possibilidades na vida material. Pela transformação do mundo nos transformamos; Depois a compreensão dialética acerca do conhecimento deve nos levar a não cometer erros tais quais impossibilidade de conhecer o todo mas sim a busca da essência dos fenômenos; O terceiro ponto deixaremos nas palavras de Genro Filho. Voltamos depois para comentar esse ponto e seguir com os dois apontamentos restantes: É uma longa citação mas no parece essencial para os pontos que iremos desenvolver a seguir:

[...] o conhecimento "científico" da sociedade contém, intrinsecamente, a subjetividade como dimensão inseparável do objeto e da teoria que busca apreendê-lo. Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, pois ele se configura solidário com certas possibilidades do real e adversário de outras. Se o conhecimento das ciências naturais tende a expressar a objetividade, embora jamais consiga ser exaustivo, o conhecimento da sociedade converge para o momento de mútua criação entre a objetividade e a subjetividade, tendo a *práxis* como seu verdadeiro critério. Pelo conhecimento da *práxis*, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades; (FILHO, 1987, p.187).

Não iremos aqui nos alongar sobre as questões acerca do conhecimento. Entendemos já ter lidado com essa série de problemas no capítulo onde tratamos da prioridade ontológica e gnosiológica. Apenas iremos ressaltar que ainda temos aqui tal qual em Tonet (2016) uma visão otimista das ciências naturais na verificação de certa neutralidade desta. Se caminhamos para o fim da humanidade com uma crise climática que é praticamente consenso em toda comunidade científica é também porque as ciências naturais foram incapazes de produzir soluções. Isso porque tais ciências via de regra trabalham para a administração de nossas vidas, para o lucro dos bilionários e não para a emancipação humana. Está na hora de superarmos a visão de dualidade da ciência moderna onde por um lado ela produz riqueza e desenvolvimento humano e por outro é incapaz de solucionar problemas teoricamente simples.

A divisão entre ciência humana e natural só faz sentido na prática cotidiana de cada pesquisador. Mas ao reverberar esses conhecimentos no mundo real o aprisionamento desses saberes a lógica do capital vai produzir na melhor das hipóteses a colonização do espaço por homens, brancos e bilionários. Já no pior dos cenários nossa extinção vem cada vez mais perto e a classe dominante não perde a oportunidade de ser cínica³⁵. É preciso refundar a ciência em outras bases e nesse sentido o conhecimento da realidade factual do qual se nutre o jornalismo nos parece essencial.

Voltemos a Genro Filho. No quarto ponto ele dirá: “[...] o produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo” (1987, p.187). O ele aqui dito é o ser social. Em correto diálogo com as posições de Lukacs o jornalista põe as questões levando em consideração a objetividade concreta e as possibilidades postas a partir desta. O ser social “[...] não só escolhe o seu destino ao atuar objetivamente sobre o mundo, mas também transforma o mundo à medida que escolhe seu destino.” (op. cit. p.187). Como já pontuado essa escolha, esse lugar da liberdade em perspectiva marxista, se dá a partir de um campo de possibilidades que necessariamente está e acordo com as possibilidades materiais, o nível de consciência do sujeito. Isso tudo sem excluir o acaso, aqui compreendido como aquele momento que escapa da capacidade humana de antecipar processos.

E por último o fazer jornalístico:

[...] Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância. (op. cit. p.187)

A nosso ver Genro Filho nos apresenta pontos de reflexão essenciais para pensar a prática jornalística. Porém entendemos não ser o suficiente. No próximo capítulo tentaremos construir um diálogo entre as observações mais essenciais de Genro

³⁵ Uma demonstração do cinismo da classe dirigente e da relação umbilical entre ciência e crise climática está na realização da 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Uma ditadura monarquista que além de infringir direitos humanos de imigrantes, mulheres e homossexuais ainda produziu seus luxos com exploração de petróleo.

Filho e a construção de atividades educativas emancipatórias de Tonet (2016). Entendemos que assim como o professor dentro de um campo de possibilidades e autonomia relativa pode estar em acordo com o projeto de emancipação da classe trabalhadora o mesmo serve ao jornalista. Observando, por óbvio, suas especificidades.

4.3 JORNALISMO SISTÊMICO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Em editorial publicado em seu site um dos fundadores do ‘O Joio e o trigo’, site de notícias que cobre principalmente a indústria de alimentos, apresentou um interessante cenário que o jornalismo enfrenta em nossos dias. A fragmentação da vida, segundo ele causada pela racionalidade neoliberal (que é o termo da vez para capitalismo), leva a um jornalismo também fragmentado e incapaz de apresentar os problemas de fato mais relevantes do nosso tempo e pior: não se vê uma articulação entre os diversos problemas. É como se cada contradição do capitalismo fosse um ‘desvio’ isolado do sistema e não parte de uma totalidade (aqui o uso é nosso já que somos devedor da tradição marxista). É assustador que empresas tenham um valor de mercado maior que o PIB (**Produto Interno Bruto**) da maioria dos países. Menos de 3 mil pessoas concentram uma riqueza estimada em mais de 13 trilhões de dólares. Para se ter uma ideia o PIB do Brasil em 2022 foi de 9,9 trilhões de reais. Como proposta de reflexão para um jornalismo apropriado para cobrir as questões decisivas no século XXI, Perez (2023) propõe um jornalismo sistêmico.

O jornalismo precisa ser sistêmico. Ou seja, deve buscar compreender o sistema capitalista no qual está inserido. O jornalismo sistêmico (ou estrutural) busca as conexões entre os vários elementos que conformam o sistema: economia, política, ambiente, cultura, sociedade. Trabalha para explicitar as interdependências entre todos esses elementos. Concentra-se em entender as causas profundas dos problemas, e não apenas as consequências ou as explicações superficiais.

Algo nesse sentido nos disse Tonet (2016) quando tratou da Educação e do papel do professor. Em uma visão polêmica sobre os limites e possibilidades da atuação em sala de aula e enquanto sujeito político inserido nesses espaços, o marxista brasileiro defendeu a impossibilidade da educação escolar ter um caráter emancipador. Porém ela poderia oferecer atividades emancipatórias. Seriam elas:

1)Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2)Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3)Conhecimento da natureza específica da educação; 4)Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5)Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores. (TONET, 2016, p.141).

Nos dirá Tonet (2016) que existe um limite posto nessa posição do professor. Não será ele o agente da transformação radical da sociedade e seu correto trabalho obedecendo essas circunstâncias pode não surtir o efeito no todo da sociedade de classes, pode não alterar em muito a dinâmica social, mas é o que se apresente enquanto possível nesse sentido. Tonet está interessado não apenas em dar ao conjunto da classe ligada ao trabalho da educação escolar uma explicação marxiana, mas também defender a tese da centralidade da luta dos trabalhadores e operariado enquanto sujeito da possibilidade de transformação radical da sociedade. A tese de que não é o professor o sujeito da revolução poderia levar a uma interpretação imobilista. É nesse sentido que Tonet nos apresente as possibilidades de atuação do professor levando esse cenário em consideração.

Já Perez (2023) quando apresenta suas questões sobre a possibilidade de um jornalismo sistêmico nos coloca quais seriam seus pontos fundamentais:

O que eu estou cobrindo é realmente relevante? É relevante para quem? Será que eu estou olhando para o problema como um todo, ou para uma fatia do problema? O que estou investigando ajuda a entender as estruturas do problema? Será que eu cheguei ao teto, ou seja, expus a camada de poder onde realmente se tomam as decisões? Estou atrás dessa história por audiência ou por interesse público?

Tanto em Tonet (2016) quanto em Perez (2023) temos a exigência para uma correta posição das funções sociais de jornalista e professor a compreensão de que vivemos no capitalismo, uma sociedade dividida em classes e todas as contradições que se seguem dessa questão essencial. Se temos similaridades nos pontos de partida e cada uma das atividades exige certas especificidades, o mesmo não se pode dizer do ponto de chegada. Para Tonet a revolução comunista e a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora autoconsciente de seu papel histórico é algo decisivo.

Já Perez não apresenta um projeto de fundo. Apenas está interessado na defesa do jornalismo enquanto prática crítica e em certo sentido vigilante da sociedade

burguesa. Mesmo oferecendo um diagnóstico correto, de que nossos problemas estão em última análise ligados ao modo de produção que vivemos as possibilidades de superá-lo fica em um campo da abstração, das ‘utopias’. Quando volta ao chão a resposta é na melhor das hipóteses ligada a defesa da democracia burguesa e das instituições: “[...] a criminalização das instituições públicas é expressão dessa mesma expansão corporativa, em conflito cada vez mais constante e profundo com a democracia e seus mecanismos”. (PEREZ, 2023).

No século XX a circulação de ideias e informações passou por uma revolução que Marx não alcançou no século XIX. Com a invenção do rádio e depois da televisão o receptor das informações já não precisava ser alfabetizado, uma dificuldade enfrentada nos tempos do filósofo alemão³⁶. O rádio, por exemplo, foi decisivo no processo revolucionário cubano. As transmissões da rádio rebelde feitas por Che Guevara e Fidel Castro eram um meio decisivo de convencimento da população camponesa.³⁷ As transmissões da Rádio Rebelde não se caracterizam dentro do que aqui definimos enquanto jornalismo informativo. Estava dentro do campo da agitação e propaganda, para dar publicidade às necessidades da revolução e não com a exemplificação das contradições diárias e cotidianas.

No século XXI todas essas questões entram em outro patamar de complexidade. Das mudanças climáticas, passando pela queda dos regimes de tipo soviéticos e a percepção de que só existe o capitalismo, que ele sempre existiu e sempre existirá³⁸, até chegarmos ao mundo digitalizado onde plataformas de comunicação digital tomam conta de boa parte do nosso tempo livre. Os problemas ambientais e do mundo digital em tempos de vitória do capitalismo segue oferecendo apenas a resposta por dentro do sistema: regulação, leis, cidadania.

³⁶ Segundo Vicent (2014) a taxa de analfabetismo na Prússia era inferior a 10% durante todo o século XIX. Na Inglaterra era entre 30% e 40% e na França também entre 30% e 40%. Citamos esses países pois foram aqueles onde Marx residiu e consequentemente escreveu suas obras tanto científicas quanto jornalísticas.

³⁷ Uma boa matéria sobre a importância da Rádio Rebelde para a revolução cubana: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/26/a-voz-como-arma-revolucionaria-violeta-casal-e-a-radio-rebelde>. Acessada em 15/05/2023

³⁸ Famosa entre os círculos de esquerda ficou a frase ‘é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo’ presente no livro ‘Realismo Capitalista’ de Mark Fisher. Frase originalmente atribuída a Fredric Jameson. Em Fisher a questão aparece como crítica ao cinema estadunidense que em certo momento tinha na ação de catástrofe uma de suas fontes de bilheteria. Se estivesse vivo hoje, Fisher tirou a própria vida em 2017, talvez ele dissesse ‘é mais fácil imaginar um multiverso capitalista que o fim do capitalismo’, tendo em vista que Hollywood o tema dos múltiplos universos estão presentes seja nos filmes *blockbuster* ou no ganhador do Oscar de 2023 ‘Tudo em todo lugar ao mesmo tempo’ onde a protagonista viaja por vários universos e todos eles a estrutura do capitalismo se faz presente.

Passamos em dois séculos da necessidade de educar o trabalhador para que ele pudesse ler tanto as notícias quanto os trabalhos de agitação e propaganda do movimento comunista até as obras científicas a serviço da classe trabalhadora para uma enxurrada de informações impossíveis de acompanhar, o fim da relação emissor-receptor já que todos possuem os aparelhos que possibilitam informar e ser informado. E os meios de transmissão de tudo isso concentrado nas mãos de uns poucos homens brancos. É nesse complexo de coisas que nos parece que o jornalismo ainda tem lugar e vez. No editorial citado, Perez (2023) nos parece acertar quando diz que “Resgatar e valorizar um olhar amplo sobre os problemas do nosso século é fundamental não apenas para o jornalismo, como para mover as agendas políticas, econômicas, sociais e ambientais necessárias para esse tempo histórico”.

Nem o jornalista, nem o professor serão os protagonistas da possibilidade de transformação radical da sociedade. Porém podem e devem exercer um papel que contribua para que a classe trabalhadora “[...] tenha acesso ao que há de mais elevado no patrimônio acumulado pela humanidade.” (TONET, 2016, p.147). Assim um jornalista com olhar sistêmico e orientado para a emancipação humana precisa se diferenciar do jornalismo fragmentado, postura comum no mundo individualista que se apresenta no capitalismo de nossos dias. Ele precisa ser capaz de se orientar não apenas pela particularidade, pelo singular, como diria Genro Filho, mas sim nessa articulação complexa com o todo. Não que a crítica do capitalismo precise estar em todas as matérias. Quando trata da questão do professor, Tonet nos oferece vários momentos que também serve aos jornalistas:

Não basta, à classe trabalhadora, ter acesso aos conteúdos tradicionais. A classe trabalhadora tem necessidade de um conhecimento de caráter revolucionário, isto é, de um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que ela se veja como sujeito capaz de transformar radicalmente o mundo. Portanto, de um conhecimento que esteja, pela sua própria configuração, intimamente articulado com a transformação radical do mundo. (TONET, 2016, p.148).

O que Tonet chama de ‘conhecimento de caráter revolucionário’ nos parece em acordo com o que Peres nos dirá que é o jornalismo sistêmico em última análise. Por óbvio Tonet não estava falando de jornalismo e conteúdo noticioso mas sim do amplo conteúdo produzido pela humanidade mas desse não podemos excluir o conteúdo

noticioso, como já dissemos, o que está a finalidade do trabalho jornalístico, em sua essência.

Não basta ao jornalismo se intitular sistêmico se não estiver a serviço da emancipação humana. E aqui essa questão não se coloca enquanto uma subjetividade posta. Estamos falando das consequências reais da divulgação de certos fatos ao invés de outros. Essa tomada de decisão, consciente ou não, altera as relações de poder, mexe com as estruturas do sistema e pode oferecer as classes em luta ampliar ou diminuir suas possibilidades de vitória na luta de classes. Quanto mais a classe trabalhadora e seus aliados, que podem ser professores e jornalistas como tratamos aqui, tiverem acesso as contradições do capitalismo maior a possibilidade de conscientemente classe em luta se colocar em sua tarefa histórica: a superação da sociedade de classes. “As pessoas sentem raiva. Sentem que estão empobrecendo. Que não têm oportunidades. Que a vida não vale a pena. Mas não é fácil explicar os porquês. O papel do jornalismo sistêmico é explicitar esse processo”. (PEREZ, 2023).

O jornalismo factual e informativo trabalhará no sentido da emancipação humana não necessariamente se for didático sobre o capitalismo e suas mazelas. Mas sim, se deixar evidente que aquela apreensão como resultado de um processo histórico. Organizar de tal maneira a exposição dos fatos que fique evidente que ele se relaciona com uma série de outros problemas e assuntos. O uso das fontes, as entrevistas e demais recursos jornalísticos não devem ser menosprezados ou subalternizados em função da crítica do sistema. Mas sem a orientação correta esses recursos terão um sentido vazio.

Aqui o editorial de Perez (2023) nos indica um ponto central para nossos tempos: “Deveríamos ter tantos jornalistas investigando iFood, Amaggi, Carrefour e Volkswagen quanto jornalistas investigando Arthur Lira, Rodrigo Pacheco e o clã Bolsonaro.” A pista levantada aqui é de se a crítica radical a lógica do capital se faz nos espaços de produção e reprodução da vida material então porque é o sujeito da política o alvo recorrente de investigação jornalística e não o burguês? Como desvelar a lógica do capital se cotidianamente não formos capazes de mostrar o quanto nossa classe dominante é cruel e imoral? Porque durante o escândalo da Lava Jato trabalhadores da Petrobras não eram ouvidos e sim apenas acionistas?

A realidade factual é parte do processo de construção da totalidade social. Nesse sentido é impossível abrir mão do instrumental que o jornalismo nos oferece. Como já dissemos é o jornalismo que nos apresente dia após dia fatos da realidade que

nos deixam evidente que esse modo de produção é irracional e trabalha para a exploração da humanidade e não para sua emancipação.

Não se trata de esquecer a série de dificuldades para produzir conteúdo noticioso de qualidade em nossos dias. Assim como de ter acesso a ele em meio a tanta oferta de conteúdo midiático. Hoje todos *nós* dizemos bem informados porque notícias de todo tipo chegam até nós via grupos de Whatsapp ou postagens no Instagram. A checagem da informação, tarefa essencial da prática jornalística, não se verifica nesse emaranhado de postagens e publicações.

Fazer jornalismo sistêmico no século da fragmentação impõe óbvios limites. Textos longos têm menos chance de chamar a atenção das pessoas, e por vezes representam uma limitação em termos de audiência. A própria estrutura de distribuição de conteúdo cria um imenso desafio. As redes sociais afunilaram o espaço para o diálogo – de certa forma, capturaram a internet. Convidam ao imediatismo, à fragmentação, ao isolamento. (PEREZ, 2023).

Nesse sentido o campo real de ação para um jornalismo sistêmico orientado para a emancipação humana é estreito. Além da série de problemas levantados acima o que temos também é uma hegemonia por parte dos profissionais do jornalismo de uma visão conservadora, reacionária, liberal e reformista - esse último no qual se enquadra o autor do artigo que defende a posição do jornalismo sistêmico. Basta abrir os principais jornais e observar os assuntos que tem prioridade. Ter os programas de televisão da hora do almoço *para* observar que o pobre, preto e periférico é tratado como o vilão de nosso tempo por roubar um celular ou portar algumas gramas de maconha.

A visão hegemônica em defesa do estado de coisas como está ou na melhor das alternativas advogando por melhoras pontuais é parte do problema. Por outro lado, mesmo os melhores jornalistas e veículos, de informação de nosso tempo passam por uma crise financeira. Esse é o outro lado da moeda. Demissões em massa, precarização nas relações de trabalho e uma enorme dificuldade em conseguir fontes de financiamento que deixem saudável a vida financeira de veículos independentes. Veículos como o próprio ‘O joio e o trigo’ possuem parcerias com Organizações não Governamentais ligadas a direitos humanos. Boa parte delas de grupos europeus ou estadunidenses. Além de campanha de financiamento de assinantes e o mais temerário: editais abertos por *Big Techs*.

Com certa frequência Facebook e Google lançam editais para matérias jornalísticas em especial como temas ligados aos direitos humanos e desertos de notícias³⁹. Impossível nesse cenário onde essas empresas são parte central do estado de coisas que seus interesses sejam deixados de lado. Como investigar essas empresas se o dinheiro e a orientação para as matérias nadam para outro lado? A resposta é simples: não se investiga. No mesmo editorial podemos ver o limite da imaginação política: “O jornalismo tem sido enfraquecido constantemente por essa estrutura. Abandonar as redes sociais não parece viável num horizonte de curto prazo.” (PEREZ, 2023).

Se não podemos abandonar as redes sociais somos prisioneiros delas. Elas que decidem o alcance de nossas matérias já que toda a distribuição é feita por elas via um sistema algorítmico do qual não fazemos ideia de como funciona. Aqui se vê mais um problema: como fazer o conteúdo noticioso orientado para a emancipação humana chegar até a classe trabalhadora? A resposta de Perez (2023) é um sintoma dos nossos tempos.

Ao mesmo tempo, reconhecendo a capacidade limitada de o jornalismo em profundidade dialogar com setores amplos da população, é importante imaginar um horizonte de distribuição e debate que envolva outras organizações da sociedade. Em resumo, se queremos superar as distopias, precisamos, enquanto jornalistas, renaturalizar as utopias. Elas não são motivo para vergonha: são o caminho necessário.

Assim as soluções são utópicas e não baseadas na análise concreta da realidade posta a partir de possibilidades reais de emancipação. O horizonte de um novo tipo de distribuição noticioso não precisa ser pensado nesse nível de abstração. A tradição marxista já ofereceu a resposta para essa série de problemas. Apenas com a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora essa série de problemas poderão ser resolvidos em sua completude. Celulares, computadores e televisores de última geração são feitos pela classe trabalhadora. Toda conexão que liga nossa internet via cabos submarinos até os gigantes computadores no Vale do Silício, onde eles armazenam nossas informações e vendem para a inteligência estadunidense. Toda ela é fruto do trabalho humano então é devedora da classe trabalhadora. O lítio boliviano⁴⁰ só pode ser retirado para produzir baterias a partir do trabalho.

³⁹ Desertos de notícias são lugares onde não existem veículos locais de imprensa

⁴⁰ Não atoa um dos homens mais ricos do nosso tempo defendeu golpe na Bolívia para garantir o acesso de suas empresas ao lítio: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem->

Por isso entendemos que a defesa de um jornalismo sistêmico deve se unir a uma visão emancipatória no sentido defendido por Tonet (2016) quanto as atividades educativas emancipatórias:

Em primeiro lugar, são atividades que contribuem para que as pessoas compreendam o processo histórico, desde as suas origens e fundamentos até os dias atuais, de modo a que entendam que a realidade social é radicalmente histórica e social, isto é, que ela resulta apenas da atividade humana e não de potências divinas ou naturais. Um sólido compromisso com a emancipação humana supõe a convicção, racionalmente fundada, de que a história é feita exclusiva e integralmente pelos homens. Daí porque o estudo da história, não como disciplina especializada, mas como compreensão articulada dos vários aspectos – econômicos, políticos, sociais, ideológicos, culturais – do que realmente aconteceu ao longo do processo histórico é de capital importância. Por sua vez, esta compreensão, para ser o mais elevada possível, deveria estar embasada no patamar cognitivo também mais elevado à disposição da humanidade hoje [...]. (TONET, 2016, p.150)

Nos parece que a atividade jornalística também pode ser pensada nesses termos. Como já apresentado antes para superar a fragmentação reinante em nosso tempo é preciso uma visão histórica dos processos que serão noticiados para que possamos não apenas compreendê-los e informá-los levando em consideração seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais mais especialmente os ideológicos, ou seja, a que classe serve aquelas informações⁴¹.

Em segundo lugar, são atividades educativas que permitem a compreensão da origem e da natureza da sociabilidade capitalista, da lógica da reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa, da alienação que a caracteriza, da natureza e das consequências da atual crise do capital e da possibilidade e da necessidade da total superação desta forma de sociabilidade. (TONET, 2016, p. 150 e 151).

Como podemos observar uma visão emancipatória supera aquela apenas crítica ou vaga de sentido de para onde orientar o resultado. Tonet aqui está falando de atividades educativas, mas nos parece que nesse sentido também o trabalho jornalístico informativo pode e deve trabalhar nesse sentido. Uma boa matéria não necessariamente irá lidar com todas essas questões. Por óbvio vai depender do tema abordado e do limite

quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia

⁴¹ O Nexo jornal acreditamos ser quem melhor articula esses vários aspectos quando oferece seu jornalismo de contexto: <https://www.nexojornal.com.br/>

de espaço onde o conteúdo será publicado. A morte de mais um jovem preto em uma periferia do país pode ser noticiado a partir das declarações de policiais que quase sempre transformam o jovem em traficante ou assassino ou ouvindo a comunidade e especialistas em segurança pública que exemplifique que o caso é sistêmico e fruto de uma sociedade que persegue pretos e pobres⁴².

Em terceiro lugar, também são atividades educativas que permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista. A correta compreensão, pelo menos em seus elementos fundamentais, do que será, se vier a existir, uma sociedade comunista, é de fundamental importância para evitar as idealizações e as imprecisões. [...] Assim como o capitalismo exige a internalização de ideias, valores e comportamentos adequados à sua reprodução, também a construção de uma sociedade comunista exige que as pessoas se convençam da superioridade desta forma de sociabilidade sobre a atual sociedade. Uma fundamentação sólida destas convicções tem que tomar como ponto de partida a categoria do trabalho e compreender como, a partir dela se originam todas as outras dimensões da vida social [...] a compreensão do processo histórico a partir do trabalho também permite entender que a realidade social é radicalmente histórica e social, isto é, integralmente produzida pelos próprios homens. Permite compreender, de modo especial que a natureza humana mais essencial também é produto dos próprios homens e não de forças naturais ou sobrenaturais. Donde se segue que a sociedade capitalista, juntamente com a natureza humana egoísta que ela produz, também é um resultado da atividade humana e não uma forma eterna de sociabilidade. Tudo isto permite compreender que a superação radical desta sociedade e a construção de uma sociedade comunista é possível, embora não inevitável. (TONET, 2016, p. 152 e 153).

Mais que uma defesa abstrata de ‘um outro mundo possível’ e denunciar as contradições do capitalismo, um jornalismo sistêmico orientado para a emancipação humana deve contar as histórias da perspectiva da classe trabalhadora. Deve defender em seus textos um outro modo de vida e suas brechas já presentes no capitalismo como organizações coletivas de trabalhadores, lutas salariais, experiências pelo mundo de lutas e vitórias de populações exploradas. Isso inclui dar mais visibilidade aos países que ainda no nosso tempo reivindicam o socialismo e dizem se orientar em direção ao comunismo⁴³.

Em quarto lugar, são atividades educativas que permitem compreender a natureza específica da educação, a função social que ela

⁴² O melhor trabalho nesse sentido feito no país é o da Ponte Jornalismo: <https://ponte.org/>

⁴³ Vela acompanhar o ótimo trabalho do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/>

cumprir, as suas possibilidades e os seus limites. Esta compreensão evitará tanto a supervalorização da educação, que se expressa, muitas vezes na afirmação de que ela é a responsável fundamental pelo progresso, quanto a desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária. Se considerarmos que, hoje, predominam, de um lado, concepções idealistas de educação, que lhe atribuem o papel de elemento fundamental no “desenvolvimento” da sociedade e, de outro lado, concepções que visam meramente adequar esta atividade aos interesses da reprodução do capital, veremos a enorme importância da correta compreensão da natureza específica da educação. (TONET, 2016, p.154)

Mais uma vez, o jornalista não é o sujeito da emancipação humana, não é o protagonista do momento revolucionário que poderá vir ou não. Porém também não se apresenta naturalmente como o inimigo de classe dos trabalhadores. Se hegemonicamente advogam pelo capitalismo nada mais é porque, parafraseando Marx “as ideias dominantes de um tempo são as ideias da classe dominante” (2007, pag.72). Assim a lógica do lucro, do cinismo, do extrativismo que vai destruir a possibilidade de vida humana na terra seguem com seus defensores. Apresentar outras alternativas é parte do trabalho do jornalismo sistêmico orientado para a emancipação humana. Vale ressaltar que aqui não se trata de propaganda. Mas sim de noticiar greves da perspectiva dos trabalhadores, que ocupações urbanas e rurais são locais de vida digna para famílias, etc⁴⁴.

E, por fim, todo esse conjunto de atividades contribuirá para que as pessoas possam se engajar na luta pela construção dessa nova sociedade, participando tanto das lutas específicas da dimensão educativa quanto das lutas mais gerais. De nada adiantaria uma teoria que permanecesse no puro espaço teórico. Contudo, a teoria marxiana se caracteriza exatamente por possibilitar um tipo de conhecimento que articula a crítica radical, isto é, uma compreensão dos fenômenos sociais que vai até a sua raiz, à transformação também radical, vale dizer, uma subversão da totalidade social a partir dos seus fundamentos. Outras teorias fazem críticas, muitas vezes de grande pertinência. No entanto, nenhuma outra teoria implica essa articulação insuprimível entre crítica radical e transformação radical. (TONET, 2016, p. 154).

Não é possível separar o sujeito profissional do sujeito político. Então por certo que se o jornalismo sistêmico orientado para a emancipação humana tem como finalidade ampliar o leque de possibilidades ao demonstrar as contradições cotidianas

⁴⁴ Além dessas questões outra bem importante é o olhar regional. Aqui indicamos o excelente Marco Zero: <https://marcozero.org/>

do capitalismo e ampliar as vozes dando espaço para a classe trabalhadora em luta contar suas histórias segue sendo a tradição marxista aquela a oferecer a resposta mais adequada para esses problemas. Se não cabe necessariamente ao conteúdo jornalístico explicitar diretamente de maneira mecânica a relação entre os problemas cotidianos e o capitalismo, cabe ao jornalista fazê-lo enquanto sujeito político, na sua vida cotidiana e também, quando possível em seu jornalismo. Desde que não esqueçamos: nosso lugar é de solidariedade de classe e não de protagonismo e a dica decisiva de Tonet: “Não existe receita para a sua realização porque cada situação é diferente da outra. Então, a criatividade, a iniciativa e a disposição, são elementos fundamentais”. (TONET, 2016, p.154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

. Já se vão quase 40 anos desde que Adelmo Genro Filho escreveu ‘O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo’ e que Gyorgy Lukács teve concluída sua obra ‘Para uma Ontologia do ser social’ se passou mais de meio século. O filósofo húngaro morreu em 1971. O jornalista gaúcho faleceu em 1988. Separados por um oceano ambos tinham interesses bem próximos: articular teoria e prática tendo como objetivo a revolução comunista. Lukács viveu seus últimos dias em seu país defendendo a possibilidade de democratização daquele regime de tipo soviético no que ele chamava de democracia da via cotidiana. Já Adelmo se juntava a seu irmão. Tarso Genro (que no futuro se tornaria Governador do Rio Grande do Sul) na luta pela volta da democracia ao país.

Mas já se vão tantos anos. Nenhum dos dois autores viu a queda do regime soviético e o sonho de boa parte dos comunistas voltar para o armário ou se contentar com as esmolas do reformismo. Adelmo e Lukács não presenciaram o debate do fim da história, da hegemonia estadunidense, das mudanças radicais nas relações de trabalho com o toyotismo. Nem a escrita filosófica do marxista húngaro nem a jornalística do repórter gaúcho puderam retratar a crise do capitalismo no início desse século.

Vivemos tempos onde duas crises gêmeas ameaçam nossa existência. De uma lado, uma crise climática causada pelo ser humano tornando a temperatura do

planeta cada dia mais alta, destruindo ecossistemas, causando inundações e secas como nunca antes. A consequência disso é uma crise migratória sem precedentes. De outro lado o capitalismo de plataforma universalizou o acesso à internet. Mas a que custo? Hoje somos todos prisioneiros das redes sociais. Somos apenas dados que as *Big Tech* se apropriam e vendem para grandes empresas e principalmente para o serviço secreto estadunidense. Basta lembrar que no auge da crise brasileira de 2013 nossa presidente estava sendo grampeada pelos Estados Unidos. Tudo isso a serviço do lucro de poucos bilionários.

Mas nem tudo é precipício. Movimentos ligados aos direitos de minorias tomaram protagonismo no debate público. Mulheres, negros, pessoas LGBTQIAP+, indígenas tem suas pautas cada dia mais presentes no cotidiano. Esses setores reivindicam seus autores e suas vivências como parte inseparável da luta social pela cidadania, por direitos no capitalismo. Alguns até falam em sua superação, mas de maneira tão abstrata que parece mais discurso que de verdade projeto concreto de superação da ordem do capital.

Além disso o fim do mundo soviético não levou junto o resto dos países que reivindicam o socialismo e que se denominam em transição ao comunismo. Parte dos lutadores sociais de nosso tempo olham para a China como um lugar onde o sonho segue vivo já que o país segue sendo comandado por um partido comunista. O socialismo com características chinesas, como eles dizem, seria o motivo do país ser uma potência econômica capaz de se contrapor aos Estados Unidos.

Diante de tamanho cenário de mudanças, porque esse trabalho se referencia em dois autores que não viveram nada disso? Como esses homens brancos, héteros, cis podem ter algo relevante a dizer? Como esse marxismo que não viu a China comandada por um partido comunista se tornar potência pode ser relevante? Nossa resposta só pode ser uma: enquanto houver luta de classes o marxismo será não só atual mas incontornável para a compreensão dos fenômenos sociais (tanto quanto os naturais e físicos).

Aqui não falamos de qualquer marxismo. Tal qual Lukács e Adorno, reivindicamos a radicalidade do marxismo ontológico. Radical no sentido de ir à raiz. Ontológico pois é a própria realidade, o objeto mesmo, que se põe enquanto central no processo de apreensão. Para essa tradição do pensamento marxista o método de investigação da realidade, dos complexos sociais, passa por levar em consideração que a realidade, tal qual os complexos sociais, é mutável. Porém nesse processo de mudança

algo permanece. É nessa dupla relação, entre mudança e permanência que Lukács, por exemplo, identificará que o trabalho é parte essencial do ser social. O que estamos dizendo junto com o filósofo húngaro é que desde o surgimento do *homo sapiens* até nosso mundo cibernético o ser social precisa transformar a natureza. As formas e os objetivos podem ser os mais variados de acordo com o modo de produção. Mas esse é um dado incontornável da humanidade.

Se a relação criativa e transformadora do ser social com a natureza é uma questão incontornável isso aparece na Ontologia de Lukács de maneira absurdamente genial. Isso porque a sacada do marxista húngaro está em ir sempre complexificando o objeto. Assim, com um uso magnífico da dialética ele nos explica que o trabalho só existe na materialidade ao menos ligado à outros dois complexos: a linguagem e a consciência. É essa tríade que em essência faz do ser social um tipo novo de ser. E aqui mais um traço de genialidade. Porque o ser social não é sinônimo de *homo sapiens*. Lukács não está dando dados puramente biológicos à questão. Todo ser capaz de transformar a natureza e a si mesmo em um processo coletivo e complexo é um ser social. Por hora só conhecemos a nossa espécie com essa capacidade.

As duas proposições imediatas dessa tríade (trabalho, linguagem e consciência) nos leva em primeira as observações mais elementares desse trabalho e que tem em Lukács vez na sua definição de posição teleológica secundária, os complexos ideológicos, onde encontramos desde os primórdios da humanidade a cumprir as tarefas de apreender e passar o aprendido. A apresentação não é esquemática, vai se complexificando para nos mostrar que todo esse processo de desenvolvimento do ser social é algo único e indefinido.

A separação teórica via abstração não é para colocar cronologia nesses complexos. O ponto não é sobre o que veio antes ou depois. Esse é um falso debate. O ponto, como marxista, é o futuro: só existirá emancipação quando a produção da vida material for orientada em tal sentido pelo coletivo dos seres sociais. Estamos falando aqui de como nos transformamos a natureza. Como um autor que leva essas questões as últimas consequências nesse nível podem ser dispensado nos dias de hoje? Como falar sobre crise climática radicalmente sem defender a centralidade do trabalho? Não nos parece uma hipótese razoável. Nos pareceu necessário apresentar esses percursos dos complexos essenciais para chegarmos às questões mais diretamente ligadas ao jornalismo noticioso.

O jornalista gaúcho Adelmo Genro Filho tentou a seu tempo e com o acesso as bases teóricas que existiam à época defender uma tese de um jornalismo marxista. Tentando fugir das visões positivistas, meramente críticas ou propagandistas, o autor reivindicou categorias apresentadas por Lukács em sua introdução a estética para defender que o jornalismo noticioso, diferente da ciência que tem por finalidade a totalidade (o universal) e a arte que tem sua essência ligada ao singular, tem no particular sua especificidade enquanto produtora de conhecimento.

Filho não teve acesso a Ontologia de Lukács onde a relação de complexos de complexos se apresentam de forma mais rica. Entendemos que por isso ele observa essas questões (singular, particular e universal) de forma, em certo sentido, mecânica. Porém mesmo com esse equívoco, a nosso ver, o jornalista nos ofereceu as bases, as pistas fundamentais para, junto com uma investigação que acreditamos ter feito a partir da Ontologia de Lukács, apresentar as bases de um jornalismo que aqui defendemos como sistêmico e orientado para a emancipação humana.

Sistêmico porque uma compreensão de que determinados fenômenos sociais não estão soltos no tempo e no espaço mas sim fazem parte de uma dinâmica de mundo que em nosso tempo é orientado para a reprodução do capital. Orientado para a emancipação humana porque a atividade jornalística por melhor e mais precisa que seja não terá o poder de decisão sobre a vida daqueles que essas informações chegarão, nem muito menos sua atividade o coloca enquanto protagonista da possibilidade de emancipação humana. Na melhor das hipóteses o jornalismo noticioso pode ampliar o campo de possibilidades. Sempre caberá a classe trabalhadora organizada e em luta decidir o que fazer depois disso.

Aqui jornalistas e professores se abraçam. Nossa atividade é como um sujeito perdido em uma ilha deserta com caneta, papel e uma garrafa. Escrevemos o pedido de socorro, mas não sabemos quem ou se alguém vai ler. Muito menos o que farão caso chegue em algum lugar. Mesmo assim, nosso dever é escrever. Obviamente que escolas e redações possuem estruturas diferentes e as atividades de jornalistas e professores tem mediações diferentes com a luta concreta da classe operária.

A tradição marxista que segue reivindicando a centralidade da classe operária como caráter ineliminável da possibilidade de emancipação humana precisa voltar a ocupar o centro do debate público em todas as esferas. Junto ao debate teórico propor formas de organização e exemplos de onde esses efeitos em maior ou menor grau estão sendo construídos. Ao propor atividades educativas emancipatórias o

professor Ivo Tonet aqueceu o debate sobre o lugar do professor na sociedade de classes e ajudou a formar gerações e gerações de lutadores que seguem produzindo teoricamente e militando à serviço da classe trabalhadora. Esperamos ter produzido um trabalho que siga pelo mesmo caminho. Dessa vez com professores e jornalistas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARCARI, Valério. As esquinas perigosas da História. São Paulo: Xamã, 2004.
- BOND, Frank Fraser. Introdução ao jornalismo: Uma análise do quarto poder em todas as suas formas. Agir editora. Rio de Janeiro. 1962.
- BORN, Stephan. Stephan Born. *In*: MCLELLAN, David (Org.). Karl Marx: Interviews and Recollections. Londres: Macmillan, 1981.
- BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.
- CARDET, Ricardo. Manual do jornalismo. Lisboa, Caminho, 1980.
- CASASÚS, José Maria. Ideologia y análisis de médios de comunicación. Barcelona, Dopesa, 1972.
- CHASIN, José. Método dialético. Maceió, s/d, (mimeo).
- CHASIN, José. Marx: Da razão do mundo ao mundo da razão. *In*: Marx hoje, São Paulo, Ensaio, 1987.
- COSTA, Frederico Jorge Ferreira. Ideologia e Educação na perspectiva da ontologia marxiana. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007.
- COTRIM. Livia. Nova Gazeta Renana : artigos de Karl Marx. São Paulo: Educ, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

FILHO, Adelmo Genro. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalidade social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HAUSER, Vanessa. Jornalismo e Práxis. In: Revista Parágrafo. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 2, p. 11-22, maio/ago. 2018.

HEINRICH, Michael. Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna. São Paulo: Boitempo, 2018. v. 1.

HOHENBERG, John. Manual de jornalismo. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUDEC, Vladimir. O que é jornalismo. Lisboa, Caminho, 1980.

JIMENEZ, Susana Vasconcelo; LIMA, Marteano Ferreira de. O Complexo da Educação em Lukács. Educ. rev. vol.27 no.2. Belo Horizonte. 2011.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 4ª ed.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. Prensa y literatura. Madrid, Akal, 1976.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. As três fontes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

LESSA, Sérgio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. Editora Cortez. 2007.

LESSA, Sérgio. O mundo dos homens – São Paulo: Instituto Lukács, 2012 – 3. Ed.

LESSA, Sérgio. Cadê os operários? – São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LIMA, Marteano Ferreira de. A alienação em Lukács: fundamentos para o entendimento do complexo da educação (2014). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.

LUKACS, G. Entrevista a Leandro Konder em Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - Domingo, 24, e segunda-feira, 25 de agosto de 1969.

LUKACS, G. Carta sobre o stalinismo. IN: Revista Temas 1, Grijalbo, São Paulo, 1977.

LUKACS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Temas de ciências humanas, nº 4. São Paulo: LECH, 1978.

- LUKACS, G. O marxismo ortodoxo. In: Lukács, G., São Paulo, Ática, 1992.
- LUKACS, G. As crises gêmeas. Entrevista publicada na New Left Review 60. IN: Vozes do século: Entrevistas da New Left Review. Emir Sader (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LUKACS, G. Pensamento vivido: autobiografia em diálogo. Viçosa: UFV, 1999.
- LUKACS, G. História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista; tradução Rodnei Nascimento – São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKACS, G. Der Spiegel entrevista o filósofo Lukács - Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humana n. 9, Ano V, nov. 2008.
- LUKACS, G. Prolegômenos para a ontologia do ser social: obras de Georg Lukács. v. 13. Tradução de Sergio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.
- LUKACS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKACS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKACS, G. Conversando com Lukács. São Paulo Instituto Lukács, 2014.
- LUKACS, G. Reboquismo e dialética: uma resposta aos críticos de ‘História e consciência de classe’. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARCONDES, Ciro. Hora de reescrever as teorias da comunicação. In: Questões Transversais, São Leopoldo, v. 7, n. 14, p. 4-12, 2019.
- MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa, Estampa, 1973.
- MARX, Karl. O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a edição, 1986.
- MARX, Karl. A ideologia alemã, São Paulo, Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: GIANNOTTI, José Artur (org.). Marx. Coleção Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl. A sagrada família, São Paulo, Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. Liberdade de imprensa. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTELART, Armand. La comunicación massiva em el processo de liberación. 8ed. México, Siglo Veintiuno, 1981.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. In: Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. Ubu Editora, São Paulo, 2018.

NETTO, José Paulo. O que é marxismo. São Paulo, Brasiliense, 1985.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Texto de apresentação. IN Para uma Ontologia do ser social I. Boitempo. 2012.

OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. IN Para uma ontologia do ser social II. Boitempo. 2013.

ONOFRE, José. Apresentação. IN. MARX, Karl. Liberdade de imprensa. Porto Alegre: L&PM, 2006.

PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento. In: Steinberg- Meios de comunicação de massa. São Paulo, Cultrix, 1976.

PERES, João. Jornalismo sistêmico no século da fragmentação. O Joio e o Trigo, 2013. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/04/jornalismo-sistemico-no-seculo-da-fragmentacao/>. Acesso em: 10/05/2023.

RANGEL, Eleazer Diaz. A notícia na América Latina: mudanças de forma e conteúdo. In: Comunicação e Sociedade. São Paulo, Cortez, 1981.

RUGE, Arnold. Arnold Ruge. In: MCLELLAN, David (Org.). Karl Marx: Interviews and Recollections. Londres: Macmillan, 1981.

SHOSHANA, Zuboff. A era do Capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Editora Intrínseca, Rio de Janeiro, 2019.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. Imposturas intelectuais: o abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos. Editora Record, 1999.

TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. Marx jornalista: a empiria a serviço da crítica da economia política – revista nova economia. v.29 n.3. Belo Horizonte, 2019.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács. IN Para uma Ontologia do ser social I. Boitempo. 2012.

TONET, Ivo. Método Científico: Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. Educação contra o Capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2016. 3ª Ed.

TROTSKY, Leon. O jornal e o seu leitor. In: Questões do Modo de Vida. Editora Antídoto: Lisboa, 1979.

VAISMAN, Ester. A obra tardia de Lukács e os revezes de seu itinerário intelectual. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 247-259, 2007.

VICENT, David. Alfabetização e desenvolvimento. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 58 jul.-set. 2014.